

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

RAFAELA ADELINA ESTHER BITON RHEINHEIMER

CONTRADIÇÕES DO TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NAS POLÍTICAS
SOCIAIS: desafios para a materialização do projeto ético-político profissional

Porto Alegre
2020

RAFAELA ADELINA ESTHER BITON RHEINHEIMER

CONTRADIÇÕES DO TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NAS POLÍTICAS
SOCIAIS: desafios para a materialização do projeto ético-político profissional

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharela em Serviço
Social do Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dr^a Vanessa Maria Panozzo
Brandão.

Porto Alegre

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Rheinheimer, Rafaela Adelina Esther Biton
Contradições do trabalho do (a) assistente social
nas políticas sociais: desafios para a materialização
do Projeto ético-político profissional / Rafaela
Adelina Esther Biton Rheinheimer. -- 2020.
108 f.
Orientador: Vanessa Maria Panozzo Brandão.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Psicologia, Curso de Serviço Social, Porto Alegre,
BR-RS, 2020.

1. Trabalho dos assistentes sociais. 2. Políticas
Sociais. 3. Projeto ético-político. 4. Emancipação
Humana. I. Brandão, Vanessa Maria Panozzo, orient.
II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RAFAELA ADELINA ESTHER BITON RHEINHEIMER

CONTRADIÇÕES DO TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NAS POLÍTICAS
SOCIAIS: desafios para a materialização do Projeto ético-político profissional

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharela em Serviço
Social do Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dr^a Vanessa Maria Panozzo
Brandão

Aprovada em: Porto Alegre, 26, de novembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Dr^a Vanessa Maria Panozzo Brandão
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr^a Mailiz Garibotti Lusa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr. Fernando Frota Dillenburg
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ao meu pai, in memoriam, por tudo o que ele foi e por nunca ter desistido de tentar. À todos (as) os (as) trabalhadores (as) que se apoiam no “pessimismo da razão e no otimismo da vontade” para construir um mundo novo. Venceremos!

AGRADECIMENTOS

O Trabalho de Conclusão de Curso, embora leve somente o nome de uma autora, é a síntese de um processo construído coletivamente e possibilitado por muitas pessoas, as quais são fundamentais para que ele se torne viável. Deste modo, não poderia deixar de agradecer algumas pessoas fundamentais desse processo.

À minha amada família, por me dar as condições de estar aqui, por todo o suporte ao longo da minha vida inteira e pelo apoio e respeito de sempre, mesmo com todos os percalços de se viver e construir relações com a dinâmica dessa sociedade. Em especial agradeço à Martina, minha "razão a mais para ser anticapitalista", por tudo que ela é e pela paciência com todas as horas não brincadas em razão da escrita deste trabalho.

À minha orientadora, Vanessa, por ser tão especial! Obrigada por conduzir o meu processo de formação, com ênfase para as supervisões de estágio e orientações de TCC, com respeito e autonomia! Obrigada por confiar em mim, me encorajar e me acolher nos momentos em que se fez necessário. Obrigada por captar o não dito, ler todas as miudezas e sempre entender as reflexões, anseios e angústias mesmo não verbalizadas. Com certeza as tuas contribuições foram fundamentais para o meu entendimento sobre o significado social desta profissão.

Aos amigos feitos na Universidade por compartilharem as dores e alegrias deste espaço e por terem me ensinado tanto. Em especial agradeço àquelas que se tornaram muito mais do que colegas de curso, por todos os momentos compartilhados dentro e fora da universidade, pela amizade que construímos e por sermos apoio mútuo constante: Nai, Aline, Gabi e Moni! Pela relação construída e por todos os momentos que compartilhamos, agradeço também à Tati, Francesca, Karla e Talvane.

Ao GAJUP de 2016 e 2017 por ter sido o primeiro espaço dentro da universidade a me possibilitar afinar o senso crítico e a minha consciência de classe.

Agradeço também a todos os companheiros de diferentes projetos universitários em que me inseri ao longo desses anos.

Aos (às) trabalhadores (as), crianças, adolescentes e famílias usuárias do NAR Leste pelos ricos ensinamentos e por terem marcado de modo tão profundo e especial meu processo de formação. Por todo acolhimento comigo, mesmo com todas as adversidades sofridas pelos (as) trabalhadores (as) do serviço e pela situação de vida dos (as) usuários (as). Sempre levarei essa experiência com carinho na minha vida e aprendo com as vivências até hoje. Especialmente e de todo o meu coração agradeço à Pilar, minha supervisora em campo, por ter aceitado me supervisionar, por ter compartilhado os aprendizados de três décadas de profissão, por toda a compreensão com os meus questionamentos e processos. Sem dúvidas, o teu acolhimento e disposição, principalmente no estágio III, foram cruciais para ele ter se tornado possível! Todo meu carinho e admiração por ti!

Com muito destaque agradeço ao Coletivo Outros Outubros Virão e aos militantes da Intersindical Instrumento no RS: "me fizeste ver a claridade do mundo e a possibilidade da alegria. Me fizeste indestrutível porque contigo não termino em mim mesmo." Obrigada por se colocarem comigo na construção da sociedade socialista, por darem força e sentido à minha vida e contribuírem resistindo coletivamente a essa sociedade que tanto nos desumaniza. Só a luta muda a vida! Amo vocês, camaradas! Agradeço especialmente os camaradas do núcleo POA por viverem as relações camaradas e a militância mais de pertinho: Lu, Élbio, Fran, Mafê, Kramer, Lia, Ilana, Gabi, Italo, Du e Rique. Agradeço também ao Victor, por driblar a distância e estar sempre presente, compartilhando a vida e a militância. FIRMES!

Agradeço a todos (as) que compartilharam lutas, ocupações, assembleias, atos, rodas de conversas e afins durante esses quatro anos e meio. Não tenho dúvidas de que é na luta que a gente se encontra e também se forma! Por fim, mas jamais menos importante, agradeço aos professores de Serviço Social da UFRGS pela dedicação em formar profissionais críticos, pelo empenho e luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todos (as).

ATA

Em nome de quem lava roupa alheia
(e expulsa da brancura o sebo alheio)
Em nome de quem cuida de filhos alheios
(e vende sua força de trabalho
em forma de amor maternal e humilhações)
Em nome de quem habita um domicílio alheio
(que já não é ventre amável mas sim uma tumba ou cadeia)
Em nome de quem come pães amanhecidos alheios
(e ainda assim mastiga-os com sentimento de ladrão)
Em nome de quem vive em um país alheio
(as casas e as fábricas e os comércios
e as ruas e as cidades e os povos
e os rios e os lagos e os vulcões e os morros
são sempre de outros
e por isso estão aí a polícia e a guarda
protegendo-os de nós)
Em nome de quem o único que tem
é fome exploração doenças
sede de justiça e de água
perseguições condenações
solidão abandono opressão morte
Eu acuso a propriedade privada
de privar-nos de tudo.
Roque Dalton

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso em Serviço Social tem como objeto de investigação as contradições que permeiam o trabalho dos assistentes sociais realizado nas políticas sociais, com foco na interlocução para a materialização do projeto ético-político. O objetivo é desvendar as determinações econômicas e sociais que incidem na realidade e no trabalho profissional, além de aprofundar acerca do caráter do trabalho no capitalismo, os fundamentos sócio-históricos das políticas sociais, visando articular análises sobre os desafios e as possibilidades para a efetivação da direção social da profissão. Para tanto, tem-se elaborações e resgates teóricos que bebem da fonte do materialismo histórico-dialético como método de análise do trabalho. Ademais, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais dos anos 2010, 2013, 2016 e 2019 para qualificar o estudo e estabelecer aproximação com as formulações e reflexões realizadas pela categoria acerca da temática. Os principais resultados do trabalho dão conta de conceber as políticas sociais como respostas à agudização da luta de classes e como um instrumento funcional ao capital por contribuir com a manutenção da ordem. À vista disso, apreende-se que elas se encontram nos limites da emancipação política, podendo contribuir com acúmulo de forças para a ruptura com a sociabilidade do capital, sem, no entanto, alterarem as estruturas sociais *per se*. Com isso, são realizados apontamentos e reflexões sobre os impactos dessa concepção para o trabalho dos assistentes sociais e possibilidades de efetivação do projeto ético-político, compreendido em sua totalidade e não somente como conjunto de princípios.

Palavras-chave: Políticas Sociais. Trabalho do Assistente Social. Projeto ético-político. Emancipação Humana.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Artigos selecionados do CBAS de 2010	48
Tabela 02 – Artigos selecionados do CBAS de 2013	48
Tabela 03 – Artigos selecionados do CBAS de 2016	49
Tabela 04 – Artigos selecionados do CBAS de 2019	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Elementos conjunturais e estruturais que se interpõem à materialização do projeto ético-político.....	51
Gráfico 02: Situações concretas dos desafios no trabalho dos assistentes sociais.....	54
Gráfico 03: Estratégias para a efetivação do PEP do Serviço Social.....	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 SOCIEDADE DE CLASSES NO CAPITALISMO: breves apontamentos sobre a atual produção social da vida.....	17
2.1 Estado burguês: o comando da burguesia.....	24
2.2 Os assistentes sociais situados na luta de classes.....	28
3 A INTERSEÇÃO ENTRE QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS	33
3.1 Políticas sociais: respostas à agudização da luta de classes.....	35
3.2 O trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais.....	43
3.3 Percurso metodológico e achados da pesquisa bibliográfica.....	49
4 O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS POLÍTICAS SOCIAIS À LUZ DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO.....	62
4.1 O projeto ético-político entre a emancipação política e a emancipação humana: caminhos e descaminhos.....	67
5 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS.....	78
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICE A - Tabela de análise dos artigos do CBAS.....	89

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho de conclusão de curso discute-se as contradições apresentadas no trabalho dos assistentes sociais no âmbito das políticas sociais para a materialização do projeto ético-político da categoria. O problema de pesquisa que orienta o estudo é: Quais são as contradições presentes no trabalho dos assistentes sociais para a materialização do projeto ético-político? Este tema considera que os assistentes sociais possuem uma relação muito próxima com as políticas sociais, por atuarem predominantemente através delas na interlocução com o Estado. Essa realidade é produtora de inúmeros tensionamentos, contradições disputas, porque se concretiza entre as requisições institucionais e as necessidades sociais da classe trabalhadora; entre a manutenção da ordem e a busca por sua ruptura.

A escolha pelo objeto de estudo é fruto de diferentes processos vivenciados na formação profissional, carrega um pouco de cada experiência vivenciada pela estudante. Tem influência desde o movimento estudantil enquanto militante organizada, que foi palco de processos de organização de mobilizações, lutas e aprofundamento da teoria social crítica de Marx; das atividades de extensão realizadas principalmente no Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU-UFRGS) que tinham por objetivo estar ao lado dos trabalhadores na luta por direitos, as aulas na universidade, e, principalmente, o estágio curricular obrigatório realizado no Núcleo de Abrigos Residenciais Leste da Fundação de Proteção Especial, instituição pública do estado do Rio Grande do Sul.

Em vista disso, alerta-se que, embora este trabalho não tenha como mote principal dialogar com a experiência de estágio específica e diretamente, ele é a expressão e síntese dos acúmulos e aprendizados que brotaram desse processo. Foi através da inserção como estagiária no acolhimento institucional que se teve contato com uma diversidade de políticas sociais, com o Sistema de Garantia de Direitos, com a história de violação de direitos de crianças, adolescentes e suas famílias, com as falhas do Estado para com elas que, no decorrer do processo, percebeu-se que não tratavam-se de falhas, mas do modus operandi por excelência dessa estrutura.

Nesse ir e vir de descobertas, pareceu insuficiente desenvolver discussões que teriam como ênfase o acompanhamento social, intersetorialidade, interdisciplinaridade e o trabalho no acolhimento institucional em geral, que foram o foco do projeto de intervenção realizado, dado que eles não expressariam o que de mais caro foi aprendido: por mais que se possam criar estratégias ricas de atendimento às demandas dos usuários, elas nunca poderão alterar as estruturas do capitalismo que promovem o sofrimento, a exclusão, a barbárie e a violência na vida dos sujeitos.

A relação cotidiana com essas limitações e com o sofrimento humano advindo do capital fortaleceram uma compreensão radical do projeto ético-político e a sua urgência construção dentro e fora da profissão. Por isso, não falar diretamente do estágio obrigatório não é negá-lo, mas visibilizar esses processos que marcaram a formação profissional.

Assim, esse estudo se apóia em aspectos elementares da sociedade de classes sob regência do capital, sobre o Estado, a funcionalidade e gênese das políticas sociais e sobre a compreensão acerca do projeto ético-político para formar um fio condutor sobre do significado e relação de todos esses momentos que compõem um conjunto. É preciso advertir também que “A realidade é sempre mais rica, mais ampla e plena de mediações do que a capacidade do sujeito de captá-la e reproduzi-la no pensamento.” (IAMAMOTO, 2002, p. 17)

Por certo, o trabalho oferece muitas lacunas por ser um trabalho de conclusão de curso fruto de experiências incipientes e ter sido escrito sob perspectiva de somente uma pessoa, embora as mediações e reflexões tenham se dado no diálogo e compartilhamento com inúmeros e diferentes sujeitos. Além disso, a realidade está em constante movimento e transformação, superando processos e tornando obsoletas análises e perspectivas, o que este trabalho não está imune. No entanto, ele não tem a pretensão de oferecer formas acabadas de compreensão, mas de sistematizar o que de mais significativo ficou da formação e orientará a vida profissional e pessoal da estudante.

Assim, intenta-se que a teoria seja a interpretação do processo real, contribuindo para uma melhor apreensão do experienciado, de modo a estabelecer uma unidade entre teoria e prática e qualificar o concreto pensado. Com essa diretriz, procura-se estabelecer análises externas à profissão para buscar subsídios e relações com processos internos, perspectivando elevar o entendimento radical do

projeto ético-político que necessita da construção cotidiana do seu caráter verdadeiramente emancipatório.

Além disso, essa proposta também dialoga com a identificação de que o projeto profissional dos assistentes sociais, diversas vezes, não possui notoriedade necessária no que tange uma discussão aprofundada sobre o seu sentido para além do clamor de princípios, que costumam ser abordados apenas brevemente nas conclusões do trabalho da categoria. Reconhece-se que o projeto atravessa as diferentes produções que os assistentes sociais concebem, entretanto, ainda é preciso tê-lo como ênfase de análise. No esforço de avançar nos debates sobre as armadilhas, desafios e possibilidades de efetivação do projeto ético-político que esse trabalho também se posiciona, porque entende que a direção social da profissão é uma conquista cara e fundamental da categoria, que necessita de intensos e profundos debates, sobretudo sobre a sua dimensão mais humanista em tempos de profunda desumanização da classe trabalhadora.

A fim de captar mais dados apreendidos pelos assistentes sociais sobre o trabalho nas políticas sociais em interlocução com a concreticidade do projeto ético-político, realizou-se além de revisão bibliográfica, uma pesquisa bibliográfica nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais dos anos 2010, 2013, 2016 e 2019. A estrutura do trabalho está composta por esta introdução (cap. 1), após, pelo momento de trazer elementos gerais sobre a organização do capitalismo, o aparelho do Estado e em que lugar os assistentes sociais se situam nessa dinâmica social (cap. 2). Após isso, adentra-se o terreno das políticas sociais e da questão social, de modo a retomar elementos históricos e o papel que cumprem no atual modo de produção, bem como há a socialização dos resultados da pesquisa bibliográfica (cap. 3). À guisa de coesionar as diferentes partes que formam este trabalho, tem-se o debate sobre o projeto ético-político e sua relação com a ordem do capital e seu horizonte de ruptura (cap. 4). Por fim, são trazidas as considerações provisórias, que são assim intituladas pelo reconhecimento das constantes transformações do real (cap. 5).

2 SOCIEDADE DE CLASSES NO CAPITALISMO: breves apontamentos sobre a atual produção social da vida

Com o objetivo de compreender o atual modo de produzir a vida nesta sociedade, situar-se-á brevemente a conformação histórica e a presente organização do capitalismo, de modo a, posteriormente, estabelecer relações com o trabalho de assistentes sociais no Brasil. Esta explicação fundamenta-se sob a ótica de que as relações de produção orientam e criam as demais relações sociais, bem como porque perspectiva-se elucidar o caráter das estruturas desta sociedade, a fim de alcançar um olhar mais aguçado sobre elas.

A compreensão da formação do sistema capitalista exige remontá-lo sob o prisma do método histórico-dialético. Para tanto, todas as categorias dialéticas funcionam como instrumentais que compõem uma leitura articulada deste concreto que, passado pelo movimento de abstração, retorna para o real de modo superado da sua aparência fenomênica. Ainda, o método é a ferramenta que permite a análise do real sob um modo essencialmente contraditório e processual (KONDER, 1981). Neste capítulo, a *historicidade* ocupará um papel importante neste desvelamento e, enquanto categoria de análise, é entendida “(...) como reconhecimento da processualidade, do movimento e transformação do homem, da realidade e dos fenômenos sociais” (PRATES, 2000, p. 2). Isto expressa que não existe uma forma finalizada da história, mas em permanente transformação.

Procede-se ao exame com a premissa de que novas relações de produção não substituem as anteriores sem que as condições materiais para a sua existência não tenham sido produzidas no próprio movimento da velha sociedade (MARX, 2003). À vista disto, tem-se que o sistema capitalista nasce com o definhamento da servidão do sistema feudal, movimento que se arrastou entre os séculos XIV e XVIII, resultado de um processo de múltiplas determinações e que comporta análises controversas (NETTO; BRAZ, 2007).

Interessa aqui destacar que no seio do feudalismo foram gestadas as condições para o surgimento do capitalismo, quais foram: aparição dos grandes comerciantes, alto grau de desenvolvimento da produção de mercadorias e aumento do papel do dinheiro nas trocas mercantis (NETTO; BRAZ, 2007). Contudo, enquanto condição elementar para a expansão da produção mercantil simples, se fazia necessária a existência de diferentes grupos de homens com interesses que se confrontam e se relacionam. É, portanto, embasado por este mote que ocorrem “momentos em que as grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres” (MARX, 2017, p. 787). Nesta passagem, o autor refere-se ao processo de expropriação de terra que, no movimento histórico, foi forjando grandes proprietários de terra que passaram a ter interesses antagônicos aos dos camponeses, o que, concomitante ao crescimento do comércio nas cidades, impôs limites à acumulação de riquezas naquele sistema, exigindo uma nova forma de produção.

Esta ação expõe uma contradição interna que transcorria no ventre do feudalismo: o desenvolvimento das forças produtivas¹ estava sendo limitado pelas relações de produção feudais. Na perspectiva marxiana, analisa-se que para a continuidade do desenvolvimento social, muitas vezes, a saída do entrave motivado por esta contradição ordena uma revolução social. À época, a dissolução desta contradição foi conduzida pela nascente burguesia formada pelos grandes comerciantes. Assim, a processualidade histórica que se seguiu foi transformada por uma Revolução Burguesa.

Apesar disso, não se pode olhar para este fenômeno de modo mecânico e determinista, uma vez que, historicamente, o processo de passagem de um modo de produção para outro é constituído de alguns momentos: 1. desenvolvimento de células de novas forças produtivas e de correspondentes novas relações de produção, mas manutenção da forma jurídica então hegemônica; 2. novas relações entre os sujeitos no interior da produção, que indica alteração na relação com os meios de produção e abre um período histórico de luta de classes; 3. crescente divergência de interesses entre as novas e antigas classes, advinda do progresso

¹ Em Marx (2017), forças produtivas é um conceito-chave da obra *O Capital*, Livro I. Para ele, a categoria refere-se à combinação entre força de trabalho com meios de produção - o que inclui diferentes instrumentos e objetos de trabalho, tais como a terra, a tecnologia, o conhecimento técnico, maquinaria, instalações, ferramentas.

das forças produtivas, o que implica na intensificação das lutas de classes e culmina em uma revolução política; 4. com a passagem do poder de Estado e da propriedade dos meios de produção à nova classe dominante, bem como com a abolição da antiga forma jurídica fomentada pela revolução política, passa-se a instituir e consolidar uma estrutura consoante as necessidades do novo modo de produção (GERMER, 2009).

Retomando, a expulsão marcadamente violenta de camponeses das terras em que trabalhavam e a urgência da necessidade de irem às cidades para vender a força de trabalho ao comércio que florescia, foi a alavanca para o desenvolvimento das forças produtivas guiada por embriões do capitalismo, já que possibilitou as condições para o desenvolvimento de dois pólos relacionais. Um dos pólos formado pelos detentores dos meios de produção e o outro composto pelos detentores de força de trabalho, isto é, os trabalhadores livres. Estes últimos, livres para vender a sua própria pele, única mercadoria que possuem por não integrarem os meios de produção - como pessoas escravizadas ou servas -, e por não possuírem meios de produção (MARX, 2017). Portanto, o surgimento do capitalismo é guiado “pela conquista, a subjugação, o assassínio para roubar, em suma, a violência.” (MARX, 2017, p. 786).

Com isso, tem-se o desenrolar do processo de acumulação primitiva de capitais no interior do regime feudal sob os Estados Absolutistas, que engendrou a relação capitalista de produção. Por acumulação primitiva de capitais entende-se, de forma sintetizada, a separação histórica entre o produtor - trabalhador - das condições para a realização de seu trabalho - meios de produção - (MARX, 2017). Faz-se importante mencionar brevemente que este foi o gérmen de um processo longo e complexo, que se espraiou em diferentes países com contornos particulares e articulados. Acerca disso, apreende-se que o colonialismo a partir da escravização racial foi fundamental para a concentração de capitais nos países europeus, uma vez que se utilizaram dele para expropriação do trabalho, acumulação de capitais e exploração comercial. Por conta disso, foi um pilar que contribuiu com o desenvolvimento e consolidação do capitalismo enquanto sistema na Europa.

Esta análise é verificada em

O Absolutismo mercantilista se encarregou de libertar o trabalhador europeu da gleba e das corporações, separando-o dos meios de produção, ao passo que separava a agricultura das manufaturas,

saqueava os bens da Igreja e entregava o Estado nas mãos do capitalismo em sua fase inicial. No mesmo processo esse Absolutismo mercantilista impulsionava a criação de formações sociais escravistas nas Américas e Antilhas, enviando para a Europa ouro, prata e matérias-primas em grande quantidade, enquanto se encarregava de converter a escravidão em uma verdadeira caça aos negros africanos, estimulando o crescimento do tráfico de escravos, tão lucrativo para os Estados absolutistas. (SILVA, 2012, p. 26)

Nesta perspectiva,

A escravidão direta é o eixo da indústria burguesa, assim como as máquinas, o crédito etc. Sem escravidão não teríamos o algodão; sem algodão, não teríamos a indústria moderna. A escravidão valorizou as colônias, as colônias criaram o comércio universal, o comércio mundial que é a condição da grande indústria. Por isto, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância. (MARX, 1985, p. 108)

Com a maturação do sistema capitalista, identifica-se que existem determinações econômicas que são a base deste modo de produção e generalizam-se organizando a vida social. Inicialmente, os dois pólos supracitados vão se desenrolar nas duas classes fundamentais desta sociedade: a burguesia e o proletariado. De início, afirma-se que as classes sociais são elementos constitutivos do capitalismo, não exclusivas a ele, mas particularizadas neste sistema. Elas expressam uma relação social que comporta um conteúdo genérico-abstrato e, no caso da época histórica organizada pelo capital, o conteúdo dessas classes possui a determinação comum de que o trabalho que é produtor de valor se realiza sob dominação política e exploração econômica (LIMA, 2005).

Entretanto, no bojo do marxismo, a categoria classes sociais agrega diferentes análises, também em decorrência de não ter sido definido conceitualmente pelo próprio Marx, que faleceu antes de finalizar sua formulação sobre o tema no capítulo 52 da obra *O Capital*, volume III (LIMA, 2005). Neste sentido, no presente trabalho, compreende-se classes sociais mediante duas formulações. Primeiro,

Chamam-se classes, grandes grupos de homens que se distinguem pelo lugar que ocupam num sistema historicamente definido de produção social; por sua relação, na maioria das vezes fixada e consagrada pela lei com os meios de produção; por seu papel na organização social do trabalho; e, conseqüentemente, pelos meios que têm para obter parte da riqueza social de que dispõe e o tamanho desta. As classes são grupos de homens dos quais um pode apropriar-se do trabalho de outro em virtude da posição diferente que ocupa num regime determinado da economia social. (LENIN, 1979, p. 9)

Com isso, elabora-se que o conceito de classes sociais é relacional, tendo em vista que a classe trabalhadora se constitui enquanto classe na medida em que vende a sua força de trabalho para uma outra classe que pode comprá-la, neste caso, a classe burguesa (IASI, 2011). Entretanto, somente o lugar ocupado na estrutura social de produção não esgota a explicação sobre o que são as classes sociais, desta maneira, pode-se resumir as determinações que lhe formam em quatro momentos: i. através da posição diante da propriedade, ou não propriedade, dos meios de produção; ii. pela posição no interior de determinadas relações sociais de produção; iii. em relação à consciência que se distancia ou se aproxima de uma posição de classe; e iv. pela ação destas classes nas lutas concretas (IASI, 2011).

Reconhece-se que a consciência e a ação são fatores que também determinam as classes, uma vez que a formação delas é produto de lutas econômicas, políticas e ideológicas (PRZEWORSTKI, 1989 apud IASI, 2011). Nisto implica afirmar que as classes atuam no campo concreto da história para além da produção e que, assim, a consciência também orienta o reconhecimento e pertencimento de classe, bem como a possibilidade de traição da sua posição nas relações de produção para se vincular, na prática, a outra perspectiva de ação de classe. Em síntese, existe uma dimensão histórica fundamental das classes sociais, considerando que a luta de classes é o motor da história (ENGELS; MARX 2008), como também que as classes são sujeitos históricos que podem apresentar alternativas societárias a partir das contradições estruturais internas das formações sociais.

Retomando a relação entre as duas classes fundamentais no âmbito da produção, observa-se que existe, portanto, a propriedade privada dos meios de produção e, sendo privada, subjuga quem não é possuidor à dominação a partir da lei geral da acumulação capitalista. Esta última não é orientada pelas necessidades sociais das massas, mas pela necessidade do capital em acumular lucros.

Com o intento de adentrar em como ocorre a acumulação capitalista, coloca-se que capital é valor que busca valorizar-se (MARX, 2017); e valor, por sua vez, na sociedade voltada para a produção de mercadorias, é produto de relações sociais historicamente constituídas em que a finalidade é a troca. O valor existe em

si e no interior de cada mercadoria, além de poder ser quantificado pelo tempo socialmente necessário para determinada produção (MARX, 2017).

A forma de valor universal, que apresenta os produtos do trabalho como meras massas amorfas de trabalho humano, mostra, por meio de sua própria estrutura, que ela é a expressão social do mundo das mercadorias. Desse modo, revela que, nesse mundo, o caráter humano e universal do trabalho constitui seu caráter especificamente social. (MARX, 2017, p. 143)

Isto posto, observa-se que o valor revela relação e intencionalidade para a troca entre as demais mercadorias, como também que provém do trabalho, ao mesmo tempo em que oculta as formas e condições concretas em que é objetivado. Esta dimensão encoberta também esconde que o processo de valorização do valor se dá, em primeira instância, na esfera da produção, mas também na circulação através da compra e venda de mercadorias.

O que esta relação sinaliza é que a acumulação advém do trabalho, posto que é a atividade humana criadora de toda a riqueza social (NETTO; BRAZ, 2006). É através dele que se criam os valores de uso para a produção e reprodução da sociabilidade humana, entretanto, embora o trabalho seja necessário em todas as formas sociais (MARX, 2017), no capitalismo ele é modelado para corresponder a esse sistema produtivo.

No interior da produção, a autovalorização do valor advém da extração de mais-valia, que é a taxa de exploração da força de trabalho (NETTO; BRAZ, 2007), ou seja, é o trabalho excedente totalmente apropriado pela burguesia. A mais-valia é, portanto, a fonte da acumulação capitalista em que o propósito é mantê-la em proporções sempre crescentes. O processo de acumulação de capital é um processo de retroalimentação, em que "(...) a aplicação de mais-valia como capital ou re-transformação de mais-valia em capital, chama-se acumulação do capital." (MARX, 2017, p. 656)

A partir disso, vislumbra-se que o processo de produção é também processo de reprodução ampliada, uma vez que ele mesmo deve dispor dos elementos que, ao final da fase produtiva, possibilitem a sua continuidade. Considerando que toda reprodução capitalista é, em si, concentração de valor, de forma cíclica e periódica, "acumular por acumular gera a superacumulação de capital" (NETTO; BRAZ, 2007,

p. 93). Esta contradição interna fundamental do sistema é geradora das crises econômicas.

As crises econômicas são fruto da própria engrenagem ávida por lucros e da anarquia da produção, que caminha para a superprodução decorrente da concorrência para a acumulação de capital, e esbarra no insuficiente mercado consumidor para a demanda gerada. Como efeito da acumulação capitalista, a burguesia passa a empregar somas cada vez maiores de capital em meios de produção e novas máquinas para o barateamento e aumento da produção, ao passo que diminuem a quantidade de trabalhadores empregados. Esta relação é denominada de composição orgânica do capital (MARX, 2017), e torna-se mais alta no molde citado acima.

Embora a tendência de aumento na proporção entre capital constante e capital variável seja aliada ao propósito de acumular, ela não vem livre de contradições. Sendo a força de trabalho a única mercadoria capaz de produzir mais valor do que ela própria vale, à medida em que ela é reduzida do processo de produção, é diminuída também a taxa de lucro dos capitalistas. Mediante isso, obtém-se dois efeitos interligados: aumento de pessoas que excedem as necessidades de produção capitalistas, - fenômeno também nomeado como exército industrial de reserva -, e diminuição da capacidade aquisitiva, o que culmina em um empecilho para o seguimento do processo de acumulação, visto que o consumo delas é realizado majoritariamente pela classe trabalhadora, a maior parcela da humanidade.

Esta contradição desmascara a essência de um sistema voltado para o lucro, em que desenvolvimento das forças produtivas aumenta a capacidade produtiva ao mesmo tempo em que reduz a capacidade de apropriação dos trabalhadores dos produtos do próprio trabalho. Ademais, as crises gestadas e administradas pelos capitalistas tem saídas que pioram sobremaneira as condições de vida da classe trabalhadora, dado que perpassam a destruição de mercadorias e meios de produção desvalorizados, o que significa não-acesso à riqueza socialmente produzida por parte da classe que a produz, assim como o rebaixamento geral do salário, entre outras saídas que acentuam a precarização vivenciada pelos trabalhadores.

Sumarizando, o atual modo de produzir a vida baseia-se em processos de trabalho cada vez mais sociais, enquanto a apropriação é drasticamente privada e

acumulada por poucos que não trabalham. Em vista disso, a atual produção social da vida é a "(...) produção generalizada de mercadorias." (NETTO; BRAZ, 2007, p. 34), em que há uma proporção direta entre aumento da riqueza e aumento da produção de desumanidades (TONET; LESSA, 2002). À feição de fechamento, reconhece-se que a estrutura dessa sociedade não se restringe ao âmbito da produção de mercadorias, dado que, para a sua manutenção, faz-se necessário estruturar toda a vida social através da conversão "no padrão de relacionamento de todos os homens entre si." (TONET; LESSA, 2002, p. 38)

Com essas lentes, examina-se que

(...) a produção capitalista não é tão somente produção e reprodução de mercadorias e de mais-valia: é produção e reprodução de relações sociais. (...) Assim, a produção capitalista só pode ter continuidade se também for contínua a produção de relações sociais que engendram aqueles sujeitos. Em suma: a reprodução capitalista só é viável se ela reproduzir as relações sociais que põem frente a frente capitalistas e proletários. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 95)

Devido a isso, nas seções e capítulos subsequentes, dar-se-á sequência ao desvelamento dos mecanismos e interconexões entre modo de produção capitalista e reprodução social² na interface com o Serviço Social.

2.1 Estado burguês: o comando da burguesia

Com vistas a captar a reprodução da ordem capitalista, revela-se necessário articular como o aparato do capital transforma-se em relações sociais e instituições. Entretanto, as limitações deste trabalho exigem que se detenha ao Estado, dado que é o maior instrumento com este papel; assim, as considerações se deterão a aspectos compreendidos como elementares, sem abarcar toda a sua complexidade. Deste modo, resgata-se que a essência antagônica que orienta o surgimento do Estado parte de formações sociais em que há grupos com interesses

² Por reprodução social leia-se, em conformidade com MARX (2017), o processo de reproduzir a totalidade do processo de produção capitalista, processo em movimento que reproduz a totalidade concreta em todos os âmbitos da vida social. Dentro do Serviço Social, a reprodução social precisa ser apreendida sob dois ângulos indissociáveis: o primeiro, como realidade vivida e representada na e pela consciência dos profissionais e que ganha corpo pelo discurso teórico e ideológico acerca do exercício profissional. O segundo, como atividade que é determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que oferecem direção social ao trabalho profissional, fato que extrapola a vontade ou consciência individual dos assistentes sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

irreconciliáveis, em que a vida cotidiana é composta pela luta de todos contra todos (TONET; LESSA, 2002).

Ressalta-se que o plano que corrobora reproduzindo socialmente esta sociedade chama-se superestrutura, melhor dizendo, a manutenção da dominação no âmbito produtivo impõe uma dominação no campo ideológico, para que as relações sociais de produção se tornem diversas relações sociais que servem a este modo de produção. Em se tratando de modo de produção capitalista, observa-se que a superestrutura é formada pelas seguintes dimensões que operam de modo articulado: política, que diz respeito às formas de decisão; jurídica, que concerne à regras, normas e leis; ideológica, formadora da consciência social através de instituições fundamentais como a família e a escola (ENGELS; MARX, 2007). Sob esse prisma, apreende-se que o Estado é uma instituição central na superestrutura.

O papel histórico do Estado, portanto, é ser um instrumento de dominação e submissão de classe com um poder público organizado como força armada e destacado da sociedade (LENIN, 2007). Esta função histórica esteve presente nas sociedades escravista, feudal e capitalista. É analisando historicamente o papel do Estado que se tem cinco teses acerca dele: 1. O Estado é um produto da sociedade quando esta chega a um grau em que o conflito entre as classes sociais exige o domínio de um "terceiro poder"; 2. assim, ele é constituído pela processualidade histórica, sendo um poder imposto; 3. O Estado é de classe, não das classes; 4. na aparência, ele apresenta-se como acima da luta de classes e mediador; e 5. o Estado não tem uma existência permanente (ENGELS, 1979), visto que é fruto de determinadas relações sociais de produção.

Consoante à análise,

(...) o Estado é fundamental, sem ele a sociedade de classes não se manteria reproduzindo. Mas o que coloca as condições de sua necessidade e que dirige a reprodução social da sociedade são as relações sociais derivadas da produção material da riqueza social. Nessa direção, o Estado se desenvolveu para complementar e organizar a sociedade, proporcionando a estabilidade mínima necessária para que a reprodução material ocorra sem barreiras intransponíveis. Contudo, observa-se que a lei - aparato estatal - nunca foi uma barreira intransponível à exploração, sempre a regulamentou. (SANTOS, 2012, p. 21)

O que se tem é uma correspondência entre relações de produção (economia) e formas políticas (política), em que a classe que domina a economia, através do aparelho estatal, dominará também politicamente (SANTOS, 2012). Com isso, o atual tipo particular de Estado é o burguês, uma vez que está em conformidade e à serviço das relações de produção capitalistas. Por conseguinte, um dos papéis fundamentais do Estado é amortecer o choque gerado pelas classes sociais antagônicas, visando manter a ordem das coisas e não produzir uma luta aberta com base na colisão entre classes (ENGELS, 1979).

Cumprir destacar que, embora o Estado desempenhe sempre a mesma função, o modo através do qual ele atua muda de forma a depender da conjuntura e da correlação de forças (SAES, 1985). Assim, ele pode agir mediante diferentes regimes jurídico-políticos - como democracia e ditaduras - sem deixar de ser um instrumento de dominação. Acerca disso, "as formas dos Estados burgueses são as mais variadas; mas a sua natureza fundamental é invariável: todos esses Estados se reduzem, de um modo ou de outro, mas obrigatoriamente, afinal de contas, à ditadura da burguesia." (LÊNIN, 2007, p. 55)

Pensando na forma particular da república democrática, que predomina em muitos países e é o atual regime brasileiro, ela não é somente uma forma de governo, mas a preferida para o domínio burguês pelo seu grau de refinamento (SACHS, 2016). Isso significa que ela é a ditadura direta e velada da burguesia; direta porque governa através de seu poder econômico, e seus representantes defendem os interesses de classe no legislativo pelo Parlamento, e, velada, porque as eleições, os trâmites burocráticos, debates e votações parlamentares ocultam o seu conteúdo de classe (SACHS, 2016), uma vez que na forma parece uma disputa real, mas oculta-se os mecanismos do jogo determinado por trás. Corroborando com esta concepção,

Para que essa disputa não degenerem em guerra civil, o que significaria desorganizar a produção e interromper a acumulação capitalista, é necessário que ela seja organizada de forma aceitável à reprodução capitalista. Uma das formas decisivas de organização desta disputa segundo as necessidades do capitalismo é a democracia burguesa. (TONET; LESSA, 2002, p. 51)

Não se pode negar que a forma de governo incide diretamente na classe trabalhadora, ou seja, a República Democrática atende aos interesses burgueses, assim como também possibilita uma luta de classes aberta, o que facilita a organização dos trabalhadores para a superação desta ordem (LÊNIN, 2007). Embora a burguesia, quando ameaçada, não hesite em utilizar de seu poder coercitivo para com a classe trabalhadora, na democracia burguesa ainda há - com limites, contradições e cooptação - um menor nível de repressão direto à organização da classe trabalhadora, se comparado a outros regimes.

Por agora, cumpre salientar alguns dos pilares democráticos. A falsa concepção de igualdade política e jurídica, representada na máxima do "Art. 5º Todos são iguais perante a lei (...)" da Constituição Federal vigente de 1988, é uma aparente igualdade que não corresponde com a realidade. Primeiro, porque reforça o culto ao individualismo burguês, em que todos sendo iguais, a lei não protegeria nem um, nem outro, agindo de forma neutra. Oculta-se, assim, qual a função social das leis, por quem elas são feitas, operadas e a sua finalidade. Ademais, ao Estado afirmar esta 'igualdade', ele garante a reprodução das desigualdades sociais e, por consequência, a exploração econômica, uma vez que não há diferenças *a priori* entre os homens, "a igualdade jurídica dos cidadãos livres é inseparável da desigualdade econômica (...)." (IAMAMOTO, 2004, p. 99)

Nesta direção, a percepção acerca dos direitos provenientes do capitalismo requer que se reconheça o seu conteúdo de classe, dado que, embora a classe trabalhadora tenha a necessidade de travar lutas reivindicando a ampliação de direitos e melhores condições de vida, eles sempre estarão inseridos num sistema de exploração, ou seja, os direitos não podem romper com a estrutura econômica de exploração, porque pertencem à lógica de manutenção da mesma. Nesse sentido, "Ser cidadão é apenas e tão somente ter os seus direitos respeitados. Todos esses direitos, porém, são sempre compatíveis com a exploração do homem pelo homem." (TONET, LESSA, 2002, p. 52)

Com isso,

A democracia, portanto, por mais aperfeiçoada e "livre" que seja, jamais deixará de ser uma prisão para os trabalhadores. Pode ser uma prisão mais ou menos confortável, mas jamais deixará de ser a forma política por excelência de submissão da sociedade às necessidades de reprodução do capitalismo. (TONET; LESSA, 2002, p. 52)

Por fim, nota-se que a violência é a razão última de existência do Estado, além de que ela pode operar sob um leque com formas mais sofisticadas até as mais diretas. As formas indiretas podem ser constituídas pela miséria, fome, doenças e afins; enquanto as diretas podem se expressar em intervenção armada, terror, opressão colonial (VÁZQUEZ, 1980). Mediante isso, também se conclui que a violência pode se dar tanto no campo material e físico, quanto pode visar a alteração da consciência das classes dominadas. Assim sendo, a cooptação é também considerada violência estatal, junto da repressão, uma vez que

(...) nenhuma classe prefere à violência quando pode alcançar seus objetivos por meios não violentos, da mesma maneira que nenhuma classe social vacilará em recorrer a ela, com razão suprema, quando estão em perigo seus interesses vitais. (VÁZQUEZ, 1980, p. 384)

Alicerçado nesses elementos gerais, nota-se que o Estado se move como estrutura que totaliza o comando político do capital (MEZSÁROS, , de modo a garantir a reprodução desse sistema. Acerca desse debate e das formas em que essa dominação se realiza, caberia um outro trabalho. Neste momento, objetivou-se compreender essa dimensão central para contribuir com a análise de medidas advindas do Estado e da relação dos assistentes sociais com ele.

2.2 Os assistentes sociais situados na luta de classes

Apoiado na leitura acerca da produção e reprodução social da vida, o propósito desta seção é examinar a inserção do trabalho de assistentes sociais nessa sociedade. De imediato, atribui-se ao trabalho a categoria que funda o ser social. Isto se dá porque, independentemente do modo de produção, denomina-se trabalho a atividade em que a satisfação material das necessidades de homens e mulheres é atendida através da interação com a natureza: na transformação de matérias naturais em produtos (NETTO; BRAZ, 2007). Esta atividade é a que historicamente humaniza os seres humanos e os difere da natureza, porque tem em seu próprio padrão três condições de existência

em primeiro lugar, porque o trabalho não se opera com uma atuação imediata sobre a matéria natural; diferentemente, ele exige instrumentos que, no seu desenvolvimento, vão cada vez mais se interpondo entre aqueles que o executam e a matéria;

em segundo lugar, porque o trabalho não se realiza cumprindo determinações genéticas; bem ao contrário, passa a exigir habilidades e conhecimentos que se adquirem inicialmente por repetição e experimentação e que se transmite mediante aprendizado;

em terceiro lugar, porque o trabalho não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades, nem as satisfaz sob formas fixas; se é verdade que há um conjunto de necessidades que sempre deve ser atendido (alimentação, proteção contra intempéries, reprodução biológica etc.), as formas desse atendimento variam muitíssimo e, sobretudo, implicam o desenvolvimento quase sem limites, de novas necessidades. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 20)

A dimensão teleológica do trabalho, em que o resultado final é antes projetado idealmente (prévia ideação) e se expressa também na escolha dos meios e instrumentos para alcançar determinada finalidade, constitui os elementos simples do processo de trabalho, a saber: atividade orientada a um fim, que possui objeto e meios para efetivação (MARX, 2017).

Caracterizado o trabalho de forma genérica, importa adentrar para sua constituição na sociedade em que a célula base da sociabilidade é a mercadoria. Por conseguinte, primeiramente, apreende-se que o trabalho dos assistentes sociais é atravessado pela condição assalariada, o que implica em parâmetros de regulação trabalhistas e institucionais que modelam as condições em que esse trabalho é realizado: intensidade, jornada de trabalho, metas, salário e afins (IAMAMOTO, 2010).

Neste marco, entende-se que o trabalho dos assistentes sociais é tensionado pela compra e venda da sua força de trabalho, corroborando em limitações que extrapolam a vontade individual do profissional para a efetivação dele. Sendo assim, a análise deste trabalho requer que esteja contextualizado nas relações sociais que o engendram, a fim de não cometer o erro de considerá-lo de forma a-histórica, uma vez que o trabalho dos assistentes sociais não tem uma dimensão qualitativa em si, ele é constituído na relação com a sociedade (IAMAMOTO, 2010).

Desvendar esta inserção na sociedade aponta que o Serviço Social encontra-se situado na relação entre as classes sob dois aspectos: primeiro, que o trabalho profissional é polarizado por interesses de classes; e, segundo, que o próprio profissional está em determinada posição de classe pela venda da sua força de trabalho (IAMAMOTO, 2004). Deste modo, existe um caráter contraditório da

atuação profissional que se faz presente desde a incorporação brasileira do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, forjado pelas demandas sociais advindas do processo de industrialização que são respondidas com a criação de grandes instituições assistenciais (IAMAMOTO, 2004). Destarte, “Os profissionais são constituídos para serem mediadores do capital, que, em última instância, é a força que dispõe do poder de produzir e legitimar tais serviços, de aprovar os estatutos profissionais, de remunerar imediatamente os agentes.” (IAMAMOTO, 2004, p. 90)

Endossando esta análise, ao retomar a relação entre as classes sociais fundamentais e a atuação do assistente social entre elas, reconhece-se que neste antagonismo o trabalho tende a ser “cooptado pelas que tem uma posição dominante.” (IAMAMOTO, 2004, p. 99) Todavia, o conteúdo da contradição deste trabalho reside no fato de que o assistente social é partícipe dos mecanismos de dominação e exploração, ao mesmo passo em que, pela mesma atividade, responde às necessidades da classe trabalhadora na luta por sua sobrevivência (IAMAMOTO, 2004).

A atuação do assistente social no interior da luta de classes corresponde tanto às demandas do capital quanto as do trabalho, o que reforça a reprodução dos antagonismos de interesses, bem como as contradições que se apresentam enquanto motor da história (IAMAMOTO, 2004). Com isso, declara-se que os assistentes sociais operam na produção e reprodução das relações sociais no sentido de reprodução da própria sociedade enquanto totalidade do processo social, do modo de viver e trabalhar socialmente determinado e que transborda a dimensão material, porque engloba também as formas sociais de consciência (IAMAMOTO, 2004).

Entende-se, conseqüentemente, que na relação mercantil em que o trabalho dos assistentes sociais é objetivado, o seu valor de uso está localizado no atendimento das necessidades sociais que serve às duas classes sociais fundamentais, bem como no valor de troca expresso no salário, condição importante para a reprodução da força de trabalho do profissional. Ainda, faz-se imprescindível elucidar que, em última instância, no capitalismo, o valor de uso do trabalho é subsumido ao valor de troca, e o processo de trabalho pelo processo de valorização do valor (IAMAMOTO, 2004).

Avançando, constata-se que o Serviço Social insere-se na divisão sócio-técnica do trabalho como profissional liberal enquanto especialização do trabalho coletivo, dispondo de uma Lei de Regulamentação nº 8.662/93, que normatiza a atuação profissional e estabelece as atribuições privativas e competências do assistente social. Ademais, desfruta de um Código de Ética (CFESS, 1993) que é um instrumento normativo orientador do trabalho contribuindo com uma direção social calcada em “ações (...) de um projeto em defesa dos interesses da classe trabalhadora e que se articula com outros sujeitos sociais na construção de uma sociedade anticapitalista.” (CFESS, 2012, p. 14)

Embora esses instrumentos ofereçam um caráter particular ao Serviço Social na trama da divisão social do trabalho, no modo de produção capitalista ela cumpre uma utilidade específica que não tem por objetivo exatamente diferenciar a qualidade dos trabalhos, mas que supõe relações capitalistas de propriedade em que os produtos criados mediante o trabalho coletivo só podem atender as necessidades de outros se forem igualmente capazes de serem trocados por qualquer trabalho, indicando uma homogeneidade do trabalho social (IAMAMOTO, 2010).

A divisão do trabalho no capitalismo estabelece a divisão de tarefas e a universalização da relação de dependência entre os trabalhadores como condição de satisfação de suas necessidades pela troca. Além de disparar também a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, que mantém a esfera do controle entre os próprios trabalhadores. (ENGELS; MARX, 2007)

Retomando o assistente social enquanto trabalhador assalariado, vislumbra-se que na inserção nessa dinâmica societária contraditória,

(...) a condição de trabalhador assalariado, regulada por um contrato de trabalho impregna o trabalho profissional de dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores, ainda que se expressem de modo particular no âmbito desse trabalho qualificado e complexo. (IAMAMOTO, 2010, p. 215)

À vista disso, o trabalho dos assistentes sociais é envolto pelas condições sociais objetivas que vão indicar a direção social da atividade, fato que ultrapassa à vontade ou consciência acerca desse processo pelos próprios profissionais (IAMAMOTO, 2004). O que significa dizer que

O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. Ainda que a natureza qualitativa dessa especialização do trabalho se preserve nas várias inserções ocupacionais, o significado social de seu processamento não é idêntico nas diferenciadas condições em que se realiza esse trabalho porquanto envolvido em relações sociais distintas. Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. (IAMAMOTO, 2010, p. 215)

Pelo exposto, identifica-se que a autonomia do trabalho do assistente social é tensionada pela compra e venda da sua força de trabalho e que, embora este trabalho tenha uma dimensão ético-política importante, posicionada em defesa dos interesses da classe trabalhadora, o assistente social não realiza o seu trabalho acima das classes e sem sofrer incidência direta pela conformação essencial da divisão da sociedade em classes antagônicas. Ao contrário, o assistente social por vender a sua força de trabalho, sofre diretamente os impactos desse modo de produção. Reconhecer este processo contribui para desmistificar a atuação profissional, que não deve ser vista nem de forma messiânica, nem fatalista; mas a partir das possibilidades e limitações concretas que se inscrevem neste terreno.

Identificar esses determinantes possibilita o exame dos instrumentos que mediam o trabalho profissional - o que será feito nos próximos capítulos -, bem como reconhecer os ditames do trabalho explorado do assistente social, que não está isento dos processos de alienação próprios da sociedade fundada na propriedade privada.

Compreende-se por alienação o fenômeno próprio da lei geral de acumulação capitalista, que separa o produtor dos instrumentos e produtos de seu trabalho. Precisa-se situar a alienação a partir da atividade criadora da humanidade, sob a perspectiva das circunstâncias em que ela se processa. Assim, analisando através das bases econômicas capitalistas, foram identificados quatro sentidos da alienação que formam uma unidade entre si. Primeiro, existem dois sentidos: o primeiro que expressa a alienação do trabalhador em relação ao produto do trabalho, dado que o resultado deste trabalho pertence ao outro, ao comprador da força de trabalho; o segundo sentido se expressa no ato de produzir, em que há um estranhamento com a própria atividade no processo em que a mercadoria força de trabalho é consumida,

porque a atividade não é desenvolvida sob decisões e condições escolhidas conscientemente pelo produtor, mas determinada a partir da dinâmica estabelecida por quem detém os meios de produção (MARX, 2003).

Esses dois sentidos, por sua vez, relacionam-se enquanto aparência de outros dois sentidos: a da alienação do trabalhador em relação a si mesmo, visto que a atividade do trabalho reduz-se a meio de reproduzir a vida, e da alienação em relação ao humano-genérico, sendo esta alienação o núcleo duro do processo de alienação, que é representado em outros sentidos como resultado e resultante. Na alienação no que concerne à própria vida humana, tem-se como decorrência a deturpação da vida genérica para um meio de vida individual. O homem enquanto ser genérico tem a sua atividade vital, o trabalho, como uma vontade e expressão da sua consciência, entretanto, o trabalho alienado inverte essa relação, tornando a atividade vital apenas um meio para a existência do homem individual (MARX, 2003).

Passado o momento de reconhecer brevemente as determinações gerais do trabalho dos assistentes sociais inseridos na luta de classes, isto é, enquanto trabalho explorado e, por conta disso, alienado, cabe agora desvelar as contradições particulares aos processos de trabalho dos assistentes sociais na relação com o seu projeto ético-político (PEP). Esta análise dar-se-á sob a luz do trabalho mediado pelas políticas sociais, ou seja, polarizado entre requisições institucionais de manutenção da ordem, bem como pelo atendimento das demandas sociais da classe trabalhadora, e que não incide somente na relação entre as classes, mas do assistente social enquanto pertencente à classe trabalhadora.

3 A INTERSEÇÃO ENTRE QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Fundamentado no contexto histórico-concreto do trabalho assalariado próprio do modo de produção capitalista, cujo núcleo central é a propriedade privada, este capítulo pretende investigar os nexos causais e correlações de como se opera o trabalho de assistentes sociais mediado pelas políticas sociais. A escolha pelo enfoque do trabalho no âmbito das políticas sociais é amparada pela compreensão de que a inserção do Serviço Social no trabalho coletivo por meio de políticas

sociais, constitui-se como uma mediação majoritária frente às respostas e demandas das diferentes expressões da questão social (RAICHELIS, 2018).

No interior da profissão, a 'questão social' tem atualmente um espaço privilegiado, pois posiciona-se como o objeto do Serviço Social. É entendida como fruto do processo de intensificação da apropriação privada da produção do trabalho cada vez mais coletivizado, o que corrobora em um cenário de profundas desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais interseccionadas por questões de raça, gênero e formações regionais (IAMAMOTO, 2001). Com isso, a questão social é definida como um conjunto de expressões de desigualdades e resistências forjadas no interior da sociedade capitalista madura (IAMAMOTO, 2001).

Percorrendo uma leitura histórica, observa-se que o pauperismo foi uma das primeiras expressões da questão social a ganhar relevância social no mundo, acontecimento que teve como solo a Europa, por volta de 1830, período em que efervescia a Revolução Industrial (PIMENTEL, 2007 apud SANTOS, 2012). Naquele momento, o pauperismo despontava em diferença qualitativa com relação à pobreza, dado que não correspondia a escassez na produção material e social da vida decorrente do baixo desenvolvimento das forças produtivas (SANTOS, 2012), mas do modo de produção capitalista que emergia. O pauperismo era um fenômeno em que "a miséria dos trabalhadores não é parcial, mas universal; não se limita aos distritos industriais, mas se estende aos agrícolas" (Marx, 2010, p. 48).

Historicamente, no exame do processo que origina a questão social, visualiza-se que existe a dimensão material e a dimensão política da questão social (PIMENTEL, 2007). No que consiste o aspecto material, as formulações elaboradas por Marx contribuem neste desvelamento, sobretudo através da Lei Geral da Acumulação Capitalista presente no capítulo XXIII do Livro I d'O Capital, em que ele desenvolve sobre o processo de valorização do capital e os impactos sobre a classe trabalhadora, inclusive no que diz respeito à sua formação em distintos estratos. No que concerne ao aspecto político, tem-se dois eixos: um enquanto o movimento de resposta e reação da classe trabalhadora à condição imposta de vida e de trabalho; e o outro da intervenção estatal sobre as expressões da questão social (PIMENTEL, 2016), processo que consiste em uma unidade de contrários.

A partir do momento que se reconhece que a base material da questão social está enraizada no modo de produção capitalista por intermédio da relação entre

capital e trabalho, tem-se como pressuposto que ela é também expressão contraditória da dinâmica do capital. No que compete à sua face de resistência, apreende-se que está associada à dimensão política enquanto luta da classe trabalhadora organizada por direitos, em defesa de melhores condições de vida e de trabalho, que pode apresentar-se de diferentes modos, como: greves, mobilizações, ocupações, quebra de máquinas, entre outros.

Ao retomar as formulações brasileiras sobre questão social, identifica-se um consenso com a síntese exposta acima, explicitada a saber como: “[...] conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da construção da sociedade capitalista [...]” (NETTO, 2006, p. 17); além de ser lida como origem

do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 77)

Captar a questão social subsidiada por essa contradição contribui para o deciframento do caráter das respostas estatais frente a ela, que, majoritariamente, se desdobram na formulação e implementação de políticas sociais nos dias atuais. Cumpre destacar que nem sempre as políticas sociais foram e são as respostas hegemônicas do Estado à luta entre capital e trabalho. À época do pauperismo na Europa, em 1830, que foi uma das expressões da questão social que ganhou destaque, embora tenha havido resposta estatal em forma inclusive legal mediante a nova Lei dos Pobres de 1834, a resposta não se deu nos moldes de uma política social. Ademais, foi na fase monopolista do capital que o Estado passou a intervir com políticas sociais de forma sistematizada e consolidada (NETTO, 2007). Considerando que a questão social é, sinteticamente, um momento da agudização da luta de classes promovido pelo desenvolvimento do capitalismo, e ganha espaço público de intervenção à medida em que a classe trabalhadora se apresenta de forma reivindicatória e em luta; cabe refletir acerca do conteúdo contraditório que as políticas sociais carregam.

3.1 Políticas sociais: respostas à agudização da luta de classes

A fim de chegar na compreensão do conteúdo das políticas sociais, faz-se importante localizá-las enquanto um instrumento do Estado que viabiliza direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora em luta. Sendo assim, com apoio da discussão realizada sobre o papel do Estado como poder político do capital, que culmina na garantia da reprodução dessa sociabilidade, tem-se que, as políticas sociais atuam de modo a reproduzir o capital e o controle político da burguesia via aparelho estatal (SANTOS, 2012). Logo, as políticas sociais expressam uma luta entre contrários, que vai desencadear em unidade; fenômeno que marca a contradição e a disputa de pólos opostos, que se relacionam, incorporam elementos entre si e provocam mudanças, visto que se encontram em constante movimento.

Ao responder às lutas da classe trabalhadora com políticas sociais, o Estado garante a reprodução da força de trabalho para o capital, e, principalmente, a manutenção da ordem capitalista estabelecida. Isso porque os trabalhadores em movimento são uma ameaça à manutenção da sociedade exploradora e opressora, visto que os processos de luta podem trazer saltos qualitativos na consciência de classe, fazendo a passagem de classe em si a classe para si³ (IASI, 2011). Além de representar uma ameaça num aspecto mais econômico imediato, como de diminuição da taxa de mais-valia através de luta por aumento nos salários. Tendo em vista esses conflitos que podem se abrir e comprometer a estabilidade do capital,

O Estado procura administrar conflitos para assegurar a reprodução da classe trabalhadora e a superpopulação relativa, essenciais para a sobrevivência do capitalismo. Isso evidencia a dimensão política da “questão social”, que pôs em questão a ordem socioeconômica e moral estabelecida, o que para os capitalistas era considerado um perigo e uma ameaça. Desde o momento em que as expressões da “questão social” e a luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho passaram a ser

³ A primeira prerrogativa apontada é que o processo de consciência não é linear e pode regredir a etapas anteriores. Depois, coloca-se que a ‘consciência em si’ é a que ainda se baseia em relações imediatas, não da perspectiva individual, mas grupal, como de uma categoria profissional, por exemplo. Nela, o proletariado se reconhece enquanto classe distinta da burguesia, o que significa reconhecer a existência do próprio capital e manifestar seu inconformismo e reivindicação à ele, ou seja, se submete à formas e condições reivindicatórias ainda estabelecidas por outro. A ‘consciência para si’, por sua vez, é a dupla negação de, inicialmente, o proletariado negar o capitalismo, mas, ao perceber os limites dessa primeira negação, negar-se a si próprio enquanto classe, o que implica em assumir a tarefa histórica de emancipação de toda a sociedade contra o capital (IASI, 2011).

uma ameaça à ordem estabelecida, as manifestações da “questão social” se tornaram alvo de intervenção estatal, mesmo que minimamente e de forma pontual, durante a fase concorrencial do capitalismo. (SANTOS, 2012, p. 91)

Acerca das formas de violência estatal abordadas brevemente no capítulo anterior, apreende-se que a cooptação (VÁZQUEZ, 1980) é uma delas, visto que enfraquece tensões sociais na esfera do Estado, culminando no reforço do falseamento da concepção do Estado como órgão neutro e acima dos conflitos sociais, bem como educa a classe trabalhadora a se movimentar de forma limitada através da institucionalização das lutas e reivindicações. Assim, contribui com saídas imediatistas e que, muitas vezes, reforçam concepções corporativistas e individualistas, circunscritas à esfera econômica, que não realiza uma análise pelos trabalhadores sobre sua situação de vida, tampouco relacionando a perspectiva de classe e as mediações que conformam a essência de seus problemas. Neste processo, tem-se uma trava na luta da classe trabalhadora para perspectivar a resolução dos problemas na órbita da sociabilidade burguesa, sem extrapolar para alternativas emancipatórias para além do capital.

Com isso, não há uma negação de conceber as políticas sociais como conquistas das lutas dos trabalhadores, assim como que materialmente tendem a melhorar as condições de vida da classe que é impelida a vender a sua força de trabalho. Portanto, as políticas sociais não são concessões do Estado, mas resultado da luta entre burguesia e proletariado, com isso, ela podem cumprir o papel tanto de reproduzir ainda mais os interesses do capital, ou dos trabalhadores, dependendo das lutas do confronto, sem, no entanto, ultrapassar os limites de reprodução do capital. Pretende-se destrinchar o conteúdo classista contraditório da mesma para uma análise mais apurada do trabalho dos assistentes sociais e a materialização de seu projeto ético-político emancipatório.

Ao realizar uma aproximação com as políticas sociais e entendê-las como oriundas da luta de classes, desloca-se a visão de que elas surgem como respostas naturais do Estado burguês no estágio do capitalismo monopolista (NETTO, 2007), tendo em vista que não existe uma dimensão natural, mas socialmente construída e que possui determinada funcionalidade.

Outro aspecto dessa leitura figura em aceder que política social é subsumida à política econômica (SANTOS, 2012). Acerca disso não será possível adentrar a

discussão pela densidade que ela implica e pelas limitações deste trabalho. Todavia, alguns elementos permeiam esse debate são: a relação subordinada de países capitalistas de economia periférica como o Brasil em relação aos países do centro do capitalismo, o que impacta tanto as relações econômicas, como diz respeito à subordinação à receituários de organismos multilaterais comandados por esses países para as políticas sociais; além da disputa do fundo público que existe entre a classe trabalhadora, com menos poder de barganha, e diferentes frações da burguesia, que com a financeirização e a atual crise capitalista opera de modo ainda mais voraz na extração de dinheiro através dos juros da dívida pública (BEHRING, 2010).

Outrossim, em períodos de expansão econômica combinado com as lutas dos trabalhadores, tende-se a haver conquista no âmbito das políticas sociais, seja através de aumento de recursos ou acréscimo de programas e projetos, o que, em períodos de retração e crise econômica, o Estado burguês, à mando do capital, não hesita em ter como uma das primeiras medidas a retirada de direitos dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2010). Em suma, o poder estatal atua como dominação política, operando e regulando as relações conforme as leis do mercado, às quais as políticas sociais são submetidas. Ou seja, não se faz política social em separado da economia, sendo que esta última prevalece em relação à primeira, porque, para o capitalismo, a prioridade são os lucros em detrimento dos trabalhadores e suas necessidades.

Considerando essa subsunção, observa-se que as políticas sociais não são conquistas permanentes, uma vez que encontram-se sempre no campo da disputa em que, de um lado, a classe trabalhadora busca sua manutenção e ampliação, enquanto, sob outro ângulo, o capital age em consonância com suas demandas para a própria manutenção de si como sistema. Sob este prisma e com base no processo de produção e reprodução do capital, indica-se que as políticas sociais operam na reprodução ampliada do capital, visando garantir condições adequadas para o desempenho da força de trabalho (RAICHELIS, 2018).

Nesse sentido,

As políticas sociais, compreendidas pelo viés ontológico-crítico, é um complexo desdobramento da sociedade alienada do trabalho assalariado que servem para promover ações que lidem com a degradação humana oriunda da exploração de uma classe sobre a outra enquanto a naturaliza e cria condições históricas mais propícias para a sua reprodução ampliada. Assim,

desenvolve ações que garantam a preservação e controle da força de trabalho assegurando condições adequadas para o desenvolvimento do capitalismo monopolista enquanto no campo político dá respaldo efetivo para a imagem do Estado como mediador de interesses conflitantes. As políticas sociais atuam na “questão social” fragmentando-a e particularizando-a, tomando-as recortadas como problemáticas particulares, posto que se tomada em sua totalidade, remete a relação capital/trabalho, o que significaria colocar em xeque a ordem burguesa. (LACERDA, 2013, p. 95)

As análises de LENHARDT e OFFE (1984 apud LACERDA, 2013) demonstram que o trabalho é eixo central articulador da política social no que toca o pressuposto da ação do Estado mediante política social visar “um conjunto de ações estatais para a transformação do homem em força de trabalho, para aceitação desta forma violenta de trabalho como meio de vida.” (LACERDA, 2013, p. 96)

Esse pressuposto existe em decorrência da própria lei geral de acumulação capitalista e de seu fundamento, visto que

A desapropriação da força de trabalho dos meios de trabalho (transformados em propriedade privada dos meios de produção da burguesia) acarreta três problemas estruturais: o problema da integração da força de trabalho no mercado; da institucionalização do atendimento de necessidades sociais “não integráveis” ao mercado de trabalho; a regulação quantitativa da relação entre oferta e demanda no mercado de trabalho, denotando o trabalho enquanto categoria preponderante para a estruturação das políticas sociais. (LACERDA, 2013, p. 99)

Apreende-se que a política social surge como forma de integrar a força de trabalho na dinâmica e condição assalariada sustentada pelo sistema capitalista, o que desencadeia na constituição da classe trabalhadora e na regulamentação da proletarianização (LACERDA, 2013). Na perspectiva dos trabalhadores, os serviços sociais são vistos como complementares à sobrevivência, enquanto, para o capital, são formas de socializar os custos da reprodução social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009). Dessa forma, ao examinar o desenho das políticas sociais, além de conceber que ela não pretende - e nem pode - aniquilar com a sistema assalariado, sua conformação aponta para um reforço dele e de determinadas sociabilidades, ou, nos casos de exclusão do mercado formal de trabalho, há a integração através de políticas ínfimas para assegurar mínima coesão social.

Acerca disso, constata-se que a política social é fruto de uma relação dialética entre o econômico e o político, em que, numa perspectiva a partir da totalidade social, verifica-se a interdependência entre produção, distribuição, intercâmbio e

consumo de mercadorias. Essa relação, em última instância, é mediada pela exploração da força de trabalho e pela busca incessante de acumular capitais.

Ao refletir sobre a particularidade das políticas sociais brasileiras, em linhas gerais, analisa-se uma estruturação que atua como mais um braço ideológico e material da dinâmica da sociabilidade, produção e reprodução das relações sociais burguesas. Um dos expoentes disso, e que serve como exemplo para a análise, é a centralidade da família nas políticas sociais, em especial, na proteção social. No Brasil, este exemplo é mais evidente no caso da Política Nacional de Assistência Social (2004), que tem como prioridade de ações, sobretudo, às famílias; e a matricialidade sócio-familiar que figura como uma das diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (2005). Ressalta-se que este paradigma não é exclusivo à Política de Assistência Social, visto que está fortemente presente na organização dos serviços na saúde, inclusive com o Programa de Saúde da Família, que é incorporado em 2006 à Política Nacional de Atenção Básica.

Entretanto, além de nos últimos anos a centralidade em tela ter ganho corpo institucional, entende-se que a lógica de funcionamento que constitui a instituição família opera em todo o tecido social, tendo em vista a incumbência dela na sociedade burguesa. Acerca disso, um dos pilares fundamentais dessa instituição é servir à reprodução da força de trabalho de modo, acima de tudo, não remunerado (ENGELS, 1979). Em vista disso, apoiado na opressão de gênero, historicamente, o capitalismo subjuga as mulheres ao espaço doméstico, a fim dar condições, mediante uma teia de relações sociais, para a efetivação do trabalho reprodutivo não pago (FEDERICI, 2017), essencial para a continuidade do capital. Por trabalho reprodutivo compreende-se o conjunto de tarefas que envolvem a reprodução humana, tais como, os cuidados com alimentação, manutenção da moradia, limpeza das roupas, cuidado com crianças e idosos, outras atividades que possuem uma característica biológica, embora a forma desses processos seja construída socialmente, como parto, amamentação e afins.

No capitalismo, a invisibilidade deste trabalho realizado, majoritariamente, no seio da família, captura para uma construção social em que ele é atribuído como atividade 'natural' relacionado à dimensão afetiva. Por conseguinte, oculta-se este trabalho da esfera da produção, isto é, de que sem ele não é possível garantir a reprodução da força de trabalho dia após dia; tanto no que tange aos trabalhadores em exercício, bem como o desenvolvimento de crianças - força de trabalho porvir -,

e, ainda, para a manutenção do exército industrial de reserva. O resultado disso é um ônus para a família operária, que tem de arcar com um trabalho necessário para a acumulação de capital.

No exercício de análise, ao inserir a família na dinâmica de produção e reprodução burguesas, faz-se necessário pensar nos significados contraditórios que a centralidade na família possui para as classes fundamentais e para o Estado. Nesta perspectiva, essa centralidade, na aparência, pode ser lida como um avanço no que concerne ao reconhecimento dela como espaço de proteção e qualificação do acesso aos direitos. Todavia, no cotidiano dos serviços, verifica-se um familismo, em que há uma menor responsabilização do Estado na provisão dos direitos, visto que este é potenciado nas famílias enquanto principais responsáveis pela garantia do bem-estar dos membros que as compõem (MIOTO, 2008). Baseado na prática familista, o acesso às políticas sociais ocorre quando a chamada capacidade protetiva das famílias se esgotou, visto que, o impulso é dado na direção de fortalecer que elas atendam às suas necessidades na esfera mercantil, através da venda da força de trabalho (MIOTO, 2008).

Em termos gerais, a tendência é que, ao realizar este movimento, as atividades no âmbito das políticas sociais sejam orientadas sob a luz do disciplinamento. Nesse sentido, não significa dizer que, explicitamente, o trabalho vai transcorrer sempre de forma abertamente tutelar, mas que, de modo geral, as alternativas colocadas, inclusive considerando a necessidade de integração às dinâmicas sociais hegemônicas, a fim de não sucumbir às margens do sistema, indicam um caminho de fortalecer a capacidade protetiva da família nos moldes do capital. Com base nos padrões observados nas políticas sociais e os recursos ínfimos e constantemente enxugados, não estão colocadas as condições materiais para um reforço da capacidade protetiva das famílias numa perspectiva de acesso concreto à direitos, mas de considerar suas “potencialidades e fragilidades” - termo amplamente utilizado na proteção social -, visando gerir o processo de integração das famílias ao assalariamento, tanto na condição material, quanto de comportamento socialmente construído para a classe trabalhadora.

Sugere-se, por essa razão, que o caminho indicado via políticas sociais em relação à capacidade protetiva das famílias é o do reforço do cumprimento de sua função social no bojo do capitalismo. O que significa dizer que, mesmo que tenha um aceite no que se refere às diferentes configurações familiares, o que está no

centro da questão é que a intervenção possui uma dimensão de corroborar no oferecimento de condições das famílias trabalhadoras cumprirem o papel de cuidarem de seus membros, de modo a garantir a reprodução social capitalista.

Qualificando a análise,

É da forma de produção que se erguem as relações alienadas/estranhadas. No bojo de complexas e agudas contradições da luta de classes na era monopólica do capital, para lidar com a reprodução social, o Estado burguês lançará mão das políticas sociais para gerir as refrações da “questão social”. Funda-as enquanto meio alienado de alocação de recursos para satisfação parcial de necessidades imediatas da classe trabalhadora para que ela se reproduza enquanto força de trabalho. Este é o lócus de atuação da assistente social, tal como todo trabalhador, vende sua capacidade física e espiritual para o trabalho que serve ao capital, não de forma direta na produção de mais-valia, mas indiretamente, na reprodução social. Este profissional atua na manipulação das variáveis mais superficiais das expressões da “questão social” (NETTO, 2007), executando ações de uma mediação de segunda ordem do capital – a política social – para viabilizar a reprodução de outra – a família nuclear, repondo suas relações alienadas/estranhadas. (LACERDA, 2017, p. 112)

Outro aspecto que se alia ao exame da funcionalidade das políticas sociais em atender de forma ínfima a reprodução social reside em seu aspecto focalista, compensatório e fragmentado. Esta realidade, amplamente discutida nas literaturas que abordam as políticas sociais e que comporta diversas análises acerca de sua causa, é entendida aqui como mola de contenção das adversidades provindas do processo econômico (SILVA, 2018). Mediante serviços focalizados na pobreza, não há o interesse de atender as necessidades humanas, mas o de atender a necessidades mínimas para garantir a reprodução social fundamental, objetivando que o capital não colapse, nem que os trabalhadores entrem em revolta decorrente de sua condição de vida. Em relação às necessidades humanas, não cabe à propriedade privada transformar uma necessidade básica em necessidade humana, dado que, no reforço de saná-las via mercado, nega-se o refinamento da compressão das mesmas para um rebaixamento e simplificação, sejam elas do corpo ou do espírito (MARX, 2004).

De modo geral, após violentos processos de desumanização e negação de inúmeros direitos, ainda é permitido que a parcela mais pauperizada da classe trabalhadora acesse serviços e programas limitados, entretanto, que vão imediatamente aliviar a demanda vivenciada, reforçando a cooptação via políticas sociais e a construção de que direitos sociais focalizados convertem-se em favor.

Ademais, a reprodução social estruturada pelo Estado burguês é uma forma de distribuição de renda e da riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores, materializada sob forma de benefícios, proteção e serviços que não alteram em nada as relações de produção capitalistas (FALEIROS, 2006). A fatia do fundo público direcionada às políticas sociais exprime a correlação de forças existente entre as classes fundamentais em luta, além de, sobretudo, as necessidades da burguesia em determinado momento histórico. Ainda sobre essa relação, essas disputas e respostas estatais acabam por operar legitimando o Estado e os governos, numa concepção não de rompimento, mas de validação deste processo (FALEIROS, 2006).

Portanto, o horizonte final não parece habitar na busca da máxima distribuição da riqueza socialmente produzida, uma vez que produção e distribuição são processos interligados e que, a peça-chave da produção de desumanização da sociedade burguesa encontra-se na produção mercantilizada da vida, que vai, inclusive, ditar a distribuição da riqueza para que corresponda às demandas da acumulação. Exemplo de que uma distribuição mais “justa” e políticas sociais universais não alteram a sociedade de classes é o Estado de Bem-Estar Social que, em essência, executou uma política de qualificação da incorporação dos trabalhadores a um mercado consumidor que expande cada vez mais com a mundialização do capital (LESSA, 2013).

Com as devidas particularidades e afirmando que não tratou-se de um Estado de Bem-Estar Social, relaciona-se o período vivido no Brasil no início dos anos 2000 com os governos petistas, em que, acompanhado da expansão econômica, houve a ampliação dos programas e serviços sociais numa lógica de consumo e acesso a bens via crédito, deste modo, foi fortalecida a ideia de cidadão-consumidor. A aceção a que se chega, assim, é que, em maior ou menor grau, por vezes com diferentes roupagens, as políticas sociais vão atuar perspectivando o fortalecimento do mercado, do consumo e a reprodução do capital.

Outrossim, tanto no funcionamento interno na relação com os trabalhadores das políticas sociais, quanto na relação com a população usuária, existe um movimento tendencial de redução da política social à burocracia, pautada em critérios econômicos e jurídicos (LACERDA, 2013). O caráter desse ocultamento é a suspensão da luta de classes nas políticas sociais, e, com isso, mascarar o seu

objetivo primordial de fazer com que a força de trabalho se mantenha submetida ao universo do trabalho assalariado (LACERDA, 2013).

Com estes breves elementos, objetivou-se dimensionar em termos concretos a natureza e os limites das políticas sociais de forma articulada a organização e lógica do capital e seu Estado. Assim, compreende-se que as políticas sociais são mediadoras de segunda ordem na reprodução do status quo. Assentado nessa leitura, torna-se possível analisar as respostas profissionais no terreno histórico da luta de classes, bem como refletir as limitações e possibilidades existentes no cotidiano na relação com os objetivos históricos de emancipação de toda a sociedade.

3.2 O trabalho das assistentes sociais nas políticas sociais

O caminho percorrido até aqui cumpre o objetivo de fornecer os pressupostos para edificar uma análise sobre o trabalho dos assistentes sociais no seio de uma sociedade dividida em classes com interesses antagônicos, que cria dinâmicas que servem à dominação e exploração de classe. À vista disso, ressalta-se que o movimento anterior, embora tenha se dado de forma separada em capítulos e seções para fins didáticos, estabelece uma unidade metodológica para desvelar o real, que se apresenta de forma fragmentada. Assim, para a análise do trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais, o pensamento desenvolvido acima não será ponto de partida, e, sim, resultado do concreto, síntese de múltiplas determinações, em outras palavras, unidade do diverso (MARX, 2003).

Nesta direção, entende-se que quando há a incorporação de profissões pela estruturação de um mercado de trabalho, essas passam a ocupar lugares específicos na divisão social e técnica do trabalho. No caso do Serviço Social, esse lugar leva-o a apresentar respostas para as contradições sociais engendradas pela 'questão social' - requisições constitutivas da regulação e formulação de respostas institucionais ditadas pela dinâmica da luta de classes na relação com o Estado (RAICHELIS, 2018).

Conceber o Serviço Social no capitalismo impõe analisar que o projeto profissional não se materializa de forma à parte das tensões e contradições agregadas pela dimensão do trabalho assalariado. Processo que "impõem limites cada vez mais estreitos à relativa autonomia profissional na implementação desse

projeto, subordinando assistentes sociais aos constrangimentos da alienação e à reificação nas relações de trabalho.” (RAICHELIS, 2018, p. 29)

Ao discutir a relativa autonomia como ferramenta integrada ao trabalho profissional, insere-a na leitura o papel profissional na reprodução contraditória das relações sociais. Após isso, importa destacar que os assistentes sociais dispõem da chamada relativa autonomia pela inscrição enquanto “profissional liberal”, o que, na condução do trabalho, possibilita: autonomia para a apresentação de intervenções baseadas nos referenciais teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, existência de um Código de Ética, lei que regulamenta a profissão, dispõe sobre atribuições privativas e competências, além de fóruns para disciplinar e defender o exercício profissional (YAZBEK, 2009). Com isso, a relativa autonomia indica a possibilidade de criar possibilidades em conformidade com o projeto profissional mesmo num cenário de requisições e limitações institucionais (IAMAMOTO, 2009). Em outras palavras,

É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional. Ainda que os profissionais disponham, no mercado de trabalho, de uma relativa autonomia na condução de suas atividades, os empregadores articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados, estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional em espaços ocupacionais específicos (IAMAMOTO, 2009, p. 219).

Baseado nessas prerrogativas ocorre uma fissura com visões endógenas da profissão, que a entendem enquanto possuidora de uma qualidade e existência em si. Em verdade, o Serviço Social constitui-se no movimento da luta de classes, do Estado e da análise posicionada que realiza a partir desse cenário. Portanto, compreendê-la e buscar o descortinamento das contradições postas no trabalho profissional, é fugir de autorrepresentações que excluem determinações sociais, econômicas e políticas incidentes no fazer individual e coletivo dos sujeitos (RAICHELIS, 2018). Por conseguinte, foi o processo de passagem de uma leitura profissional abstrata, a-histórica e descolada das bases sócio-históricas que possibilitou uma mudança qualitativa com a *autonomia relativa* preponderante até então, caracterizada por análises deterministas e voluntaristas, a fim de alcançar o campo da superação do atendimento acrítico das demandas institucionais,

assentado no reconhecimento de disputas e tensionamentos desses espaços (RAICHELIS, 2018).

Alicerçado no entendimento do significado social da profissão intrínseco aos processos de produção e reprodução das relações sociais, o trabalho profissional passa a conter a possibilidade consciente por parte dos sujeitos profissionais do novo, do diverso e do contraditório. Sendo assim, o que se quer dizer é que existe o eixo da atuação profissional travada no acervo comum hegemônico teórico-metodológico e ético-político que subsidia o trabalho profissional, bem como o eixo do controle por quem detém o poder político dos serviços e trabalho exercido. Assumir esta concepção do trabalho implica assentir que as atividades são determinadas para além do controle dos trabalhadores, sobretudo no que se refere à organização, recursos e objetivos definidos pelos empregadores da força de trabalho (RAICHELIS, 2018).

Trata-se de processos sócio-institucionais de controle e ação política organizados de forma externa ao profissional que realiza o trabalho, o que incide nos serviços e políticas sociais, dado que a condição de assalariamento também implica não dispor de todos os meios e instrumentos necessários à execução do trabalho (TORRES et al., 2015). Reconhecer este aspecto contribui para a superação de uma leitura messiânica e ilusória da profissão, que abdica das contradições existentes para atribuir todo o trabalho profissional a uma vontade da individual do assistente social.

Significa dizer que,

Nessa estrutura produtiva, a alienação do trabalho se manifesta, também, pela presença de um «comando sobre o trabalho» que se afirma enquanto um «poder separado» tanto do trabalhador como do próprio processo de trabalho: o que e o como será produzido é determinado por forças que não emanam nem da atividade produtiva estrito senso, nem do trabalhador diretamente envolvido. (LESSA, 1998, p. 139)

Nesta direção, entende-se que no trabalho dos assistentes sociais há um comando sobre o trabalho. Nas políticas sociais verifica-se isso nas determinações do que vai ser incorporado como demandas e necessidades sociais, qual será o desenho das políticas sociais, condicionalidades de acesso e permanência, quantidade de recursos alocados. Embora possa haver diretrizes formuladas de modo participativo com a classe trabalhadora, há um poder deliberativo maior do aparelho estatal, porque ele é o mediador econômico indispensável para a

reprodução ampliada do capital. Assim, não é possível que todas as decisões sejam feitas pelos trabalhadores. Com isso,

O ser humano atua como “homem desumanizado” porque seu trabalho obedece às regras de um mediador estranho, em vez do próprio ser humano ser mediador para o ser humano, ele torna-se um meio de satisfação das necessidades mesquinhas do outro, impostas enquanto necessidade artificial em detrimento das necessidades genuinamente humanas. A relação de trabalho estranhada na qual se insere o trabalho da assistente social não tem sua origem no marco das políticas sociais, já que estas existem em função da sociedade de natureza econômica desigual que precisa de ajustes externos às leis de mercado para se regular e garantir a reprodução social. Estamos, portanto, num trabalho no marco da reprodução social, viabilizando a forma específica de produção capitalista. A indústria é ao mesmo tempo a causa da complexidade crescente da sociedade humana (criando novas necessidades ao satisfazer as antigas), quanto meio de afirmar a supremacia do ser humano sobre a natureza. (LACERDA, 2017, p. 109)

Trazendo essa interferência para o concreto, os desenhos de políticas de proteção social nos anos que se seguiram após o receituário de organismos multilaterais, apresentaram um foco no combate à pobreza mediante programas de transferência de renda pulverizados, que atendem o ideário prescrito pelo Banco Mundial para o trato das expressões da questão social, sobretudo em países de capitalismo periférico (SILVA; SILVA, 2013). Um resultado disso é a redução de direitos para a conformação de políticas sociais focalizadas e compensatórias destinada aos mais explorados.

O que se pretende com a explanação realizada é aprofundar a dimensão contraditória do trabalho nas políticas sociais sob o jugo da reprodução da dominação capitalista, sem, entretanto, afirmar que não há possibilidades de uma perspectiva de trabalho crítica e comprometida com os interesses históricos da classe trabalhadora. Deste modo, entende-se que um primeiro passo é conhecer o terreno em que a realidade se processa sob as lentes da ciência dos trabalhadores - o materialismo histórico-dialético -, que não mistifica, nem oculta a realidade como a ciência burguesa; para, assim, criar as possibilidades reais de um trabalho ético e politicamente posicionado. Logo, provoca-se um rompimento com um trabalho puramente técnico promovedor de consensos junto a população, que tem na política social o mediador da precária coesão social, do apaziguamento, da busca pela redistribuição da riqueza produzida que não se volta para a centralidade do problema: a produção social da riqueza.

Isto posto, recorre-se ao papel que o trabalho - atividade principal do mundo dos homens - exerce para a sociabilidade humana. Através dele existe um processo complexo de formação de consciência, já que ocorrem mediações tanto na relação homem-natureza, quanto com outros homens. Nesse processo de produção e reprodução da vida social que objetiva finalidades, tem-se a criação de novas necessidades, aumento da capacidade humana de criar e, com isso, forjar novas possibilidades (MARX, 2017). Sem dúvida, este processo histórico que humaniza os seres humanos, levando a diferenciação com a natureza, se complexifica no capitalismo. Assim, não são poucas as mediações ideológicas criadas pela classe dominante para ocultar o real e manter a exploração.

Acredita-se, em vista disso, que as políticas sociais servem à ideologia e contribuem com o processo de alienação no trabalho dos assistentes sociais, tanto pelos motivos elencados acima, quanto porque, como resultado disso, modela respostas institucionais prontas às demandas que chegam aos serviços, sem possibilitar grandes alterações objetivas para as inúmeras situações, dado que as condicionalidades, falta de recursos materiais e humanos, entre outros, transcende a vontade individual de profissionais e usuários. Muitas vezes, não se percebe a insuficiência do conteúdo genérico das respostas colocadas e, acredita-se insucesso aos usuários por não terem 'aderido' aos encaminhamentos e ao plano de trabalho elaborado.

Ao afirmar isso, não há uma redução do trabalho profissional à esfera econômica, tampouco nega-se a dimensão socioeducativa da profissão, no entanto, analisa-se as insuficiências materiais das políticas sociais, inclusive porque para fazer história, os homens precisam de determinadas condições, a saber: comer, beber, ter moradia, vestir-se, entre outras (MARX, 2003), o que é negado para grande parte da humanidade.

Recapitulando, ao mesmo passo que as políticas sociais operam como uma mola que reduz impactos das desigualdades sociais, sem, nunca, acabar com elas, combinado a elas, existe um conjunto de visões ideológicas (estigmas, preconceitos, moralização) que são criadas para a culpabilização da classe trabalhadora. Deste modo, uma atuação profissional pautada puramente no conhecimento das legislações, voltada ao debate sobre aplicabilidade, eficácia e eficiência das políticas sociais está fadado à produção e reprodução da dominação e relações alienantes, visto que, embora muitas delas tenham aparência formal-abstrata de 'proteção

social', 'socioeducação', 'atendimento às necessidades sociais', 'respeito a autonomia e a dignidade', o que verifica-se é, muitas vezes, o oposto. Logo,

(...) este debate faz-se mais que obrigatório, tendo em vista que compreender a gênese e o desenvolvimento das políticas sociais é condição para entender a própria intervenção profissional, não correndo riscos de uma interpretação idealista ou fatalista, que, no primeiro caso, tende a considerar que as políticas sociais em geral seriam um caminho para a efetivação e ampliação da democracia na ordem do capital ou ainda, no segundo caso, considerar que é melhor pouco do que nada e que devemos aceitar as condições como estão postas. (OLIVEIRA, 2015, p. 349)

No intuito de superar essa atuação, depreende-se que entender as políticas sociais no movimento dialético e contraditório, e, portanto, sob uma perspectiva crítica que busca a essência dos fenômenos é o primeiro pressuposto para uma atuação profissional menos alienada e mais próxima aos interesses da classe trabalhadora. Em sequência, o solo para analisar as causalidades e o pôr teleológico do trabalho estará mais próximo do concreto sensível, culminando em vislumbrar as possibilidades reais e os limites de cada ação profissional.

Deste modo, o assistente social enquanto ser ativo, apoiado no materialismo histórico-dialético e no projeto profissional pautado na crítica radical da sociabilidade burguesa, bem como na defesa da construção de uma nova ordem societária, tem mais ferramentas para identificar as armadilhas ideológicas de submissão de uma classe sobre a outra, que se refletem no trabalho. Acredita-se na edificação de um pôr teleológico que tenha clareza das finalidades que se quer atingir e das inúmeras contradições que lhe constituem.

Ressalta-se que o pôr teleológico no que compete à objetivação do trabalho não significa a plena objetivação como na prévia ideação, tendo em vista que a realidade está em constante movimento, por conta disso, não há o controle sobre todos os aspectos que incidem na realidade. Assim como no processo de trabalho, o trabalhador se modifica, ganha novas percepções, identifica novas possibilidades e falhas advindas da efetivação do trabalho, o mesmo processo de movimento também ocorre com os usuários das políticas sociais às quais o trabalho se destina.

Ainda, esta análise não corrobora com a crença de que através desses pilares o assistente social não sofrerá mais com a alienação, tendo em vista que ela é intrínseca ao trabalho explorado do capitalismo, nem, tampouco, que pela atividade profissional haverá uma mudança substancial e radical na vida dos sujeitos

usuários, dizer isso seria ignorar que as expressões da questão social advém da concreta produção social da vida, processo que extrapola a atuação do assistente social. O que se quer dizer, aqui, é que através do trabalho desmistificado, das descobertas e conhecimentos emergidos pelo desvelamento do real, desenvolvimento da consciência de classe, poder-se-á elevar o patamar de sociabilidade mais combativo ao capital e criar estratégias mais próximas do projeto ético-político. Acerca disso, o último capítulo deste trabalho buscará se deter mais.

3.2 Percurso metodológico e achados da pesquisa bibliográfica

Com vistas a conseguir obter uma maior aproximação do que é identificado pelos assistentes sociais como desafios e contradições no trabalho nas políticas sociais para a efetivação do projeto ético-político, utilizou-se a pesquisa bibliográfica. A pesquisa viabilizada pelas lentes do método dialético-crítico conformou-se como qualitativa, de abordagem exploratória e foi formulada no Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso. Em relação aos objetivos do presente trabalho, e que subsidiam a pesquisa bibliográfica, tem-se: 1. Desvendar quais são as contradições colocadas no trabalho de assistentes sociais na relação com as políticas sociais, a fim de apreender os desafios para a materialização do projeto ético-político da profissão; 2. Investigar as múltiplas determinações que incidem e organizam o trabalho de assistentes sociais na sociedade capitalista; 3. Decifrar o caráter contraditório das políticas sociais e os rebatimentos para o trabalho profissional de assistentes sociais; e 4. Apreender os limites e as possibilidades para a materialização do projeto ético-político no cotidiano profissional.

Para atingir os objetivos, escolheu-se ter como base de dados os anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) dos anos de 2010, 2013, 2016 e 2019, visto que o evento ocorre com a periodicidade de três em três anos. A decisão pelo CBAS deu-se por ser o maior congresso de abrangência nacional, que reúne a categoria de assistentes sociais em seus diferentes níveis e inserções: trabalhadores dos espaços sócio-ocupacionais, docentes e estudantes.

A triagem do material encontrado teve duas fases: i. a primeira mediante os descritores trabalho, política social, projeto ético-político e contradição; e ii. a leitura exploratória. Por leitura exploratória compreende-se a realizada pelo exame dos índices, resumo ou da introdução, possibilitando uma análise geral da obra, de modo

a facilitar a filtragem por assuntos que serão relevantes para a pesquisa (GIL, 2002). Após isso, foi feita uma leitura seletiva, definida como a determinação do material que de fato interessa à pesquisa, baseado nos objetivos da mesma (GIL, 2002). Para sistematizar os conteúdos e categorias emergentes a partir da leitura seletiva, foi elaborada uma tabela de análise que se encontra em apêndice. Para o estudo das produções foi elaborado um roteiro que visava analisar quais as contradições e desafios apreendidos pelos autores no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais, bem como as estratégias e desafios para a materialização do projeto ético-político.

Visando socializar os resultados quantitativos encontrados a partir dos descritores selecionados em cada edição do CBAS, elaborou-se as tabelas 01, 02, 03 e 04 que sistematizam a quantidade de artigos encontrados na busca individual por cada descritor.

Tabela 01: Artigos selecionados do CBAS de 2010

Descritor	Nº de Artigos
Trabalho	109
Política Social	20
Projeto ético-político	18
Contradição	6

Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Tabela 02: Artigos selecionados do CBAS de 2013

Descritor	Nº de Artigos
Trabalho	151
Política Social	26
Projeto ético-político	16
Contradição	14

Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Tabela 03: Artigos selecionados do CBAS de 2016

Descritor	N° de Artigos
Trabalho	202
Política Social	27
Projeto ético-político	21
Contradição	8

Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Tabela 04: Artigos selecionados do CBAS de 2019

Descritor	N° de Artigos
Trabalho	326
Política Social	36
Projeto ético-político	15
Contradição	8

Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados da pesquisa.

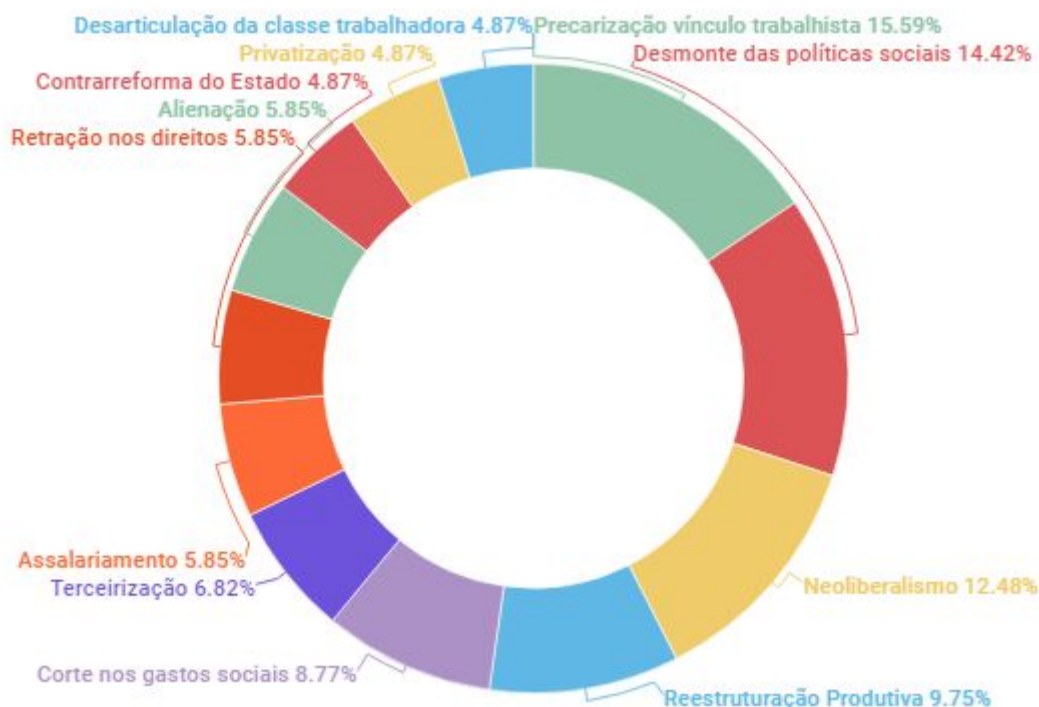
Em análise dos resultados, depreendeu-se que cresceu progressivamente as produções no âmbito do Serviço Social que abordam o tema do trabalho, seja de forma a analisar sob o prisma mais teórico da categoria trabalho - de forma abstraída -, como também a partir de reflexões dos trabalhos desenvolvidos pela categoria profissional em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Outrossim, o mesmo ocorreu com o descritor política social - que também foi pesquisado no plural -, no entanto, de modo menos expressivo que o trabalho. No que compete aos descritores projeto ético-político e contradição, este último que também foi pesquisado no plural, observou-se que foi mantido um padrão quantitativo semelhante de produções que utilizam essas categorias como palavras-chave nas produções desenvolvidas nos anos analisados.

Após a leitura exploratória, em que artigos foram eliminados mediante leitura do título e/ou do resumo, chegou-se ao resultado de quarenta produções que

convergiam com os objetivos da pesquisa. Cumpre destacar que em relação a análise dos desafios e contradições no trabalho dos assistentes sociais na interlocução com as políticas sociais, não foi escolhida uma política social prioritária, uma vez que o objetivo é mensurar o que aparece enquanto universalidade das contradições, e não as particulares de alguma política social. Assim, tem-se produções que versam sobre o trabalho na assistência social (11), saúde (5), assistência estudantil (1), habitação (1), Seguridade Social sem ênfase em uma política social específica (2). Por conseguinte, selecionou-se também os artigos que debatem os rebatimentos atuais no trabalho dos assistentes sociais e nas políticas sociais de modo genérico, com ênfase na terceirização, precarização, no impacto promovido pelo neoliberalismo. Do mesmo procedeu-se na escolha dos que discutiam o projeto ético-político, ou seja, tanto sob uma perspectiva de análise de um espaço ocupacional concreto, como também a partir da abstração do pensamento articulado ao real.

À vista disso, com a finalidade de facilitar a compreensão dos achados da pesquisa, estes foram divididos em três gráficos. Um que aponta os elementos de fundo, tanto conjunturais, quanto estruturais, que conformam o trabalho nas políticas sociais e representam um desafio ou contradição para a materialização do projeto ético-político, conforme os materiais analisados. Outro que faz a mediação de como esses elementos mais gerais apresentam-se no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais, enquanto desdobramentos diretamente perceptíveis. E, por fim, outro que sistematiza os caminhos apontados para a materialização do projeto ético-político, enquanto estratégias de enfrentamento e resistência.

Gráfico 01: Elementos conjunturais e estruturais que se interpõem à materialização do Projeto ético-político do Serviço Social



Fonte: Elaborado pela autora baseado nos resultados da pesquisa.

Primeiramente, cabe assinalar que vários dos apontamentos e categorias emergentes que surgiram pela leitura seletiva possuem uma articulação concreta fundamental, sendo um desdobramento do outro. No entanto, a fim de dar visibilidade ao conteúdo encontrado, bem como de categorizar esses processos em separado, apesar de estarem, muitas vezes, interligados, optou-se por mantê-los de forma isolada, inclusive porque, para fins didáticas, a nomeação desta forma possibilita uma maior compreensão do fenômeno, uma vez que pode-se estabelecer uma mediação a partir do concreto.

Assim, o maior desafio apontado pelos assistentes sociais no trabalho realizado nas políticas sociais diz respeito à *precarização do vínculo trabalhista*. Este fenômeno é decorrente e estabelece relação com outros destacados no gráfico, numa relação que vai desencadeando outros processos sociais⁴. Em outras

⁴ A noção de processos sociais está entrelaçada a ideia de produção e reprodução como totalidade, que reproduz o movimento da realidade e exige o reconhecimento do protagonismo das classes, a fim de apreender os interesses e disputas em jogo (ABRAMIDES, 2006).

palavras, a análise majoritária das produções converge que a reestruturação produtiva, fruto da grande crise do capital da década de 1970, inaugurou um novo padrão de acumulação do capital: a acumulação flexível, desregulamentadora de direitos e que tem na flexibilização do trabalho um de seus motes centrais. No Brasil, entende-se que o *neoliberalismo* adentrou o tecido social na década de 1990, e é uma expressão da reestruturação produtiva e ideológica do capital (CEOLIN, 2014).

Nesse cenário de desmonte do serviço público, os assistentes sociais foram diretamente afetados, tendo em vista que trabalham com os serviços sociais que provém do Estado. Essa mudança dos vínculos de trabalho para subcontratação, contratação temporária e outros, coloca a tendência de alteração nos dados da pesquisa realizada com dados de 2004 pelo CFESS (2005) sobre o perfil dos assistentes sociais que constatou que

no nível nacional, 78,16% dos assistentes sociais atuam em instituições públicas de natureza estatal, das quais 40,97% atuam no âmbito municipal, 24%, estaduais e 13,19%, federais. Assim, assistente social no Brasil é majoritariamente um funcionário público, que atua predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras. O segundo maior empregador são empresas privadas com 13,19% (o mesmo índice que as instituições federais), seguido do “Terceiro Setor”, com 6,81% (englobando Organizações Não Governamentais (ONGs), Associações, Cooperativas, entre outras que viabilizam a chamada “responsabilidade social”). (IAMAMOTO, 2009, p.5)

Dados dessa mesma pesquisa apontaram que a maioria dos trabalhadores, 55,68%, tinham o vínculo de estatutário, que prevaleceu em todas as regiões do país. Embora não haja dados quantitativos atualizados para certificar a tendência de alteração nesse vínculo, é perceptível o aumento dos debates nas produções dos assistentes sociais, bem como nos espaços do conjunto CFESS/CRESS, sobre o aumento do trabalho no “Terceiro Setor”, que se materializa não pelo vínculo de estatutário. Essa alteração é substancial nas condições de trabalho dos assistentes sociais, uma vez que reduz alguns direitos trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora, promove rebaixamento de salários e, ainda, instabilidade que interfere na relativa autonomia dos assistentes sociais e possibilidade de maior submissão à gestão para a manutenção do emprego. Outro elemento é que muitas das instituições que executam os serviços via terceiro setor possuem cunho religioso, predominantemente cristão ou católico. Percebe-se o aumento de representações

religiosas nos equipamentos sociais em decorrência da terceirização na execução dos serviços, o que implica em novos desafios para a atuação profissional no que tange não confundir perspectivas religiosas individuais e dos serviços na condução do trabalho. Desta maneira, os assistentes sociais precisam estar atentos a este entrelaçamento para garantir a liberdade e diversidade religiosa, na direção de efetivar laicidade do serviço prestado aos usuários.

As reverberações concretas do neoliberalismo são evidenciadas pela naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais, que são agudizadas - e não mais mascaradas como em outros períodos -, além disso, tem-se *retração nos direitos* conquistados pela classe trabalhadora, de modo a torná-los mercantil (IAMAMOTO, 2009). Outrossim, para efetivar esse desmonte, os mecanismos acionados são o de *Contrarreforma do Estado*, enxugamento da máquina estatal sob o discurso de necessidade de modernizá-la, desburocratização; desresponsabilização do Estado no provimento dos direitos e, com isso, a *terceirização, a diminuição nos gastos sociais e privatizações*. Com todo esse cenário de retração dos direitos sociais e trabalhistas, os assistentes sociais, uma vez que estão incluídos na classe trabalhadora, são afetados e sofrem com a perda de direitos e aviltamento das condições de vida.

No que concerne à *condição assalariada* e o *caráter alienado do trabalho*, visualiza-se que são condições estruturais do modo de produção capitalista baseado na exploração do homem pelo homem. Desta maneira, não provém de conjunturas e estratégias escolhidas pelo capital com base nas demandas de determinado período, mas são características fundamentais desse sistema. Portanto, no processo de vender a força de trabalho, os assistentes sociais se inserem no jogo do capital e o seu trabalho também passa a ser forjado através do duplo caráter: o concreto, voltado para o valor de uso; e o abstrato, que se expressa no salário (MARX, 2017). É sob essa configuração que os processos de alienação também são vivenciados pelos assistentes sociais, visto que, sendo o trabalho categoria central da vida social e que funda o ser social, e, sendo ele orientado pelos ditames de algo externo ao trabalhador, ocorre também a captura da subjetividade, uma separação com o produto do trabalho e uma aproximação de diferentes graus com a ideologia da classe dominante: a vida é organizada, mesmo que de modo oculto, para atender aos interesses do capital.

Um reflexo da alienação é a fragmentação e *desarticulação dos trabalhadores* em termos político-organizativos para reivindicar demandas e construir estratégias de superação desta sociedade, o que foi apontado como desafio nas produções. Percebe-se um descenso - o que não quer dizer ausência - nas lutas e organização da classe trabalhadora, que, atualmente, apresenta dificuldades de dar respostas à altura dos ataques que sofre. Sobre esse apontamento também caberia um outro trabalho próprio sobre o tema, todavia, respeitando os limites deste, registra-se essa afirmação advinda das produções como um desafio para a efetivação do PEP, sobretudo em tempos adversos para ele e sem uma organização classista consolidada e massiva.

Todo este arsenal que conforma elementos gerais opera através de mediações concretas na vida social. Considerando isso, o gráfico 02 remete a percepção desse movimento no cotidiano vivido pela categoria.

Gráfico 02: Situações concretas dos desafios no trabalho dos assistentes sociais.



Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Conforme dados da pesquisa, concretamente no trabalho e na formação profissional, os desdobramentos dos processos elencados no gráfico 01 se refletem, principalmente, na *piora das condições de trabalho*, infraestrutura precária, falta de recursos materiais e humanos, que prejudicam o pleno exercício profissional de

todos os trabalhadores e, em específico para os assistentes sociais, incidem nas condições éticas e técnicas do trabalho estabelecidas na resolução nº 493/2006 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

Foi apontado também o *aumento da demanda de trabalho* dos assistentes sociais, tanto no sentido de gerar uma sobrecarga, quanto no de ser uma demanda maior do que a comportada pelo serviço, e, assim, acabar reprimida e negada aos usuários. Outro rebatimento expressivo identificado foi o de desencadear uma *atuação profissional imediatista*, que dá respostas focalistas para as demandas e, muitas vezes, não consegue desvelar a essência da situação que se mostra aparente na demanda apresentada. Visualiza-se que,

(...) o Serviço Social, enquanto uma das especializações do trabalho, parte da divisão social e técnica do trabalho social (IAMAMOTO, 2007) também sofre todas as consequências e as perversidades impostas pela ideologia capitalista, o que acarreta, em muitos casos, em uma precarização dos seus serviços. O profissional, muitas vezes, é dragado pela dinâmica imediata do real, consumido pelas relações cotidianamente estabelecidas, inviabilizando, assim, qualquer alternativa que possa contribuir com a sintonia entre a profissão e da intervenção profissional e os a emancipação humana. (SILVA, 2018, p. 47).

Esta falta de clareza de finalidade e ações sem intencionalidade, que, como viu-se acima, não é responsabilidade ou culpa individual dos trabalhadores, inúmeras vezes, acaba por fortalecer o pólo de reproduzir interesses da ideologia dominante. Em outras palavras, reforça uma postura moralista no trato das expressões da questão social, de disciplinamento e adequação dos sujeitos ao que é requerido pelos programas e serviços sem conseguir transpor a imediaticidade da demanda, analisar criticamente a realidade social, formular estratégias mais potentes no que compete ao atendimento das necessidades sociais.

Outro aspecto levantado, ainda que de modo menos expressivo, é o sofrimento psíquico promovido pelo trabalho nessas condições. Destaca-se que os assistentes sociais, por terem como objeto de trabalho as diferentes expressões da questão social, lidam com faces desumanizadoras e violentas da sociabilidade burguesa. Ainda, diferentes autores analisam que os processos macrosociedadeiros do capital tem culminado em uma agudização e novas expressões da mesma questão social.

A dinâmica societária específica desta ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente; como já sugeri, a cada novo estágio do seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-políticas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser. (NETTO, 2001, p. 48)

Esta realidade combinada com uma ineficiência de condições objetivas para dar respostas que atendam qualificadamente as demandas, acaba por afetar as condições subjetivas em que se realiza o trabalho profissional.

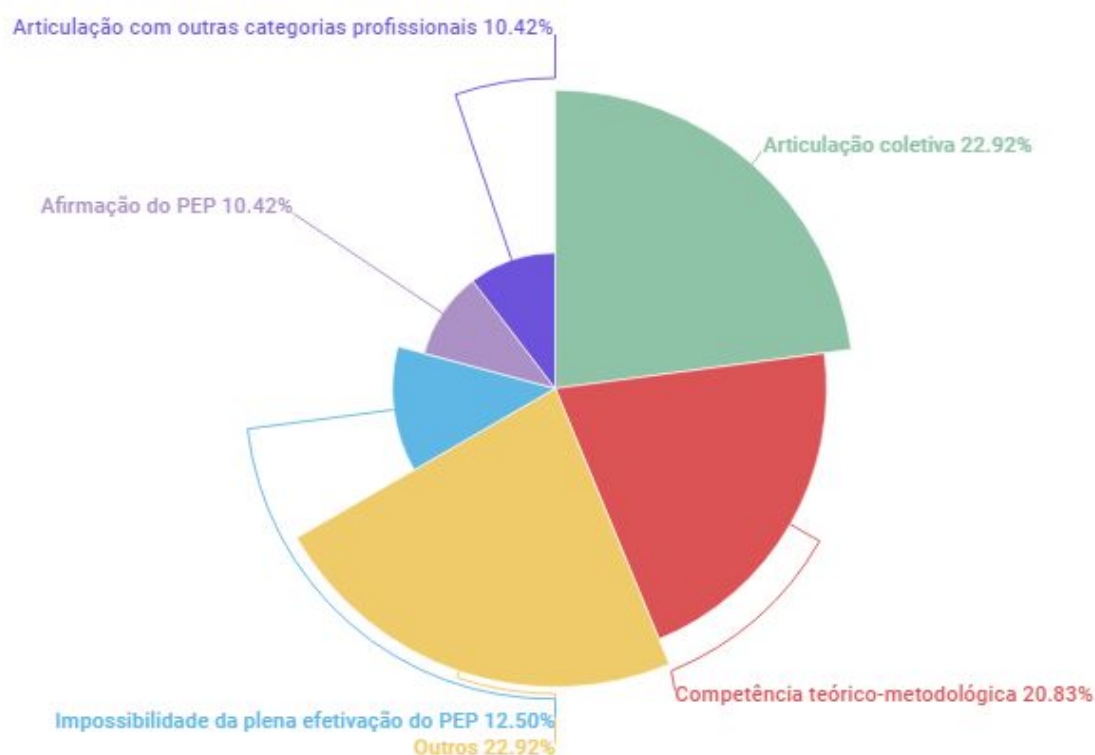
Outras questões apontadas como desafios para a materialização do projeto ético-político profissional referem-se à *interferência da gestão* na execução do trabalho, tanto no que tange determinar como o trabalho deve se dar, por exemplo, definindo metodologias, quanto impondo metas aos trabalhadores; também identificou-se a *ausência de educação permanente e continuada*, sobretudo enquanto responsabilidade institucional, fato que também prejudica o trabalho, visto que compreende-se o contínuo aprimoramento intelectual como condição indispensável para a atualização profissional e qualificação da atuação. Foi apontada a *precarização da formação profissional*, que se relaciona com o trabalho enquanto continuidade processual e, em consenso nas produções, é condição para a compreensão do projeto ético-político e sua posterior efetivação. Sobre esse processo, os artigos apontam tanto os ataques sofridos pela educação superior no mandato de Fernando Henrique Cardoso, que sob o discurso de promover modernização e autonomia, agiu sob viés de racionalização dos gastos e aumento da produtividade nas universidades, quanto no sentido do avanço do ensino a distância nos anos 2000 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ocasionando um aumento da formação tecnicista, aligeirada e que não está em consonância com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996.

À guisa de fechamento dessa parte, foi identificado nas produções que essas dinâmicas sociais geram uma *competição entre os trabalhadores* em decorrência das inseguranças pela manutenção dos postos de trabalho. Com isso, pela instabilidade e necessidade de assegurar o trabalho como forma de reproduzir a própria vida, os trabalhadores, condicionados também pela ideologia individualista, tem dificuldade de analisar os ataques sofridos sob lentes coletivas, visando a articulação entre trabalhadores em defesa dos direitos. Esse é um expoente

significativo que evidencia a condição assalariada dos assistentes sociais e o que isso significa: alienação e reprodução da fragmentação que favorece o capitalismo, tendo em vista que oculta a essência dos problemas e mantém a ordem dominante exploradora.

Analisando todos esses rebatimentos, reafirma-se os assistentes sociais enquanto trabalhadores assalariados que não pairam acima dos ditames do capital. Por esse motivo, o projeto ético-político, bem como os fundamentos do trabalho profissional, são ferramentas imprescindíveis para a categoria se compreender inserida na sociedade de classes e, assim, na necessidade de transformá-la. No entanto, a capacidade analítico-crítica não é algo isolado ou estático e necessita de condições para efetivar-se, como foi verificado nas produções dos anais do CBAS selecionados. Entretanto, isso não significa dizer que a atuação comprometida com os interesses da classe trabalhadora é impossível de ser alcançada nesse cenário, mas que há desafios particulares e estruturais que prejudicam sobremaneira esse compromisso, uma vez que agem na contramão dos interesses dos trabalhadores.

Gráfico 03: Estratégias para a efetivação do Projeto ético-político do Serviço Social.



Fonte: Elaborada pela autora com base nos resultados da pesquisa.

O gráfico 03, por sua vez, sistematizou os achados no que concerne às estratégias levantadas nas produções para a materialização do PEP no cotidiano profissional. Primeiramente, cabe ressaltar que, na grande maioria dos artigos, esta parte aparecia como fechamento da obra de modo breve e sem aprofundamento. Tendo em vista os enormes desafios para o projeto profissional do Serviço Social, faz-se necessário maior cuidado da categoria em se debruçar na análise de como ele não vem sendo efetivado e na formulação de estratégias mais elaboradas para subsidiar os profissionais. Ressalva-se que, embora as produções acadêmicas e sistematizações sejam fundamentais, é preciso ampliar espaços coletivos para pensar sobre esse aspecto específico do trabalho, uma vez que, muitas vezes, o pólo de analisar criticamente a realidade dos serviços e das políticas sociais se

sobressai na relação de criar de estratégias estruturadas e sistemáticas para a materialização do projeto ético-político.

Uma consideração importante tange ao elemento 'Outros' do gráfico que aparece com uma porcentagem relevante (22,92%). Nesse ponto ocorreu a junção das estratégias que apareceram de uma a duas vezes nas produções, quais sejam: *articulação com as entidades da categoria (1)*; *fortalecimento dos usuários como sujeitos políticos (1)*; *apropriação dos documentos legais que orientam o trabalho (1)*; *postura investigativa (1)*; *tomada de consciência classista (1)*; *ocupar espaços deliberativos e instituições democráticas (2)*; *denunciar as violações de direitos dos serviços (1)*; e *fortalecer a relação teoria-prática para criar estratégias práticas através dessa unidade (1)*.

Outra estratégia que aparece na mesma proporção é a *articulação coletiva* com movimentos sociais, outras categorias profissionais e a classe trabalhadora de modo geral. Como relatado inicialmente, as estratégias foram descritas genericamente, todavia, destaca-se que esta estratégia compreende um elemento fundamental de entender o projeto profissional como um projeto societário, o que exige uma articulação ampla que não se restringe a atuação profissional e nem somente a categoria de assistentes sociais.

Com dados igualmente significativos, os assistentes sociais direcionam para o *aprimoramento intelectual e fortalecimento da competência teórico-metodológica* como ferramenta para a materialização do PEP. Nesse ponto de vista, esta competência agiria no desvelamento da aparência dos fenômenos colocados na realidade, e, por conseguinte, na diminuição de respostas imediatistas. Cumpre demarcar que é apresentado com frequência o papel dessa competência para a materialização do PEP desde o processo de formação profissional, mas também como necessária continuidade após término da graduação.

Além disso, aparece também a necessidade de *articulação com outras categorias profissionais para a defesa melhores condições de vida e de trabalho*, já que coloca-se que os desafios do momento presente afetam o conjunto da classe trabalhadora. Ainda, neste contexto completamente avesso ao horizonte do PEP, defende-se que haja uma *afirmação do projeto* no sentido de reafirmá-lo enquanto negação da negação do capitalismo. Essa afirmação cumpre o papel de apontar aos profissionais a direção social a ser construída cotidianamente, assim como, a

necessidade de não aceitar as barbáries, nem acreditar que se chegou ao fim da história.

Por fim, na percepção de 12,50% dos trabalhos analisados, o *projeto ético-político não é passível de efetivação plena no capitalismo*. Isto porque os princípios do projeto são completamente contrários aos da sociabilidade burguesa e, para terem materialidade, precisam de condições objetivas a serem construídas coletivamente, uma vez que o profissional atua no bojo de uma gama de relações sociais contraditórias sem erradicá-las, por mais que possa articular processos contra-hegemônicos. O próximo capítulo do trabalho discorrerá em diálogo, sobretudo, com essa afirmação de modo a aprofundá-la considerando seu papel importante em orientar a profissão. Por conta disso, por ora, finaliza-se a sistematização sobre este tópico.

4 O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS POLÍTICAS SOCIAIS À LUZ DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim, sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. (MARX, 2003, p. 7)

Embora o Projeto ético-político do Serviço Social já tenha sido citado em outros momentos deste trabalho, identifica-se a necessidade de evidenciar a concepção que se tem acerca dele e, brevemente, a processualidade histórica que lhe forjou. O solo histórico que motivou a ruptura teórica e política com o tradicionalismo conservador que era a marca do Serviço Social nas primeiras décadas da institucionalização da profissão no país, é fruto da relação da profissão com os movimentos da sociedade brasileira. Nesse sentido, o Movimento de Reconceituação deflagrado nos países latinoamericanos, além da efervescência das lutas sociais pela democratização do Brasil balizaram a transição da renovação crítica do Serviço Social, que, desde o final da década de 1970 passa a construir um projeto profissional vinculado aos interesses dos trabalhadores (BRAZ; TEIXEIRA, 2009). A primeira lição deste processo consiste em entender

o projeto profissional como uma estrutura dinâmica que se transforma a partir de modificações referentes ao quadro de necessidades sociais com as quais a profissão opera; de transformações sociais, econômicas e culturais que ocorrem nos diferentes momentos históricos; e de alterações decorrentes do próprio processo de desenvolvimento da profissão. (MIOTO; LIMA, 2009, p. 23).

Marco importante desse processo de ruptura com o conservadorismo foi o III CBAS, também conhecido como Congresso da Virada, ocorrido em 1979, em que ganha força o projeto atualmente hegemônico na profissão. Nele, os profissionais organizam-se para modificar a estrutura do evento e os convidados ditadores que compunham as mesas do Congresso, substituindo-os por trabalhadores demitidos por perseguição política e reprimidos pela ditadura civil-militar que estava em curso no país (ABRAMIDES, 2006; IAMAMOTO, 2020). Tem-se ainda a “virada” dos compromissos profissionais, que passam a ser com os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, uma atuação profissional vinculada às demandas concretas dos trabalhadores e o reconhecimento da condição de assalariamento da categoria (ABRAMIDES, 2006).

Entretanto, não se deve creditar a este Congresso o ponto de partida da mudança profissional, pois a postura combativa verificada nele é resultado dos anos de embates, disputas e superação dialética da profissão. Assim, o PEP

é a expressão madura de consolidação da direção social da profissão dos anos 1980, que se estabeleceu no processo de ebulição da luta de classes no país em que os profissionais estiveram organicamente vinculados à classe trabalhadora (ABRAMIDES, 2006, p. 470).

Apreende-se que os projetos profissionais são construções coletivas, e, por isso, renovam-se. Com isso, a disputa pela manutenção de sua hegemonia é construção cotidiana, ainda mais considerando a ofensiva do capital vivenciada mundialmente a partir de 1990 até os dias de hoje. Constata-se que os pilares do projeto em tela são: a Lei de Regulamentação da profissão (nº 8.662/93), o Código de Ética Profissional de 1993 e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

Os projetos profissionais cumprem o importante objetivo de apresentar a auto-imagem da profissão, à medida que elegem valores, priorizam objetivos e funções, estabelecem requisitos de ordem teórica, prática e institucional para o trabalho, regulam normas para o comportamento dos profissionais e as bases relacionais com usuários, demais profissões, organizações e instituições privadas e

públicas (NETTO, 1999). Desta maneira, o projeto designa os elementos constitutivos para uma imagem ideal da profissão, que, inclusive, é socialmente reconhecida (NETTO, 1999).

O projeto profissional do Serviço Social é categórico nas diretrizes políticas e éticas que orientam a profissão numa direção radicalmente oposta aos da sociabilidade burguesa, exposta em onze princípios indissociáveis do Código de Ética Profissional. Em relação à caracterização mais geral do projeto ético-político, destacam-se os seus elementos constitutivos, quais sejam: explicitação de princípios e valores ético-políticos; matriz teórico-metodológica que aporta o projeto; crítica radical ao capitalismo; acúmulo de posicionamentos políticos pela categoria e lutas sociais que norteiam a profissão para a construção de formas coletivas de organização política com setores progressistas da classe (BRAZ; TEIXEIRA, 2009).

Este guia para a ação individual e, sobretudo, coletiva, concebe como seu núcleo a liberdade como valor ético central em uma perspectiva histórica, o que significa compreendê-la como possibilidade de escolha mediante alternativas concretas, residindo então a necessidade concomitante de compromisso com a autonomia e expansão individual dos sujeitos (NETTO, 1999). Verifica-se uma oposição à falsa liberdade proferida pelo capital, que reduz essa necessidade histórica à esfera do indivíduo e do consumo via mercado, imbricadas em um conjunto de relações sociais determinadas em que não há possibilidade concreta de escolha.

Nesta direção, falar em escolha do trabalho em uma sociedade em que a maior parcela não tem como escolha não trabalhar, ou, ainda, sequer escolhe conseguir trabalhar, além do ato ser regulado por algo externo ao trabalhador, não é alçar o campo da liberdade. Do mesmo modo que a liberdade não se encontra na “escolha” do acesso às políticas sociais, visto que, muitas vezes, ela é condição única para o atendimento de necessidades mínimas à reprodução social, além de ter uma conformação de mínimos sociais e critérios pré-determinados. Não se pode falar em liberdade quando as alternativas colocadas se encontram circunscritas no campo de uma organização social determinada por quem detém poder político e econômico ou o de sucumbir à margem do sistema. Ainda,

O indivíduo só pode ser verdadeiramente livre numa sociedade livre. (...) Se a ética burguesa o procura no fortalecimento e na expansão da individualidade isolada, para o marxismo o desenvolvimento da

personalidade sempre significa riqueza de vida, riqueza de relações humanas as mais diversas, campo aberto para diferentes atividades humanas. O homem que oprime e explora outros homens [direta ou indiretamente] não pode, mesmo individualmente, ser livre. (LUKÁCS, 2007 apud VASCONCELOS, 2017, p. 171)

Assim, a tematização sobre liberdade exige a alçar a construção de uma outra ordem social, ao qual o projeto profissional passa a se aliar a um projeto societário desta envergadura, que não tolere dominação e/ou exploração de classe, raça, etnia e gênero. Faz-se necessário contemplar os projetos profissionais como constitutivos de projetos societários, assim

Esse projeto profissional por sua vez conecta-se a um determinado projeto societário cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo – é a disputa entre projetos societários que determina, em última instância, a transformação ou a perpetuação de uma dada ordem social. Os projetos profissionais são impensáveis sem esses pressupostos, são infundados se não os remetemos aos projetos coletivos de maior abrangência: os projetos societários (ou projetos de sociedade). Quer dizer: os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político. (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p. 5)

É consenso entre diferentes autores do Serviço Social brasileiro (BRAZ, 2007; IAMAMOTO, 2002) que a materialização do projeto ético-político requer sustentabilidade histórica. Nesse sentido, “Exige-se uma análise acurada das reais condições e relações sociais em que se efetiva a profissão, num radical esforço de integrar o deve ser com a objetivação desse projeto” (IAMAMOTO, 2009, p. 29). Sem dúvida o atual quadro histórico eleva os desafios para a efetivação e construção do projeto ético-político, dado que se vive um acirramento da ofensiva do capital, entretanto, no seio do capitalismo, a materialização do referido projeto sempre será limitada e um desafio, pois choca-se frontalmente com a organização burguesa. Deste modo, a articulação coletiva da categoria e uma leitura apurada da realidade devem ser pressupostos constantes para uma análise concreta da situação concreta, mesmo em períodos de maior abertura democrática e conquistas econômicas que possam parecer momentos de profunda ruptura com o capital, mas que, de fundo, de forma sofisticada, mascaram e mantêm a dominação de classe.

Este trabalho percorreu o caminho de evidenciar a organização social básica do capitalismo e o significado social das políticas sociais para, alicerçado nisso,

evidenciar as mediações que perpassam o trabalho na relação com o projeto ético-político. Este debate emerge do alerta no que tange não haver uma identidade instantânea entre a intencionalidade do projeto profissional e os resultados que derivam de sua efetivação, e que, portanto, urge compreender as mediações que perpassam o trabalho profissional (IAMAMOTO, 2002).

Por conseguinte, como contradições fundamentais, identifica-se a inserção da profissão na produção e reprodução do capital, o que implica tanto a condição de assalariamento, como também a interlocução do trabalho com o Estado, que exerce a função de ser o comando político do capital. Por esse ângulo, apreende-se as políticas sociais como contraditórias, que atuam enfrentando as expressões da questão social e visando conter a mobilização da classe trabalhadora para a manutenção da ordem social, dado que são frutos das lutas da classe trabalhadora e incorporam as demandas destas, mesmo que, muitas vezes, de forma restrita. Assim, as políticas sociais não são benesse do Estado e ainda operam na órbita dessa sociedade, estando nos limites da emancipação política.

4.1 O projeto ético-político entre a emancipação política e a emancipação humana: caminhos e descaminhos

De início, afirma-se que ao atribuir densidade histórica ao projeto do Serviço Social, o intuito é efetuar uma análise que consolide uma base realista acerca dele, sem perder seu sentido e a busca pela viabilidade da projeção profissional (IAMAMOTO, 2002). Ainda, coaduna-se com a ideia de que é no campo concreto da materialização das finalidades guardadas no projeto profissional que se faz possível apreender e definir as tendências e possibilidades presentes na profissão (VASCONCELOS, 2017). Nesse sentido, faz-se necessário desvelar os possíveis desvios, fragmentações e possibilidades analíticos e práticos existentes, que podem contribuir tanto para a deturpação da direção social por ele indicada, quanto para a sua efetivação.

A fragilidade em compreender o projeto profissional enquanto um instrumento que tem seu sentido no todo, no conjunto de elementos que o figuram, e não mediante princípios isolados com fins em si mesmos, não se dá por motivos somente internos à profissão. Entende-se que mundialmente vive-se uma ofensiva do capital sobre o trabalho não só em termos econômicos, mas também político e

ideológicos, isto é, a alternativa revolucionária, a ruptura radical não está colocada na ordem do dia. Mais do que isso, a estratégia hegemônica atual do movimento dos trabalhadores é a reformista, que propõe não a superação do capital, mas a impossível humanização deste; não reivindica a derrubada do Estado como fim último, mas a sua tomada via eleições burguesas; e que não tem na luta por reformas sociais um meio, e sim um fim (TONET, 2016). Essa hegemonia estratégica verificada nos principais instrumentos de luta da classe trabalhadora a nível brasileiro e mundial, possui uma processualidade histórica complexa e tem influência desde a social-democracia alemã do início do século passado, bem como nas transformações na condução do Estado operário da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (TONET, 2016).

A síntese resumida que se verifica desse processo é a conciliação entre capital e trabalho, o que, na prática, não passa de um avanço do capital sobre o trabalho, visto a raiz de interesses irreconciliáveis entre eles. Essa conciliação gera armadilhas ideológicas e é sob esse aspecto que se acredita haver uma relação com o PEP e sua possível debilidade de concepção. O primeiro ponto deste aspecto foi destacado no início deste capítulo, diz respeito à fragmentação dos princípios, o que traz sérias consequências, uma vez que o campo da análise é deslocado do conflito entre capital e trabalho para os próprios da democracia burguesa, como a cidadania, democracia, direitos sociais (VASCONCELOS, 2017). Por certo, não há uma negação da importância de reivindicar direitos, entretanto, eles devem ser entendidos a partir da totalidade social, reconhecendo as inúmeras contradições que carregam e como instrumento articulados que acumulem forças para uma ruptura radical com o sistema vigente, e não subsumidos aos limites da democracia burguesa e da política. Comumente essas análises se equivocam acerca do fundamento ontológico do conjunto de direitos, que é parte do processo de compra e venda da força de trabalho, ou seja, não rompe com essa estrutura e a conquista de direitos não é um caminho para a emancipação humana (TONET, 2016).

Baseado nessa distorção, a

(...) tônica, amplamente hegemônica, dessas lutas não é contra o capital e muito menos contra o Estado, mas com o capital e com o Estado, no sentido de obter ganhos pontuais ou de defender direitos anteriormente conquistados. O que predomina não é a busca por uma forma radicalmente nova de sociabilidade, mas por uma forma menos perversa. Em síntese: o fim pretendido não é a total erradicação do capital e do Estado,

elementos essenciais da exploração do homem pelo homem, mas a amenização da desigualdade social. Ainda que possam chocar-se, de alguma maneira, com o capital, este choque não é radical e, portanto, não aponta para a sua superação. (TONET, 2016, p. 284)

Duas citações evidenciam essa reverberação no âmbito do Serviço Social,

Se, por um lado, a escolha fragmentada dos princípios do Código de Ética não deixa de revelar uma preocupação de parte dos assistentes sociais com a “justiça social”, com as opressões e as discriminações e com a distribuição e acesso à riqueza socialmente produzida, por outro lado, essa escolha não está assentada numa preocupação com a origem da desigualdade. Assim sendo, a escolha fragmentada dos princípios do Código de Ética tem consequências diretas na escolha das estratégias e ações a serem priorizadas pelos assistentes sociais (...). (VASCONCELOS, 2017, p. 174)

Ainda,

Assim sendo, o assistente social quando desconhece ou abdica da perspectiva de totalidade - o exercício profissional restringido, subjugado, submetido, limitado e/ou confinado ao campo da cidadania/direitos -, fica impossibilitado de reconhecer e acaba por recusar e ocultar a resistência e o enfrentamento da exploração da classe burguesa sobre os diferentes segmentos da classe trabalhadora como demanda dos trabalhadores, para o Serviço Social, o que, também, ao mesmo tempo, contribui para infirmar e obscurecer a perspectiva da revolução e remeter os assistentes sociais a práticas conservadoras e, quando não, contrarrevolucionárias. Uma realidade complexificada pela crescente precarização das condições de vida e de trabalho das maiorias - o que atinge os próprios integrantes da categoria de assistentes sociais -, o que resulta em problemas que exigem solução imediata, com pena de, por vezes, perda da própria vida. (VASCONCELOS, 2017, p. 189)

Nesse sentido, visualiza-se que a burguesia, percebendo esses movimentos, age em um reforço ideológico que enfraquece a análise e as práticas dos trabalhadores sobre a essência dos problemas que enfrentam e como superá-los. Exemplo disso é o debate acerca dos direitos humanos que foi capitaneado por organismos internacionais burgueses que põe os direitos humanos como fins últimos para o alcance de uma sociedade mais humana - disfarce de humanizar o capital, essa máquina de desumanidades. As consequências disso é que as lutas sociais passam a se setorializar, fragmentar conforme as diferentes expressões da questão social (raça, etnia, gênero, entre outros) e são mitigadas na esfera do Estado ou do Judiciário (VASCONCELOS, 2017) - aparelhos que compõem a superestrutura do capital, sem, na maioria das vezes -, extrapolar as reivindicações das esferas institucionais.

Entende-se que as políticas sociais também adentram esse terreno, podendo tanto ocultar uma análise sintonizada com a luta de classes sob perspectiva radical, se submetendo aos limites da política, ou serem utilizadas com base nas informações da relação entre Estado, Capital e Sociedade Civil para expor os interesses de classe e trazer avanços na luta dos trabalhadores. Como afirmado anteriormente, entende-se que as políticas sociais estão nos limites da emancipação política, o que não significa dizer que a classe trabalhadora não vislumbre possibilidades de atuação através delas objetivando alcançar a emancipação humana, buscando o sentido que possuem no interior da totalidade social vinculado com os objetivos da classe, o que dependerá da correlação de forças entre as classes nos processos de luta (TONET, 2016).

Cabe esclarecer o entendimento sobre os conceitos fundamentais de emancipação política e emancipação humana (MARX, 2009). O primeiro foi elaborado sob o prisma da transição do feudalismo para o capitalismo, em que Marx identificou um avanço e superação da sociedade feudal, dado que anteriormente as desigualdades jurídicas e políticas entre as classes sociais eram imutáveis naquela formação social, ou seja, a pertença profissional do nascimento, seria a mesma da morte, assim como no que tange à religião. Quer dizer que, no capitalismo, “(...) o homem não se libertou da religião; recebeu a liberdade religiosa. Não ficou liberto da propriedade; recebeu a liberdade da propriedade. Não foi libertado do egoísmo do comércio; recebeu a liberdade para se empenhar no comércio.” (MARX, 2009, p. 29)

Constata-se que a emancipação política foi um progresso, o que não significa dizer que é a forma final de emancipação, mas a emancipação humana possível dentro dos limites do capital (MARX, 2009), sendo funcional a ele. Observa-se que a emancipação política é a regência plena da propriedade privada e da alienação que ela gera (LESSA, 2007). Na emancipação política tem-se a conversão do dinheiro na essência do trabalho e da existência do homem, que cancela o valor singular dos indivíduos e do produto do trabalho, passando a generalizar a função social do dinheiro como alienador e dominador da humanidade. Esse processo culminou na abstração dos indivíduos concretos em cidadãos, transpondo a generalidade humana para o campo do Estado “político” (LESSA, 2007).

Em relação aos seus limites, aponta-se a cisão que ocorreu no seio da sociedade civil entre o público e o privado, pelo egoísmo, pela dominação, pela

oposição dos homens entre si decorrente das relações sociais de produção (TONET, 2007). Em outras palavras: “A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo independente e egoísta e, por outro, a cidadão, a pessoa moral.” (MARX, 2009, p. 30)

A emancipação humana, por sua vez, é completamente distinta, não é a radicalização da emancipação política, mas sua negação frontal (LESSA, 2007), uma forma de negação da negação que exige a superação. Ela tem por objetivo a integração do trabalhador à comunidade em que ele se encontra isolado e uma superação dessa comunidade fundada no trabalho assalariado, que separa o trabalho da própria vida nos termos de vida física, espiritual, da atividade e prazer humanos, da essência humana⁵ (TONET, 2007). É a passagem do homem individual, cidadão ao ser genérico, em outras palavras, é tornar o caráter coletivo, genérico a realidade de vida dos homens (OLIVEIRA, 2015). Com a emancipação humana se restitui do mundo dos homens e as relações humanas ao humano-genérico, o que não acontece de forma isolada e dentro da ordem do capital que expõe os sujeitos à alienação, porque esta emancipação envolve a emancipação do ser social na interlocução com as relações sociais que compõem o todo. Tem-se que esta nova sociabilidade não alienada e não assentada no trabalho privado só poderá surgir quando os homens tiverem o domínio consciente da atividade do trabalho, que os funda e os autoconstrói. Assim, a futura sociabilidade será fundamentada no trabalho livre, associado, coletivo, consciente e universal.

Após essa explanação, pode-se dialogar sobre os desafios, armadilhas e possibilidades no debate sobre políticas sociais, emancipação política e humana que permeiam o trabalho profissional do assistente social. Inicialmente, elementos que possam contribuir com a análise tangenciam a reprodução da emancipação política, que exige a instituição da igualdade jurídico-política, ou seja, a instauração da ideia de cidadãos (TONET, 2007), detentor de direitos e que são, na aparência e formalmente, iguais.

Em síntese, a emancipação política inaugurou uma liberdade em relação ao feudalismo, o que, no capitalismo, converte-se em na ausência desta, esbarra em limites por deixar intacta a fonte das desigualdades sociais. Ademais, tem-se que

⁵ Por essência humana compreende-se a unidade entre vida física e espiritual, o que não quer dizer que seja algo nato, uma vez que o homem se autoconstrói na sua totalidade, em diálogo com as formas sociais e os elementos universais sob perspectiva histórica (TONET, 2007).

relevantes expressões da emancipação política são a cidadania e a democracia, que funcionam incluindo os cidadãos na comunidade política sem fazer com que deixem de ser assalariados (TONET, 2007), a igualdade jurídica dos cidadãos “livres”, por exemplo, é intrínseca a desigualdade econômica.

Cabe diferenciar a democracia política, que visa igualar formalmente os indivíduos, e a democracia político-econômica, que por fim às diferenças políticas e econômicas, superando-as. Ou seja, é a democracia substancial e real, que não se apoia nas diferenças humanas para exploração e dominação. Como resultado, a contradição fundante do capitalismo não possibilita o aprofundamento da democracia como processo de socialização do poder e da riqueza socialmente produzida, porque, para isso, precisa-se acabar com o poder e a forma de produção dessa riqueza.

Nessa perspectiva, concebe-se que existe uma contradição posta, uma tendência geral que põe o horizonte de lutas para os limites da política, falseando o real, em que o fim último é a ampliação da cidadania e a universalização dos direitos. Nesse sentido, a emancipação política é um produto da ordem burguesa, mas pode ser legitimado com estratégias da classe trabalhadora. Em meio a todas essas investidas, percebe-se que muitas vezes o Serviço Social pode permanecer nessa barreira do campo da defesa das políticas públicas, da democracia burguesa estrita e da cidadania, apoiado em uma leitura fragmentada do projeto que orienta a profissão, sem conseguir organizar-se de forma independente na perspectiva radicalmente humanista a qual é colocada como objetivo do PEP. Sobre esse último objetivo, o compromisso com os interesses da classe trabalhadora defendido no PEP não pode ser entendido de forma somente posicionada nos limites do capitalismo e de ruptura constante com o conservadorismo que forjou a profissão. Defende-se aqui que o compromisso posto no projeto profissional concerne ao interesse histórico da classe trabalhadora de libertação, o que excede um Serviço Social somente crítico nos limites da ordem.

Acerca do falseamento do real, observa-se a relação focalizada com o Estado e o aumento da atribuição a ele para lidar com as contradições inerentes ao conflito entre as classes, o que reforça uma concepção equivocada acerca dele, como se estivesse acima das classes e pudesse erradicar os problemas sociais. Verifica-se nos últimos tempos a complexificação da reprodução social que resultou na intensificação do papel econômico do Estado como agente da burguesia, e não com

autonomia política frente às classes sociais. A análise que direciona em uma inviável disputa de caráter do Estado e, portanto, que com uma sociedade civil organizada seria possível tomá-lo para fazer cumprir o objetivo social de atendimento às necessidades da maioria, está assentada na leitura do ser social no âmbito dos direitos e não na esfera da divisão social do trabalho, da propriedade privada, da totalidade social (OLIVEIRA, 2015).

As políticas sociais, a partir disso, também adentram a estratégia burguesa de dominação política no sentido de colocar as classes num projeto de colaboração em que diferentes entidades da classe passam a compor espaços de formulação com representantes da burguesia e do Estado, buscando chegar a denominadores comuns em relação aos seus interesses (OLIVEIRA, 2015). A transferência de priorizar esses espaços representativos em detrimento da luta política, independente, nas ruas, serviços/locais de trabalho fortalece a política social enquanto instrumento de consenso e conciliação, uma vez que ela é debatida e gestada primordialmente nesses espaços. Ainda, “Em si mesma, e por si só, a representação política das classes trabalhadores em um Estado burguês apenas é possível enquanto representação da personificação do trabalho abstrato, e jamais enquanto representação de um projeto emancipatório.” (LESSA, 1998, p. 17)

Através do consenso e demais armadilhas semelhantes, a emancipação humana passa a ficar cada vez mais distante da prática, indicada às vezes em escritos ou em falas; situada no campo de ser concretizada através do Estado e da radicalização política. Oculta-se que a expressão política é ainda a expressão da dominação e que a ação dos trabalhadores deve visar a erradicação da política, não a busca de sua hegemonia, uma vez que “O entendimento político é entendimento político justamente porque pensa dentro dos limites da política.” (MARX, 2009, p. 41) A cidadania de Estado promove um rebaixamento à comunidade política, à emancipados políticos como forma de conservação dos direitos do homem, inclusive o de propriedade (MARX, 2009). Em suma, as novas formas desses processos são novas formas de regência do capital, ora com qualidades distintas, podendo pender para mais benefícios ao trabalho ou ao capital, no entanto, estão ainda no bojo dos processos de dominação.

Elucidando isso,

A estratégia de radicalizar a emancipação política para superar a "sociedade burguesa" derrota-se a si própria. A radicalização da emancipação política conduzirá a nada mais que uma sociedade mais radicalmente emancipada politicamente o que significa, sem maiores delongas, em uma regência mais radical da propriedade privada burguesa sobre a reprodução social. Ou, para trocar em miúdos, na luta contra a presente onda histórica de destruição dos "direitos", o horizonte estratégico adequado não pode ser o luta "por meio do Estado (...)" (Marx, 1969:24) pela "manutenção" dos "direitos", mas sim a luta estratégica por uma sociabilidade na qual os "direitos" e a propriedade privada serão superados tal como o Estado. (LESSA, 2007, p. 11)

Na perspectiva somente da cidadania reside a inviabilidade de materializar o projeto dos trabalhadores pautado na liberdade humana, visto que que as políticas sociais em si amortecem o potencial emancipatório radicalizado das lutas sociais (OLIVEIRA, 2010).

Nessa armadilha, as falhas às resoluções das expressões da questão social são canalizadas para a análise sobre a administração estatal, sobre seus meios, capacidades, recursos, o debate sobre as formas de Estado e estágio do capitalismo, o que resulta em respostas administrativas e a manutenção da órbita do Estado. É possível reivindicar e conquistar benefícios ao trabalho na relação com o Estado, mas a conclusão que se chega é que a essência de dominação permanece inalterada. Por consequência, o Estado só pode ofertar medidas paliativas, dado que se quisesse acabar com os problemas sociais, teria de acabar com ele próprio (MARX, 2010). Nesse exercício,

Quanto esforço não tem despendido a teoria política na busca do aperfeiçoamento do Estado e da política, acreditando estar, com isto, no caminho da construção de uma sociedade de bem-estar para todos. Quanto esforço não tem gasto a ciência social procurando desvendar a origem dos problemas sociais, elaborando políticas e programas sociais. E o pior é que a "esquerda" colabora nisto, apostando em que o seu Estado e as suas políticas sociais serão melhores do que o Estado e as políticas sociais dos outros. (TONET, 2007, p. 6)

Sem dúvidas, vive-se mundialmente um período de profundos ataques aos trabalhadores, tanto em decorrência do neoliberalismo e suas necessidades para continuar acumulando, quanto por não existir no seio dos explorados organizações enraizadas e que possuam um projeto revolucionário. Com isso, embora haja a necessidade de denunciar e analisar as particularidades do momento histórico, cabe destacar que os problemas das políticas sociais cada vez mais ínfimas e focalizadas não está somente no neoliberalismo, que é uma expressão perversa do capitalismo, ou seja, os processos de dominação e exploração são estruturais ao capital

independente da forma em que se apresentam. Além disso, dentro da sociabilidade que mercantiliza a vida, mesmo as políticas sociais que se propõe universais, ainda serão insuficientes e não garantidoras da plena dignidade humana. As políticas sociais não tem o papel em sua totalidade de atender as necessidades humanas dos trabalhadores, inclusive porque a raiz do que as faz emergir é o próprio processo de produção, bem como porque encontram limites na dependência ontológica do Estado à economia e a reprodução do capital (TONET, 2007).

Portanto, significa dizer que,

De acordo com Del Rosal (2015), nem mesmo países como a Suécia, onde os direitos e as políticas sociais foram amplamente difundidas, abarcando todo o contingente populacional, o processo de acumulação não recuou, pelo contrário, ele afirma que, nesse país, o reformismo foi um elemento de garantias do capitalismo e da acumulação, pela legitimação da democracia e da adesão do movimento operário ao sistema institucional. O mesmo se pode dizer dos demais países onde vigorou o Estado de bem-estar social. (...) Desta forma, as políticas sociais serão apenas mecanismos de atingir determinados segmentos, como bem demonstra a ofensiva neoliberal. Por esta razão, as lutas sociais não podem ser recortadas e fragmentadas. Pelo contrário, precisam ser colocadas no âmbito das relações de produção e de trabalho, como elemento da mediatização de superação da ordem capitalista e não no imediatismo da necessidade egoísta ou identitária, que defende o reformismo burguês. (OLIVEIRA, 2015, p. 364-365)

Além disso, não é apenas sob a face perversa do neoliberalismo, desresponsabilização e desmonte do Estado como executor dos serviços públicos que as políticas sociais ganham caráter assistencialistas, voluntaristas e práticas de trabalho moralistas na relação com os usuários, pois identifica-se essa orientação ideológica que despolitiza a questão social historicamente no país, e não somente no momento atual, como, por vezes, algumas análises fazem parecer.

À vista disso tudo, considerando que existem extensos mecanismos materiais e ideológicos que cumprem a função de cooptar, submeter e iludir os trabalhadores, não sendo os assistentes sociais uma exceção a esse processo (OLIVEIRA, 2015), é preciso romper com o idealismo

Caso contrário, podemos nos convencer que tais políticas podem reverter a situação dos mais pobres e levar à ampliação da cidadania, da dignidade humana, de condições de trabalho dignas ou ainda de humanização do capital, o que, no máximo, conduz a uma emancipação política, bem distante da emancipação humana, em que homens e mulheres serão livres e despojados dos grilhões da propriedade privada, da exploração do trabalho e da extinção do Estado classista. (OLIVEIRA, 2015, p. 366)

Na categoria de assistentes sociais percebe-se uma multiplicidade de investigações e análises que, hegemonicamente, tem como princípio a crítica ao capital. Contudo, apreende-se que, muitas vezes, a atuação fica circunscrita ao campo da categoria, na articulação através predominantemente do conjunto CFESS/CRESS ou nos conselhos de direitos e políticas sociais, visando defender serviços e sua qualificação, além da luta para assegurar condições ética e técnicas de trabalho e afins. Sem dúvidas, o conjunto CFESS/CRESS tem cumprido um papel histórico desde o PEP de ser um instrumento de resistência da categoria, entretanto, é preciso também fortalecer a inserção enquanto classe trabalhadora em outros instrumentos político-organizativos, a fim de construir as condições de efetivação de emancipação de toda a humanidade, o que não é tarefa exclusiva dos assistentes sociais e depende de diferentes condições, mas é uma urgente tarefa.

O que se quer ressaltar é que ainda se identifica que, diversas vezes, os assistentes sociais ficam presos na crítica ao desenho legal das políticas sociais, ao desfinanciamento e mobilizados somente para a luta por políticas sociais universais perspectivando a amenização das desigualdades sociais. Até aqui, acredita-se que a luta por políticas sociais universais, de qualidade e financiadas pelo Estado faz-se fundamental e que os assistentes sociais tem cumprido com êxito essa resistência, o alerta é no sentido de que ela não pode ser desarticulada na prática da leitura acerca dos limites das políticas sociais, pois são instrumentos próprios da sociedade do capital.

Um dado que corrobora sobre esse aspecto de defasagem de inserção dos assistentes sociais em outros instrumentos de luta, embora careça de atualizações, é a pesquisa sobre o perfil dos assistentes sociais, realizada pelo CFESS com dados de 2004 e publicada em 2005. Nela, os dados sobre a participação política dos assistentes sociais indicaram que somente 32% dos entrevistados participam de alguma atividade política, sendo elas: Movimento da categoria de assistente sociais (44,80%), Movimento Social (32,18%), Movimento Partidário (12,62%) e Movimento Sindical (10,40%).

Considerando esse cenário, é importante reafirmar que as políticas sociais são um meio, que a democracia e a cidadania não são categorias abstratas como quer a burguesia, mas formas de assegurar melhores condições de vida para

garantir que a classe trabalhadora trave lutas pelo seu objetivo histórico de libertação de toda a humanidade. Isso implica ratificar que faz-se urgente ir além das requisições ao Estado, que existem limites na correlação de forças por ele ser uma ferramenta de dominação de classe, e, deste modo, os trabalhadores precisam retomar um ensinamento importante do hino d'A Internacional que diz: "Façamos nós por nossas mãos tudo o que a nós nos diz respeito".

Considerando que os assistentes sociais podem exercer e, muitas vezes, exercem papéis importantes na luta de classes sob o prisma dos explorados, cabe refletir sobre quais são as possibilidades contidas na realidade e no trabalho com as políticas sociais para avançar num projeto societário sem dominadores e dominados. Nesta reflexão, coloca-se que

Não se trata se devemos ou não defender os direitos ameaçados, trata-se de saber com que perspectiva, com que orientação estratégica, devemos fazê-lo. Ou, para colocar em termos mais apropriadamente políticos, em qual terreno devemos nos colocar para que essa luta possa acumular forças contra o Estado "político" e contra a "sociedade burguesa" que pressupõem, ambos, a propriedade privada? (LESSA, 2007, p. 14)

Na busca dessas perspectivas, defende-se que o projeto ético-político não é passível de ser efetivado plenamente na sociedade do capital, inclusive porque ele objetiva a destruição dessa própria sociedade. No entanto, o projeto profissional é uma ferramenta que fornece subsídios para enfrentar as dificuldades a partir de um horizonte e compromissos construídos coletivamente (BRAZ; TEIXEIRA, 2009).

Portanto, cabe a reflexão das possibilidades de efetivação do PEP no sentido das estratégias possíveis para alcançar a construção da sociedade emancipada. Desta maneira, um compromisso fundamental dos assistentes sociais é a luta contra os resíduos burgueses na consciência dos trabalhadores (VASCONCELOS, 2017) e de si próprio enquanto constituinte desta mesma classe. Essa, de modo algum, é uma tarefa pequena, porque implica a análise apurada da totalidade social, a captação de todas as suas contradições e o desvendamento das artimanhas do capital, a fim de destruir seus recursos materiais e ideológicos.

Acredita-se que essa tarefa não se realiza sozinha, uma vez que é na relação com outros trabalhadores e, por trabalhadores, são incluídos os usuários dos serviços que se realiza esse processo investigativo, que se tem acesso a mais elementos e momentos que compõem o todo. Nesse sentido, as lutas sociais

também são aliadas fundamentais para o desenvolvimento da consciência classista e para a identificação dos reais inimigos.

No trabalho profissional, admite-se o papel que os assistentes sociais podem ter de elevar a consciência dos usuários e trabalhadores do serviço, o que pode se dar desde a exposição da essência dos problemas enfrentados pelos sujeitos e pelo serviço, conectado aos processos sociais, quanto, junto a isso, pela mobilização para a organização dos sujeitos e o despertar do potencial que possuem de transformar a realidade. Nessa direção, se compreende que o trabalho dos assistentes sociais não é resumido ao contato profissional-usuário-instituição e todas as mediações que envolvem essa relação estão situadas em relações de classe que precisam ser socializadas (BRAZ; TEIXEIRA, 2009). O assistente social é um profissional que tem por tarefa desvendar a sociedade, o que não se dá de forma individual, e, além disso, esse desvendamento não pode ficar restrito ao contato com o usuário e a busca por um atendimento de qualidade, embora isso seja fundamental, mas necessita também ser utilizado para compartilhar as informações e análises objetivando, coletivamente, fundar as estratégias coletivas para os objetivos imediatos e históricos.

Cumprido destacar que comumente é reforçada a educação permanente como forma de materializar o PEP. Inegavelmente, ela contribui para um atendimento de qualidade, pela contínua formação e apropriação da realidade pelos profissionais, mas ela é um momento desse processo, e, como ressaltado, os processos conjuntos de encontro entre trabalhadores, em diferentes instâncias para analisar e intervir sobre a realidade também são formativos para a categoria.

Deste modo, defende-se a coletivização dos processos porque, capturados pelo mundo do trabalho, por vezes, os assistentes sociais podem se responsabilizar individualmente pelas dinâmicas de trabalho, inclusive, recorrendo à formações que, mesmo grupais, não saem da órbita de responsabilização individual e da busca de uma técnica mais qualificada, que se aproprie das mudanças institucionais nas políticas sociais e afins. Compreende-se que a qualidade dos serviços prestados possui uma dimensão individual do profissional em seu fazer, entretanto, as condições para a generalização dessa qualidade são conquistas coletivas. Ou seja, a qualidade do serviço prestado não cabe somente ao indivíduo, porque engloba recursos humanos e materiais, objetivos, princípios e diretrizes dos programas e serviços que são frutos da mobilização organizada da classe em reivindicação pelas

suas necessidades. A qualidade dos serviços e do atendimento prestado pressupõe condições de fazê-lo, além de uma competência mais individual, e, quando elas não estão dadas, não resta dúvidas de que os assistentes sociais são também fundamentais para formular estratégias de superação de forma propositiva e criativa.

Reafirma-se que o projeto, a maneira de pensar a sociedade e os sujeitos que a compõem não está acima do real e das dificuldades impostas, do mesmo modo que os influxos não podem desmanchar as possibilidades e a firmeza de construção do projeto ético-político (SCHERER, 2010). Nesse sentido, os assistentes sociais precisam ter a postura de articular os princípios do código de ética com as lutas gerais da classe, no sentido de contribuir para a construção da agenda política da classe trabalhadora. Isso porque “(...) não nos basta apenas a intransigência de princípios, se não formos capazes de criar formas e mecanismos políticos adequados ao tamanho do desafio que temos pela frente, sob pena de cairmos numa mera petição de princípios.” (BRAZ, 2007, p. 10)

Conseqüentemente, faz-se urgente uma articulação que transcenda o campo profissional específico, calcado na compreensão de que a situação de barbárie vivenciada é constitutiva da reprodução ampliada do capital, o que exige unidade com todos os trabalhadores, sobretudo com os setores mais combativos da luta social, a fim de estabelecer pólos comuns de resistência (CISNE, 2010) e o protagonismo dos trabalhadores na tarefa de sua emancipação.

Um dilema vivido atualmente consiste na dificuldade de organização da classe trabalhadora fruto da desregulamentação do trabalho, que acentuou os trabalhos informais e a existência de diferentes vínculos empregatícios em uma mesma instituição, o que dificulta a articulação em uma mesma entidade combinada a um estado de fragilidade política da classe diante da ofensiva ideológica do capital (CISNE, 2010). Entretanto, decorrente do fato de a realidade estar em constante movimento e ser envolta de contradições, é nesses movimentos que existem sementes que podem viabilizar o projeto, assim como, é no encontro com essa dura realidade que a necessidade do projeto se faz presente e ganha corpo (CISNE, 2010).

Nesse exame, parece uma tarefa importante a continuidade da inserção da categoria nos sindicatos por ramo de atividade gerais, que seja propositivo para desviar da fragmentação exposta acima pelo capital, além de também atuar como

oposição político-sindical das gestões de “resultados”, objetivando um sindicalismo autônomo, fortalecido desde as bases e de luta (ABRAMIDES, 2006).

Finaliza-se, após os diversos apontamentos, sinalizando a fundamental e constante tarefa do Serviço Social brasileiro de manter sua atuação crítica e independente do Estado, não só limitada às requisições próprias às oriundas da sociedade de classes, mas que avance com centralidade na construção do projeto societário com direção estratégica emancipatória. Para tanto, o conjunto CFESS/CRESS é fundamental, e, ainda mais, a luta política organizada com autonomia e independência de classe em organizações e partidos políticos para a construção de uma sociedade sem exploração e opressão, em que as políticas sociais, os direitos, o Estado e a propriedade privada comporão o “museu de antiguidades”⁶ do mundo verdadeiramente humano a ser criado.

⁶ Referência a frase de Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, que diz: “A sociedade que reorganizará a produção nas bases de uma associação livre e igualitária dos produtores, transportará toda a máquina do Estado para onde, daí por diante, será o seu lugar: o museu de antiguidades ao lado do arco e do machado de bronze.” (1979, p. 229)

5 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

O processo de sistematização do conhecimento construído ao longo desses anos de formação profissional é fundamental para elaborar e consolidar o que foi aprendido, bem como para registrar esse percurso. Entende-se que esse foi um dos papéis cumpridos por esse trabalho. Ainda, destaca-se que as considerações são provisórias porque, embora seja um consenso que os resultados a que se chegam através de estudos tangenciam um momento histórico sempre em movimento, jamais finalizado, acredita-se importante fazer essa diferenciação de que esta não é uma análise estática.

Este trabalho se utilizou de uma leitura apoiada na crítica da economia política para fundar uma análise que se pretendeu mais fiel ao real possível, embora se reconheça que não foi possível aprofundar e discutir todos os aspectos que constituem o objeto de estudo. Por vezes é um desafio apresentar os estudos de uma forma que não fragmente, nem repita os conteúdos e mantenha uma coerência interna, assim, sustenta-se que o método de exposição pretendeu dividir alguns aspectos para não formar um texto muito denso, e tentou-se costurar as partes que compõem o todo constantemente no corpo do trabalho.

Alia-se à concepção de que é a inquietação que motiva as escolhas de estudo, que implicam em inúmeros momentos de se debruçar sobre a tematização, a fim de buscar seus nexos explicativos. A inquietação emerge da relação com a realidade, das contradições que mais saltam aos olhos e ocupam a mente e o coração de quem se relaciona com elas, o que varia entre as pessoas e resulta na diversidade de reflexões, ênfase em diferentes dimensões de um mesmo objeto ou aspecto da realidade. Assim, este trabalho é fruto das contradições e reflexões vivenciadas no estágio curricular obrigatório em Serviço Social, que se deu entre 2018 e 2019, na Política de Assistência Social, em específico na proteção social especial de alta complexidade, no serviço de acolhimento institucional. Ainda, essa experiência articula-se com outros âmbitos experienciados na universidade, como as lutas sociais, a extensão, a sala de aula e cria essa síntese teórica.

Cumprido destacar que o estágio ocorreu em um momento de intensa precarização da vida da classe trabalhadora, o que, inegavelmente, incidiu na

precarização e desmonte das políticas sociais e no trabalho realizado nelas. Além disso, a própria instituição estatal em que foi realizado o estágio, Fundação de Proteção Especial, estava passando por rebatimentos e interferências da gestão em relação ao trabalho e finalidade dela. Deste modo, viveu-se intensos debates e disputas entre trabalhadores, buscando fazer resistência em defesa da qualidade do serviço, enquanto, por outro lado, a gestão da Fundação e o Poder Judiciário realizavam influxos autoritários à instituição e ao trabalho desenvolvido.

Embora a agudização da crise do capital tenha interferido em diferentes processos do estágio, entende-se que ela se insere no conjunto da leitura realizada e não é a causa do resultado a que se chegou. Em outras palavras, de todo modo, averigua-se que as políticas sociais são uma conquista da classe trabalhadora e a luta por sua manutenção e ampliação é fundamental, entretanto, ela não é o caminho para erradicar a desigualdade calcada na exploração do homem pelo homem, na alienação e no sofrimento humano. Esta análise não decorre do fato do estágio curricular obrigatório ter sido experienciado em um momento de fortes investidas do capital em relação aos direitos, mas de uma compreensão fundamentada na totalidade social e na historicidade.

Por filiar-se à ideia de que é preciso reafirmar e, mais do que isso, construir o projeto ético-político dentro e fora da profissão para pôr fim à barbárie do capital e não somente visar a sua amenização, é que surge esse trabalho. Embora se verifique leituras muito apuradas dos assistentes sociais e uma posição firme em relação aos interesses imediatos da classe trabalhadora de melhores condições de vida, ainda percebe-se que inúmeras vezes restringe-se a organização em torno do Estado e do capital, sem conseguir realizar as mediações práticas e teóricas para a viabilização de uma organização com independência de classe, que vislumbre a superação da ordem vigente na perspectiva da emancipação humana.

Isso não significa, nem de longe, dizer que essa é uma tarefa simples ou de responsabilidade somente dos assistentes sociais, porque entende-se como incumbência do conjunto da classe trabalhadora, que necessita de condições objetivas e subjetivas específicas. Todavia, é fundamental que a construção dessas condições, sobretudo, em relação à condição da consciência de *classe para si* e o fortalecimento de instrumentos político-organizativos da classe sem dependência em relação à patrões, governos e ao Estado sejam objetivos a serem persistidos cotidianamente com prioridade pelos assistentes sociais. Para tanto, reconhece-se

que para a materialização do projeto ético-político fazem-se fundamentais atividades que extrapolam o trabalho profissional em si e englobam outras dimensões da vida social, o que não significa dizer que não está mais na alçada do Serviço Social, visto que a categoria ousou instituir um projeto profissional que se vincula a um projeto societário emancipatório, que transcende uma perspectiva corporativa ou de concepção do trabalho profissional somente nos marcos da relação profissional-usuário-instituição.

Para a superação dessa ordem, tal como coloca o projeto profissional, defende-se uma atuação profissional crítica e orientada sob o conjunto de princípios do Código de Ética, que não reproduza nenhum tipo de exploração ou dominação e seja compromissada com o desvelamento do real e com a universalização dos direitos sociais para que atendam cada vez mais os trabalhadores e seus interesses. Ainda, que se realize processos sócio-educativos ideopolíticos no cotidiano profissional de promoção da socialização das informações com a finalidade de contribuir com a mobilização e organização dos usuários. Além dessas construções no seio do trabalho profissional, coloca-se a urgência de uma atuação que reconheça o projeto ético-político na sua totalidade de ruptura, que é insuficiente para ser atingida no seio do assalariamento e da dominação de classe própria das políticas sociais. Para tanto, reafirma-se a necessidade da atuação dos assistentes para além do trabalho profissional, em instrumentos organizativos da classe trabalhadora que tenham um projeto político de ruptura com o capital e com independência e autonomia de classe em relação às burocracias do Estado.

É preciso, portanto, que os assistentes sociais se coloquem ao lado da classe à que pertencem, formada pelos trabalhadores, a fim de construir essa luta de classes avistando o fim das classes. Nesse sentido, é fundamental que os assistentes sociais reconheçam e marchem com os setores combativos da classe trabalhadora e com os que exercem papel estratégico na relação entre capital e trabalho, no que concerne aos aspectos produtivos de criação de mais-valia, ou seja, àqueles cuja atividade é crucial para as demais esferas produtivas da vida e que, se paralisadas, são uma ameaça para os lucros do capital.

Por conseguinte, em tempos em que os horizontes revolucionários tornam-se tão distantes do real, ao mesmo tempo que avança o projeto do capital, é preciso reafirmar e levantar as bandeiras profissionais e do conjunto da classe trabalhadora pela libertação de toda humanidade, em que o trabalho não será somente um meio

de vida, mas uma necessidade vital, em que o desenvolvimento amplo de todos os indivíduos seja a prioridade, e não o lucro; em que se terá de cada um conforme as suas capacidades, e a cada um segundo as suas necessidades (MARX, 2012).

Elogio da Dialética

A injustiça avança hoje a passo firme.
Os tiranos fazem planos para dez mil anos.
O poder apregoa: as coisas
Continuarão a ser como são.
Nenhuma voz além da dos que mandam.
E em todos os mercados proclama a exploração:
Isto é apenas o meu começo.

Mas entre os oprimidos muitos há que agora dizem:
Aquilo que nós queremos nunca mais o alcançaremos.
Quem ainda está vivo nunca diga: nunca.
O que é seguro não é seguro.
As coisas não continuarão a ser como são.
Depois de falarem os dominantes, falarão os dominados.
Quem pois ousa dizer: nunca?
De quem depende que a opressão prossiga? De nós.
De quem depende que ela acabe? De nós.
O que é esmagado, que se levante!
O que está perdido, lute!
O que sabe e o que se chegou, que há aí que o retenha?
Porque os vencidos de hoje são os vencedores de amanhã.
E nunca será: ainda hoje.
Bertolt Brecht

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral. 08 de jan. de 1996. Rio de Janeiro. ABEPSS: 1996.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro**. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n. 8.662**, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993. p.7.613.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de Orientação Técnica – SUAS**, n.º1 – Proteção Social Básica de Assistência Social. Brasília, DF, 2005.

BRASIL (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** - Brasília, secretaria Nacional de Assistência Social.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 648, de 28 de março de 2006. **Dispõe sobre a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa da Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs)**. Diário Oficial da União. 2006 Mar 28.. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0648_28_03_2006_comp.html. Acesso em: 29 de outubro de 2020.

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina Barata. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: Serviço Social – Direitos Sociais e Competências Profissionais. , Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Brasília. 2009.

BRAZ, Marcelo. **“A hegemonia em xeque**. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos”. In: *Revista Inscrita*, n.10. CFESS: Brasília, 2007.

BEHRING, E. R. **Crise do capital, fundo público e valor**. In: BOSCHETTI, Ivanetti et al. Capitalismo em crise: política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010. p. 13-34.

CEOLIN, George Francisco. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social**. São Paulo: Revista Serviço Social e Sociedade, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes sociais no Brasil**. Elementos para o estudo do perfil profissional. CFESS: Brasília, 2005.

_____. **Código de Ética do/a assistente social**. CFESS: Brasília, 2012.

CISNE, Mirla Álvaro. Projeto ético-político do Serviço Social: a viabilidade e a necessidade histórica. In: XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, 2010. **Anais** do XIII CBAS.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução nº 493/2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, 2006.en

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**: as funções da previdência e assistência sociais. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GERMER, Claus. **Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social**. In: Crítica Marxista, Campinas. IFCH, Unicamp, 2009. p. 75-96.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. SP: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação teórico-metodológica. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 341-375.

_____. **O Serviço Social na Cena Contemporânea**. In Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social**. In COFI/ CFESS. Atribuições privativas em questão. Brasília : CFESS, 2002, p.13-50.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **40 anos da “virada” do Serviço Social no Brasil: história, atualidade e desafios**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 20, n.1, p. 1-20, jan./jun. 2020.

IASI, Mauro Luis. O conceito e o "não conceito" em Marx. In: IASI, Mauro Luis. **Ensaios sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 101-121.

KAMEYAMA, Nobuco. Concepções sobre a “questão social”. In: KAMEYAMA, Nobuco. **Crise e reestruturação no capitalismo tardio: elementos pertinentes para o serviço social**. Texto da conferência para o concurso público para o cargo de Professor Titular do Departamento de Fundamentos do Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1994.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense. São Paulo: 1981.

LACERDA, Lélica Elis Pereira de. **Era Só Mais Um Silva: defesa e fundamentos do exercício profissional crítico da assistente social**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 441, 2017.

_____. **Fundamentos ontológicos para o exercício profissional crítico:** da perspectiva formal-abstrata a historicidade. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 232, 2013.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução:** O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

_____. **Uma grande iniciativa** - Sobre o heroísmo dos operários na Retaguarda. A propósito dos Sábados Comunistas. Obras Escolhidas em três tomos. Edições "Avante", 1979. T3, pp 141-160.

LESSA, Sérgio. A emancipação política e a defesa de direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 91, São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

_____. **Beyond Capital:** Estado e Capital. *Revista Serviço Social e Sociedade*, v. 56, pp. 135-151, Ed. Cortez, São Paulo, 1998.

_____. **O caráter de classe das políticas públicas.** São Paulo: Instituto Lukács, 1ª ed., 2013.

LIMA, Rodne de Oliveira. **Sujeito e história:** sobre o conceito marxista de classes sociais. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n.1, p. 125-140, jan.-jun. 2005.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia.** São Paulo: Global, 1985.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

_____. **Crítica do programa de Gotha.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social" De um prussiano.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** 4ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O capital:** crítica da economia política. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **O 18 de brumário de Luis Bonaparte.** São Paulo: Centauro, 2003

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre v. 8 n.1 p. 22-48. jan./jun. 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Revista Temporalis. Brasília: ABEPSS; Grfline, nº 3, p. 41-49, jan/jul, 2001.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 4. ed. Questões da Nossa Época no 20. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Edístia Maria Abath Pereira de. O debate contemporâneo sobre o projeto ético-político do Serviço Social: contradições e perspectivas. Brasília: **Anais** do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes sociais, 2010.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. A funcionalidade da política social e os limites da emancipação humana na ordem do capital. Brasília: **Revista Ser Social**, v. 17, n. 37, 2015.

PIMENTEL, Edlene. **As bases ontológicas da questão social**. In. Boletim do Tempo Presente -ISSN 1981-3384 Boletim do Tempo Presente, nº 11, de 01 de 2016, p. 1 – 12. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente>. Acesso em: 29 de outubro de 2020.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “nova questão social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. Maceió: EDUFAL, 2007.

PRATES, Jane Cruz. **Retomando algumas Categorias a partir de uma Perspectiva Dialética**. Material didático. Disciplina de Metodologia III. FSS-PUCRS. 2000.

RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Org.). **A nova morfologia do trabalho no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 25-65.

SACHS, Erico. **Nosso trabalho nos sindicatos em 1967**. Redigido por Ernesto Martins para o Ativo Nacional Operário do Partido Operário Comunista. In: PAIVA, S. Érico Sachs/Ernesto Martins um militante revolucionário entre a Europa e o Brasil. Salvador: Centro Victor Meyer, 2016.

SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SILVA, José Maurilio da; SILVA, Jetson Lopes da. **A proteção social brasileira e o viés de enfrentamento a pobreza no limiar do século XXI**. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2013, São Luis do Maranhão. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo5-pobrez aepoliticaspUBLICAS/aprotecaosocialbrasileiraeoviesdeenfrentamentoapobrezanolimiar doseculoxxi.pdf>. Acesso em: 29 de outubro de 2020.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Novos processos sociais globais e violência**. Revista São Paulo em Perspectiva, [S.L.], v. 13, n. 3, p. 18-23, set. 1999. FapUNIFESP (SciELO).

SANTOS, Milena da Silva. **Política Social no capitalismo monopolista: função social do estado e controle do capital**. 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

SHERER, Giovane Antonio. Processos emancipatórios e Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, **Anais do XIII CBAS**, 2010.

SILVA, Ozileia Cardoso da. **Assistência social e reprodução da força de trabalho: análises e perspectivas da política social no Serviço Social Brasileiro**. 2018. 137f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SILVA, Uelber Barbosa. **Racismo e Alienação: Uma aproximação à base ontológica de temática racial**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TONET, Ivo. A Propósito de "Glosas Críticas". IN: MARX, Karl. Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um prussiano. Ed. Expressão Popular. IN: Democracia ou Liberdade? Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. Qual política social para qual emancipação? **Ser Social**, [S.L.], v. 17, n. 37, p. 279-295, 1 jun. 2016. Biblioteca Central da UNB.

TONET, Ivo; LESSA, Sérgio. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2002. 124 p.

TORRES, Mabel Mascarenhas; LANZA, Líria Maria BeTtiol; SILVA, Cláudia Neves da; CAMPOS, Eliane Christiane. **O trabalho do assistente social nas políticas públicas: desafios cotidianos**. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luis do Maranhão, 2015.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/o assistente social na luta de classes**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2017. 169-221 p.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Práxis**. 3ª Edição. México: Grijalbo, 1980.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Aula inaugural do Curso de Capacitação à Distância: Competências Profissionais e direitos sociais**, promovido pelo CFESS/CRESS, ABEPSS, UnB, realizada em São Paulo, no auditório da FMU, no dia 04/04/2009 (informação verbal).

_____. **O significado sócio-histórico da profissão**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

APÊNDICE A - TABELA DE ANÁLISE DOS ARTIGOS DO CBAS

<u>Título, Autor, Ano</u>	<u>Conteúdo</u>
<p>Título: Transformações no mundo do trabalho e o impacto no Serviço Social: precarização das condições de trabalho das (os) assistentes sociais no Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus</p> <p>Autor: Saene Santos Silva; Deise Maria da Conceição; Tais Brandão da Silva; Andréa Alice Rodrigues Silva; Anaise Alves Fonseca Silva.</p> <p>Ano: 2019.</p>	<p>Organização da sociedade capitalista que tem por base a relação capital/trabalho, geradora de exploração e alienação. Crise econômica de 1970: reestruturação produtiva do capital e acumulação flexível. Outras características: desregulamentação do trabalho, produção por demanda (maior controle), trabalhador polivalente. Reestruturação no BR a partir de 90: subcontratação, terceirização, negação de direitos, contrato de trabalho temporário. Neoliberalismo: Estado mínimo, privatização. Hospital da Bahia: gestão realizada por uma empresa terceirizada, contrato de trabalho de assistentes sociais “sem estabilidade”, alta demanda de trabalho não correspondente a quantidade de profissionais (culmina em falta de alguns atendimentos ou na perda de qualidade), não compreensão da atribuição dos profissionais, o que corrobora em encaminhamentos equivocados e aumento de filas de espera. Relação com gestores: demandas institucionais x demandas dos usuários (autonomia relativa). Estratégia de resistência: articulação com entidades da categoria, movimentos de diferentes categorias em defesa de condições dignas de trabalho, afirmação do horizonte social e do PEP.</p>
<p>Título: O assistente social e a precarização do trabalho: estudo de caso no Instituto Cândida Vargas.</p> <p>Autor: Ana Lúcia Batista Aurino; Fábria Vanessa Fernandes da Silva Ataíde; Luciene da Silva Oliveira.</p> <p>Autor: 2019.</p>	<p>Flexibilização do sistema produtivo e precarização. Precarização dos vínculos trabalhistas: responsabilização do trabalhador, diminuição de salário. Desmonte das políticas sociais, corte de gastos, que impacta nas condições de trabalho de assistentes sociais. AS enquanto trabalhador assalariado, que também sofre com as dinâmicas e ataques do capital. 62% dos AS do ICV possui mais de um vínculo empregatício. As trabalhadoras com vínculo estatutário (69%) recebem três salários mínimos enquanto as contratadas (31%) recebem um salário mínimo e meio. Estas últimas realizam também plantões na instituição a fim de obterem aumento salarial, entretanto, não recebem adicional noturno nos plantões à noite. Há também uma diferença de jornada de trabalho entre estatutárias e contratadas, em que, no geral, estas últimas trabalham por mais tempo. 62% das entrevistadas também considerou as</p>

	suas condições de trabalho inadequadas. A sala de atendimento não possui acústica que garante o sigilo profissional.
<p>Título: O avanço do neoliberalismo no Brasil e suas repercussões éticas e técnicas do trabalho da/do assistente social na Política de Assistência Social: particularidades do estado do Pará.</p> <p>Autor: Vanessa Khrisllen Pinheiro Ferreira; Vera Lúcia Batista Gomes; Diego de Almeida Amoras; Sara Dalto Tavares Paiva; Rosiane Silva da Silva; Jefferson Franco Rodrigues; Daniela Ribeiro Castilho.</p> <p>Ano: 2019.</p>	<p>Neoliberalismo: corte nos gastos sociais, ênfase para a EC 95, privatização e mercantilização dos direitos sociais. Assistência social articulada a esse contexto se mantém uma política excludente e focalizadora e que não atende as demandas apresentadas. Condições de trabalho: a maioria das entrevistadas relatou ter sala para atendimentos (49% não tem sala individual, 37% não possui privacidade nos atendimentos), mas mobílias já velhas e que comprometem o sigilo das informações e documentos, restrito acesso a internet. 60% não tem disponibilidade de participar de educação continuada pela sobrecarga de trabalho e por não haver liberação para tal; 70% não recebe subsídios de nenhuma natureza para participar dessas atividades. 44% considera não dispor de recursos adequados para o trabalho e proposição de novos projetos a serem executados na instituição. Resistência: construção de alternativas coletivas para o enfrentamento dos desmontes e defesa do PEP e dos direitos expressos na CF 88.</p>
<p>Título: As nuances no trabalho da/o assistente social na ATB em saúde em tempos de desmonte dos direitos sociais.</p> <p>Autor: Mirlene Dantas Caldas; Silvânia Queiroz e Silva; Andréa Souza Soares.</p> <p>Ano: 2019.</p>	<p>Contrarreformas de 90, EC 95, orientações do Banco Mundial, ataques aos direitos sociais, desfinanciamento das políticas sociais e aumento do receituário privatizante na saúde: clínicas populares, diminuição da cobertura do SUS, parcerização com organizações da sociedade civil para execução de serviços que, muitas vezes, não seguem os princípios e diretrizes das bases legais que devem orientá-los. Projeto privatista avança concomitante ao desmonte do SUS e ampliação da “demonização” dos serviços públicos. Aumento da busca por assistentes sociais para o acesso à saúde (administração de vagas): mediação para conseguir vagas, renovação de receitas, etc, visto que não é atribuição dos assistentes sociais, os profissionais utilizam a dimensão socioeducativa e socialização das informações acerca da realidade colocada, com vistas a fortalecer a participação dos usuários na defesa do serviço de qualidade. Aumento expressivo da demanda em relação à oferta dos serviços (não se garante a universalidade). Fortalecer usuários enquanto sujeitos políticos na perspectiva de sua emancipação e construção do PEP do SSO.</p>

<p>Título: Assistência Social e o terceiro setor na cidade de São Paulo: tensões e contradições.</p> <p>Autor: Najila Thomaz de Souza.</p> <p>Ano: 2016.</p>	<p>Relação entre neoliberalismo (estado mínimo, retirada de direitos, agenda internacional) com a institucionalização e regulamentação de políticas sociais: paradoxo que gera ações fragmentadas, focalizadoras e seletivas. Terceiro setor cumpre a função ideológica de “dividir” a sociedade em três âmbitos, ocultando as disputas e o caráter de classe presente. Assistência Social em SP 94% da rede é oferecida em parceria com OSCs, consequência: serviços com alta demanda, redução de salários, estrutura insalubre, não garantia do sigilo, ausência de formação continuada e/ou permanente. OSCs em sua maioria de cunho religioso (católico), que insere práticas religiosas no serviço desrespeitando a laicidade do Estado. Dificuldade de supervisão e monitoramento do trabalho desenvolvido pelas OSCs por uma falta de estruturação desta atividade e poucos trabalhadores estatutários (7%) em contrapartida de 93% trabalhadores conveniados.</p>
<p>Título: Neoliberalismo: impactos para o processo de trabalho e saúde dos e das assistentes sociais que atuam nos serviços de seguridade social.</p> <p>Autor: Edvânia Ângela de Souza Lourenço.</p> <p>Ano: 2016.</p>	<p>Consenso de Washigton, governos Lula e Dilma e “neodesenvolvimento” continuidade dos planos tucanos, aumento do consumo, transferência de renda, não rompimento com o capitalismo e com a financeirização. Corte de gastos na Seguridade Social através da DRU, privatizações. Contrarreforma do Estado com o seu “enxugamento”, diminuição de concursos públicos, aumento dos vínculos frágeis de trabalho. Diferentes estratégias, como mudança de nomenclatura na contratação de AS, para não cumprir a lei que regulamenta as 30h de trabalho, aumento da demanda, diminuição dos recursos para o atendimento dos usuários. Tensão entre ter contato com as necessidades dos usuários e a negativa dos direitos é algo que pode promover sofrimento psíquico nos trabalhadores. Precarização do processo de formação, EaD, ecletismo teórico que corroborava em análises individualizantes e, no trabalho profissional, podem se expressar em ações imediatas, tarefistas, que interfiram o sentido profissional.</p>
<p>Título: Serviço Social e Políticas de Seguridade Social: desafios e contradições no cotidiano profissional.</p> <p>Autor: Daniela Cecilia Souza Wanderley; Leide Daiana Cassimiro da Silva Rodrigues; Anita Rheno</p>	<p>Política Social sofre uma ascensão/generalização concomitante à Rev. Industrial capitalista: intervenção estatal na luta de classes que se acirrava. Séc XIX e políticas sociais como reguladoras do trabalho e da eclosão social, são respostas também à mobilização dos trabalhadores organizados em defesa de seus direitos. Limites da garantia dos</p>

<p>Morethe; Jéssica Alline de Melo e Silva; Felipe Tibério Claudino Ferreira; Andressa Maria Alves Bezerra.</p> <p>Ano: 2016.</p>	<p>direitos via PS, que não rompe com o capitalismo e reforça o consumo pelo mercado e ações individuais. PS mediação estatal situada no campo da produção e reprodução social (contraditória). Seguridade Social na atual sociedade brasileira: caráter restritivo, seletivo, manutenção da ordem e garantia de mínimos. Resistência: buscar alternativas de resistência ao modo de produção social vigente com a classe trabalhadora (PEP).</p>
<p>Título: A política social e a convivência familiar.</p> <p>Autor: Daiana Cristina do Nascimento; Ana Cristina Nassif Soares.</p> <p>Ano: 2019.</p>	<p>Com base em pesquisa documental e de campo em três instituições de acolhimento de MG, as autoras dissertam sobre as limitações das políticas sociais (reparatórias, fragmentadas, não tem por objetivo acabar com as desigualdades sociais) por estarem vinculadas a um Estado burguês e que, mesmo que expressem conquistas da classe trabalhadora na luta por direitos, também servem para manter a sociedade do capital e uma coerção aos trabalhadores. Além disso, são atravessadas por destinações orçamentárias baixas por essa mesma relação econômica que nela incide. Nesse sentido, os usuários tem muita dificuldade em acessar e ter suas demandas atendidas, visto que, por vezes, a própria conformação dos serviços representa um empecilho. Nesse sentido, concebem o acolhimento institucional como medida de punição à crianças e famílias que, não tendo suas necessidades e direitos garantidos, tem a judicialização das expressões da questão social. Dessa forma, as estratégias apontadas são a luta por melhores condições de vida e trabalho, a organização da classe trabalhadora para pensar em alterações no acolhimento institucional na perspectiva da proteção e garantia do direito.</p>
<p>Título: Trabalho, políticas públicas e serviço social: a organização do trabalho e o trabalho do assistente social na proteção social básica no município de Niterói/RJ.</p> <p>Autor: Janice Realina Sodre.</p> <p>Ano: 2019.</p>	<p>Neste artigo, a partir da análise da Proteção Social Básica da PNAS (2004), reflete-se sobre a precarização do trabalho com ênfase na categoria organização do trabalho, entendida através do processo de reestruturação produtiva do capital - saída elaborada na crise econômica mundial de 1970 -, neoliberalismo, a mundialização do capital e a Contrarreforma do Estado na década de 90 no BR. Todos esses processos articulados impõe dinâmicas no trabalho que, analisados na singularidade da PSB de Niterói expressam-se em terceirização e diferentes vínculos trabalhistas em um mesmo serviço, competitividade dos trabalhadores a fim de garantirem a manutenção de seus empregos,</p>

	<p>ausência de tecnologia para facilitar o trabalho, tal como preenchimento do CadÚnico à mão, existência de metas, diminuição do tempo de descanso e intervalo. No texto, política Social é entendida enquanto mediação e espaços em que o Estado organiza as suas ações por meio de processos de trabalho coletivos.</p>
<p>Título: A implementação do SUAS: um estudo sobre os limites e possibilidades institucionais no trabalho do Assistente Social em São João da Barra (RJ).</p> <p>Autor: Rita de Cássia Gomes Ferreira; Luzia Helena Galaxe de Lima Tavares.</p> <p>Ano: 2016.</p>	<p>O artigo aborda o processo de implementação do SUAS a partir de uma experiência de estágio na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos em um município do RJ. No artigo, a discussão perpassa os desafios de consolidar a PNAS na perspectiva do direito e o trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais nesse sentido, mas não destrincha demais problemáticas e contradições. Problemáticas: CRAS implementados somente em 2010, ausência do CadÚnico, falta de recursos, transporte insuficiente para realização de VD, dificuldade de superar práticas assistencialistas, clientelistas e imediatistas.</p>
<p>Título: A experiência do núcleo Josy Ramos: uma reflexão sobre as tensões e contradições sociais que situam o exercício profissional das assistentes sociais da Região dos Lagos/RJ.</p> <p>Autor: Juliana Souza dos Santos; Moara Paiva Zanetti.</p> <p>Ano: 2016.</p>	<p>O Núcleo Josy Ramos faz parte da política de nucleação do CRESS/RJ que visa descentralizar as ações do conselho. Através de reuniões mensais com assistentes sociais trabalhadoras de diferentes municípios do estado, evidenciou-se que as principais demandas eram relativas às: vínculos precários de trabalho, ausência de concurso público, remuneração abaixo do piso estadual, discrepância salarial entre municípios, caráter clientelistas das políticas sociais por parte dos gestores, ausência de espaços de formação continuada e questões relacionadas às condições de trabalho. Observou-se que boa parte das demandas tinham caráter sindical, deste modo, o trabalho do CRESS visou impulsionar e contribuir com a articulação da categoria em sindicatos, movimentos sociais. Apenas 12% das 54 respondentes da pesquisa realizada são filiadas a algum sindicato. No texto, é ressaltada a conjuntura atual sob o neoliberalismo, que impõe precarização do trabalho e desarticulação político-organizativa entre os trabalhadores. Também é citado os impactos disto para as políticas sociais com o corte no orçamento e que os ataques à classe trabalhadora também incidem na categoria de assistentes sociais, por serem pertencentes à classe trabalhadora. Ainda, é apontado acerca da divergência entre PEP da profissão e o neoliberalismo e que para a</p>

	materialização do PEP faz-se necessário uma articulação coletiva de projeto de sociedade.
<p>Título: Precarização do trabalho na contemporaneidade e seus rebatimentos na saúde do trabalhador, entre eles: o trabalho dos assistentes sociais.</p> <p>Autor: Maria Thereza Siqueira de Carvalho.</p> <p>Ano: 2016.</p>	<p>O objetivo do artigo é discutir as implicações da crise contemporânea e seus rebatimentos na saúde do trabalhador, bem como refletir acerca do trabalho precarizado nesta mesma dinâmica. Ainda, debate a partir da centralidade da categoria trabalho enquanto fundante do ser social inserida na sociedade capitalista, produtora do trabalho alienado. Outro elemento considerado no texto é a crise do capital que provoca a sua reestruturação produtiva e no Brasil se expressa através de aprofundamento do desemprego, salários baixos, precarização das relações de trabalho, privatização, desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, o que aumenta a competitividade e desarticulação da luta da classe trabalhadora. Neste processo, é reafirmada a compreensão de entender que a dinâmica capitalismo espraia-se por toda sociedade e não limita-se ao trabalho, isto é, produz ideologia e constrói a consciência social dos sujeitos. Nela, o trabalho é estranhado e a vida suprimida por valores-fetice. Essa conformação traz inúmeros rebatimentos emocionais e mentais para a saúde do trabalhador, para tanto, a autora demarca a importância de se pensar uma política de saúde não fragmentada e que abranja esses aspectos e cuidado em saúde. Este cenário também impõe desafios ao trabalho profissional, visto que as requisições e demandas institucionais, muitas das vezes, não coadunam com o projeto ético-político da profissão e com os interesses da classe trabalhadora, o que requer a construção de estratégias para essa materialização. Além disso, percebe-se um aumento de respostas imediatistas, focalizadas, fragmentação e individualizadas, o que exige a reflexão sobre quais demandas estão sendo atendidas na tensão entre capital e trabalho presentes no trabalho de assistentes sociais.</p>
<p>Título: As configurações contemporâneas do mundo do trabalho e os desafios para o exercício profissional do Serviço Social.</p> <p>Autor: Renata Gomes da Costa; Paulo Wesceley Maia Pinheiro.</p>	<p>Centralidade da categoria trabalho e compreensão da sociedade capitalista que prima pelo valor de troca na produção de mercadorias, o que corrobora com exploração e opressão particulares ao modo de produção capitalista. Ainda, afirma a existência da alienação como resultado do trabalho explorado. Analisa o neoliberalismo e a reestruturação produtiva relacionados à crise de 1970, que articulou novos padrões para a continuidade do processo de</p>

<p>Ano: 2016.</p>	<p>acumulação capitalista. Nova gestão do trabalho alicerçada em: terceirização, subcontratação, círculo de controle de qualidade, trabalhador multifuncional, precarização e desregulamentação do trabalho. A autora indica que no Brasil esse processo tem início na década de 90 marcada também por privatização, cortes nos gastos sociais, conciliação de classes, desarticulação da luta dos trabalhadores, entre outros. No serviço analisado, verificou-se terceirização, contrato de assistentes sociais por 'pregões', número reduzido de profissionais frente à demanda, condições de trabalho precárias, ausência de formação continuada, exigência do cumprimento de metas, interferência no trabalho desenvolvido, não compreensão dos gestores sobre o trabalho de assistentes sociais, adoecimento físico e mental. Relação com a materialização do PEP: as entrevistadas apontam que as relações e condições de trabalho são os maiores entraves para a efetivação do PEP no cotidiano. Ainda, a autora afirma que essa efetivação plena é incompatível com a sociedade capitalista. Os desafios colocados são o desvelamento da realidade concreta a fim de descobrir as possibilidades nela contidas, tendo por perspectiva que é a luta política coletiva o central para a materialização do PEP.</p>
<p>Título: Os rebatimentos da terceirização no trabalho do assistente social.</p> <p>Autor: Ana Karolina Pinheiro Carvalho; Cristiellen de Carvalho Borba Machado; Elisabeth Soares Penha; Kathiany Ferreira Alves; Kesia Maria Pereira; Natalya Cristina Rabelo Coelho; Suzane Rodrigues da Silva.</p> <p>Ano: 2016.</p>	<p>Crise de 1970 e reestruturação produtiva do capital: acumulação flexível e gestão toyotismo do trabalho, rebatimentos no movimento sindical e organização da classe. Como afeta o trabalho de assistente sociais: terceirização, subcontratação e diminuição dos postos de trabalho. Anos 90 no Brasil passando pela agenda de ajuste neoliberal. Reafirma a importância da luta da categoria por melhores condições de trabalho e para assegurar o seu código de ética.</p>
<p>Título: O desafio para o trabalho do assistente social frente à crise econômica contemporânea e seu impacto ao acesso da população a política de saúde.</p> <p>Autor: Tatiane Campos Fernandes; Maila Rezende Vilela Luiz; Josiane Cristina Bontandin.</p>	<p>Os autores realizam um apanhado sobre a política de saúde no Brasil articulada aos processos societários vivenciados em cada período, bem como os embates para a efetivação do SUS com a ofensiva neoliberal. Ainda, é ressaltada a precarização das condições de trabalho, expressa nas questões objetivas quanto de organização da classe. Traz sobre o compromisso do assistente social em dar respostas aos impasses para a efetivação da</p>

<p>Ano: 2016.</p>	<p>saúde pública. O trabalho de assistentes sociais na saúde em Uberaba: ainda não há resultados da pesquisa, visto que o artigo submetido advém de um projeto de mestrado ainda em andamento.</p>
<p>Título: O trabalho do/a assistente social na política de assistência estudantil na UFPA: desafios à efetivação do projeto ético-político profissional.</p> <p>Autor: Josiane Mendes de Queiroz; Daniela Ribeiro Castilho.</p> <p>Ano: 2019.</p>	<p>Condições de trabalho das entrevistas: falta de recursos materiais e humanos que gera incapacidade de analisar criticamente o seu fazer profissional. Contratos precarizados, flexibilização da carga horária, trabalhador polivalente, ambiente de trabalho competitivo. Trabalho fragmentado (não se vêem "responsáveis" pelo processo pedagógico, apenas enquanto avaliadoras sociais). Cenário de políticas focalizadas, privatização, impõe tensionamentos para o rebaixamento do trabalho a partir das exigências institucionais. Situar os desafios para não recair em pragmatismo, voluntarismo, possibilismo. Aborda que a liberdade plena não é conquistada no capitalismo. A relação do PEP é feita numa perspectiva de relacionamento entre profissionais e AS- estudantes.</p>
<p>Título: A segurança de acolhida no SUAS: avanços, contradições e desafios para a garantia da Proteção Social.</p> <p>Autor: Geoavana Prante Gasparotto; Patrícia Krieger Grossi.</p> <p>Ano: 2013.</p>	<p>Não especifica quais seriam os desafios e contradições na segurança e acolhida do SUAS. Aponta que os profissionais entrevistados tiveram dificuldade em conceituar segurança e acolhida. Aponta também para os valores burgueses reproduzidos no serviço, responsabilização das mulheres nas atividades do serviço e dentro de suas casas. Salienta a lógica do favor em detrimento do direito no SUAS.</p>
<p>Título: Família como instância de Proteção Social: Limites e Contradições.</p> <p>Autor: Núbia Michelle Zimba; Daiane Rodrigues Cardoso Pacheco, Thiele Duarte Reis; Mariana Claudia Rodrigues Mota; Marcelle Pereira Santos.</p> <p>Ano: 2013.</p>	<p>Família como instância prioritária de proteção social, o que gera sobrecarga, mas também as políticas sociais voltadas para o suporte às famílias também apresenta contradições. Nas políticas de proteção social, usa-se conceitos de direito e cidadania para incorporar demandas individuais e familiares enquanto se reproduz o modelo de família construído pela família monogâmica burguesa. Consenso em considerar a família como espaço privilegiado de proteção social. A autora do texto destaca o caráter de desproteção que a família pode exercer, sobretudo com relação à violência doméstica contra crianças e adolescentes. As autoras apontam que a construção sacralizada da instituição familiar contribui para uma moralização dos casos em que a violência se apresenta internamente. Finaliza apontando para a necessidade de aprimoramento dos sistemas</p>

	de registros para uma qualificação na formulação de políticas sociais.
<p>Título: A intervenção do assistente social no SUAS e a materialização do projeto ético-político: dilemas, desafios e contradições</p> <p>Autora: Sabrina Silva Rodrigues de Almeida</p> <p>Ano: 2013.</p>	<p>O artigo aborda algumas contradições no âmbito do SUAS, tais como: esvaziamento das contradições da sociedade burguesa a partir da PNAS, que entendem-na como única saída para a melhoria de vida das camadas subalternas; cunho ideológico da PNAS “estabelece a “cultura do consenso” que combinam subalternidade e domesticação sociais O discurso dominante é o da naturalização e moralização; as práticas de encaminhamento são seletivas e fragmentadas; impregnadas pelo imediatismo. Não somente os assistentes sociais, mas o conjunto de trabalhadores se vêem pressionados por suas instituições empregadoras inseridas numa realidade que amplamente difunde esses ditames.”</p>
<p>Título: O trabalho do (a) assistente social no âmbito das políticas públicas</p> <p>Autores: Mônica Maria Torres de Alencar; Ney Luiz Teixeira de Almeida</p> <p>Ano: 2013.</p>	<p>Os autores discutem no artigo sobre o trabalho do assistente social enquanto condição assalariada, mediada pela regulação social operada pelo Estado, que surge a partir da relação entre Estado e sociedade civil. Nesse sentido, aponta que as políticas sociais tem uma dimensão sócio-política a partir da relação entre Estado e Sociedade, mas que também tem sofrido alterações pelas alterações em curso pelo capital desde sua grande crise na década de 70. Sendo assim, os autores colocam sobre as modificações nos espaços de trabalho dos assistentes sociais, vínculos empregatícios, que afetam desenhos e operacionalização das políticas sociais, reduzindo o seu aspecto de direito de cidadania em lugar da refilantropização.</p> <p>Os autores colocam que esse processo leva ao desmonte do Estado de bem-estar e uma ameaça à consolidação da cidadania.</p>
<p>Título: O desafio da materialização do projeto ético-político através da instrumentalidade no Serviço Social Previdenciário</p> <p>Autora: Fernanda Gomes Mattos</p> <p>Ano: 2013</p>	<p>A autora parte do entendimento que o papel das políticas sociais no capitalismo não é erradicar com as desigualdades sociais e que a atuação dos assistentes sociais deve se pautar pela defesa dos direitos sociais, mas sobretudo pelo fim delas através da construção de uma outra ordem. Reflete sobre os desmontes no INSS e os ataques à categoria nesse espaço. Em relação ao PEP, aponta sobre a importância da instrumentalidade, entendida não como um conjunto de técnicas, mas como escolhida e direcionada a partir de um fundamento</p>

	teórico-metodológico e ético-político, que contribuem para uma visão e intervenção mais críticas sobre a realidade.
<p>Título: A materialização do projeto ético-político do Serviço Social na prática profissional</p> <p>Autora: Eliení Aparecida de Souza</p> <p>Ano: 2013</p>	<p>O artigo na verdade realiza algumas considerações sobre o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro e sua construção histórica para, posteriormente, realizar um trabalho em outra disciplina sobre como ele é materializado no cotidiano profissional. Esses últimos elementos, até a publicação do artigo, ainda não haviam iniciado e, portanto, não há indicadores sobre isso.</p>
<p>Título: O projeto ético-político e o cotidiano das práticas dos assistentes sociais: um estudo sobre as dimensões profissionais</p> <p>Autoras: Andreza Resende dos Santos; Maria Guimarães da Silva.</p> <p>Ano: 2013</p>	<p>O artigo tem como foco de análise a relação de articulação entre as três dimensões do trabalho profissional a fim de relacionar teoria e prática na atuação profissional numa perspectiva de materializar o PEP. Não aprofunda muito, nem traz outras questões. Explica as três dimensões, o que é um projeto profissional e aponta sobre essa articulação.</p>
<p>Título: As faces do trabalho na contemporaneidade e os desafios para o Serviço Social</p> <p>Autor:</p> <p>Ano: 2013.</p>	<p>O artigo parte do ponto que a produção capitalista tem como produto o capital, que vai ser reproduzido em diferentes relações da vida cotidiana. Aponta para o duplo caráter do trabalho no capitalismo. Aponta para o aspecto de o trabalho ser também um meio de vida para a reprodução das necessidades materiais. Desafios: transformações do capital e do trabalho (flexibilização, terceirização, aumento da produtividade, privatização) mundialização financeira, produtivismo, competitividade, alta demanda e pouco tempo. Aponta que é importante a categoria ter competência teórica para fazer o processo de desvelar a essência do fenômeno através da sua aparência. Estratégias para viabilizar o PEP: ocupar espaços deliberativos, conselhos, aprimoramento teórico, aliança com movimentos sociais.</p>
<p>Título: Projeto ético-político e trabalho profissional: desafios na contemporaneidade</p> <p>Autor: Livia Figueiredo Pequeno</p> <p>Ano: 2013.</p>	<p>O texto articula a condição assalariada do assistente social com as transformações recentes no mundo do trabalho e o impacto destas as requisições e desenhos das respostas profissionais, bem como com a materialização do projeto ético-político, alertando que alguns princípios como liberdade, emancipação humana, não são efetivados no cotidiano profissional por não haver condições. No entanto, reafirma-se para a materialização do PEP, uma qualificação teórico-metodológica, ética e</p>

	<p>politicamente posicionada para fazer a leitura do objeto e ser propositivo no fazer profissional, a fim de manter um compromisso com a classe trabalhadora.</p>
<p>Título: O Projeto ético-político do Serviço Social: contradições na contemporaneidade</p> <p>Autor: Andrea Alice Rodrigues Silva, Larisse de Oliveira Rodrigues</p> <p>Ano: 2010</p>	<p>As autores realizam um apanhado da constituição do projeto ético-político do Serviço Social e, após, apontam alguns desafios para a sua materialização. São eles: no trabalho profissional, desafio fazer uma leitura crítica da realidade, que chegue aos fundamentos da questão social com os usuários; precarização da formação, tanto da educação superior no geral, quanto o avanço do EaD. Caminhos apontados para essa superação: união com sujeitos coletivos de posições convergentes, articulação com movimentos sociais.</p>
<p>Título: O debate contemporâneo sobre o Projeto ético-político do Serviço Social - Contradições e Perspectivas</p> <p>Autor: Edistia Maria Abath Pereira DE Oliveira</p> <p>Ano: 2010</p>	<p>A autora debate sobre a “crise” do PEP, apontando elementos da formação sócio-histórica que atravancam a sua efetivação, para além dos conjunturais. Aponta a necessidade de uma formação de qualidade para a assimilação do PEP e do debate sobre a instrumentalidade do trabalho numa perspectiva histórico-dialética, que dê subsídios para a atuação profissional. Reclama fundamentação ética e filosófica para a apreensão do PEP na formação e no trabalho profissional. O artigo considera o PEP como fundamento do Serviço Social, tanto na formação, quanto na profissão, e que serve como orientação independente da conjuntura. Enfatiza que o projeto não paira acima do real, ao mesmo tempo que os influxos à sua concretização não podem derruir de se seguir a sua construção e efetivação.</p>
<p>Título: Trabalho que se expressa na sociabilidade do capital: A condição assalariada do assistente social e o exercício da profissão</p> <p>Autor: Altineia Maria Neves</p> <p>Ano: 2010</p>	<p>O artigo aborda sobre o valor de uso e o valor abstrato no trabalho dos assistentes sociais, evidenciando como isso se configura em uma relação tensionada. Sobre os desafios presentes, a autora aponta para o processo de ofensiva do capital, que precariza as políticas sociais e as condições de trabalho. Aponta que uma estratégia de resistência é estar em constante defesa dos direitos da classe trabalhadora e defesa da relativa autonomia profissional. Em relação à outro desafio, pontua sobre a formação profissional que também sofre as investidas do capital centralizadas na formação de mão de obra para o mercado, o que subverte a lógica do PEP para esta direção.</p>

<p>Título: As políticas sociais e sua interlocução com o trabalho: particularizando a relação entre previdência e assistência social.</p> <p>Autor: Rivânia Lúcia Moura de Assis</p> <p>Ano: 2010</p>	<p>O artigo elucida a política social como contraditória e própria da relação entre as classes com o Estado, alertando para a necessidade de atentar para a sua natureza, para além de sua organização interna. Entende que as políticas sociais não podem erradicar com as desigualdades sociais. Previdência social é construída para ter status de direito (contribuição) e a assistência social como favor, mesmo que seja legalmente um direito. Coloca que as políticas sociais no Brasil são estruturadas a partir do trabalho, tendo como matriz principal a previdência. Elucida a dificuldade de efetivação do tripé da Seguridade Social em decorrência do neoliberalismo e reestruturação produtiva que começa a se espalhar no país em 90. Por fim, coloca que faz-se importante defender as políticas sociais, mas que o horizonte de luta precisa ser para a superação da sociedade.</p>
<p>Título: Trabalho assalariado do assistente social: autonomia relativa e limitações do mundo do trabalho</p> <p>Autor: Valéria de Oliveira Albuquerque</p> <p>Ano: 2010</p>	<p>No artigo, é colocada a perspectiva de realização do trabalho mediado pelo salário e a existência do duplo caráter do trabalho na atuação profissional do assistente social. Em relação às limitações do mundo do trabalho, a autora coloca: reestruturação produtiva que produz novas expressões da questão social, nova relação entre Estado e Sociedade Civil, retração do Estado em dar respostas às expressões e transferindo para o mercado e sociedade civil, piora nas condições de trabalho.</p>
<p>Título: O Projeto ético-política profissional dos assistentes sociais e sua relação com os direitos: determinantes de suas contradições na efetivação na Política de Assistência Social no município de Fortaleza-CE</p> <p>Autor: Adinari Moreira de Sousa</p> <p>Ano: 2010</p>	<p>O artigo não chega a desenvolver acerca das determinações e contradições no processo de trabalho na assistência social na relação com a efetivação do PEP. No artigo, a autora aborda sobre como a década de 90 foi importante para o desenvolvimento da ética profissional, processo que vai se vincular a uma perspectiva crítica da profissão e rompe com o conservadorismo. Através da leitura, o que foi possível identificar como contradições na efetivação da PNAS no município de Fortaleza foi: o conceito de Seguridade Social minimalista da CF, que não está em conformidade com a Carta de Maceió, avanço do neoliberalismo a partir da década de 90, redução do Estado, predomínio das leis do mercado, desregulamentação nas leis trabalhistas, retração dos direitos sociais. A autora coloca que as ideias liberais que tomam o Estado em decorrência da grande crise do capital são presentes nos governos do FHC e Lula.</p>

<p>Título: Projeto Ético-político do Serviço Social: a viabilidade e a necessidade histórica</p> <p>Autor: Mirla Cisne Álvaro</p> <p>Ano: 2010</p>	<p>A autora dialoga com a situação da época em relação ao PEP e a tese sobre crise do mesmo. Para a autora, existe um descenso nas lutas da esquerda (mas não ausência), revisionismo teórico-político influenciados pelo governo Lula e continuidade da política econômica neoliberal iniciada na década de 90. Para a autora, parcela da categoria profissional foi absorvida no que compete a reproduzir ilusões por acreditarem que tratou-se de um governo de esquerda. Para a viabilidade do PEP faz-se necessário que a categoria não se paralise com as ilusões, mas que nem se paralise ao não enxergar alternativas. A autora defende que não existe uma crise do PEP, pois ainda que haja dificuldades em articular respostas e contribuir para o ascenso das massas, as entidades profissionais e grande parte da categoria mantém-se firmes na resistência aos ataques e defesa dos direitos. Na relação com o PT e a crise do projeto, a autora aponta que houve sim um transformismo do PT, em ser uma esquerda que governa para o capital, no entanto, a relação do PEP se consolida com o marxismo, e não com o PT, embora ele tenha tido papel importante na organização da classe à época do surgimento do PEP. Além disso, para ela, a aliança com as classes subalternas e seus interesses seguiu no seio do Serviço Social, não realizando essa ruptura que houve no PT no que tange à conciliação. Para continuar avançando em defesa do PEP, a autora defende, transcender o campo específico de atuação, aliança com as classes subalternas que supere a política institucional e fortaleça a identidade de classe, buscar assegurar direitos sociais sem perder de vista o horizonte da emancipação humana, é preciso ir além da defesa dos princípios.</p>
<p>Título: A tomada de consciência de classe como elemento essencial para materialização do Projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano profissional.</p> <p>Autor: Salyanna de Souza Silva</p> <p>Ano: 2010</p>	<p>A autora coloca alguns dilemas do trabalho do assistente social, como sofrer com os processos de alienação, como qualquer profissão e a precarização das condições de trabalho. Aborda o papel da relativa autonomia em não só subordinar o profissional ao interesse dos empregadores, mas também de construir o projeto profissional com os trabalhadores e nas lutas sociais. Para a autora, é o projeto ético-político alicerçado numa concepção humano-genérica e numa leitura crítica da sociedade que permite competência na intervenção profissional e, sobretudo, um entendimento de ação para além das</p>

	<p>necessidades apresentadas. Desafios enfrentados no trabalho: a precarização das condições de trabalho, a ameaça ao desemprego, o achatamento salarial, o aprofundamento do processo de pauperização, a mudança nos parâmetros legais e institucionais que orientam as relações de trabalho, o precário contrato de trabalho, a alienação no/do trabalho. Elementos que se apresentam como: cumprimento de rotinas burocráticas e metas institucionais. A autora ressalta os fenômenos da alienação e do fetiche que dificultam a materialização do PEP no sentido de realizar uma leitura mais apurada das condições objetivas e subjetivas colocadas no trabalho. Nesse sentido, o processo de tomada de consciência de classe para romper com o fetichismo e se aliar com as lutas dos trabalhadores é essencial para a efetivação do PEP.</p>
<p>Título: Projeto ético-político do Serviço Social: a dimensão ético-política frente a sociabilidade capitalista.</p> <p>Autor: Valdenizia Bento Peixoto</p> <p>Ano: 2010</p>	<p>O artigo discorre sobre o processo de construção e consolidação do PEP, período marcado pelo autoritarismo, repressão, início da agenda neoliberal no Brasil, retração do Estado na relação com as políticas sociais, aumento da lógica individualizante. Para a autora, o PEP subsidia a atuação profissional mediante um conjunto de ideologias que permite a construção de alternativas reais para o enfrentamento do capitalismo. Como estratégias a autora aponta: o reforço da dimensão político-organizativa da categoria na luta contra o conservadorismo burguês.</p>
<p>Título: Avaliação das condições objetivas para efetivação do Projeto Ético-político do Serviço Social no âmbito dos CRASs em João Pessoa/PB</p> <p>Autor: Alecsonia Pereira Araujo, Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa, Hozana Patrícia Oliveira Miranda, Alexandre Miranda de Castro, Revelino Cardoso dos Santos, Anne Karoline Ramos Marques Vicente, Flávia Adriana do Nascimento</p> <p>Ano: 2010</p>	<p>No artigo, os autores analisam que as transformações societárias a partir da reestruturação produtiva colocam em questão um conjunto de princípios éticos e políticos do PEP. Argumentam que embora a PNAS tenha um arcabouço legal, sua efetivação na prática real dos programas e serviços ainda está distante. Condições objetivas (determinantes sócio-históricas): política neoliberal e o Estado assumindo esta linha, desmonte do serviço público, retração dos direitos e dos investimentos sociais. Essas condições precarizam o trabalho e vão na contramão do PEP (ampliação da cidadania, direitos sociais, etc). Segundo dados de pesquisa realizada em cinco CRASs da PB, 45% dos trabalhadores respondeu que não conseguem atender os princípios postos pela PNAS em decorrência das questões objetivas. Concluem que não há efetivação plena do PEP</p>

	<p>nas realidades dos CRAS de João Pessoa. Como estratégia de materialização do PEP reivindicam a articulação com movimentos sociais e instituições democráticas.</p>
<p>Título: As possibilidades de (re)afirmação do Projeto ético-político profissional do Serviço Social no seu exercício profissional: análise de uma experiência na comunidade Gervásio Maia - João Pessoa/PB</p> <p>Autor: Fernanda Gomes Mattos, Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</p> <p>Ano: 2010</p>	<p>O artigo parte do pressuposto que é necessário que os assistentes sociais assumam a intencionalidade de suas ações, de modo a se responsabilizar ética e politicamente por estas, buscando enfrentamentos coletivos à questão social.</p> <p>Analisando a experiência relatada no artigo, os autores chegaram na síntese de que a participação social pode servir ao propósito de projetos societários antagônicos. Nesse sentido, no caso do artigo, observou-se que as estratégias de participação e mobilização comunitárias, muitas vezes, se davam mais no sentido quantitativo e de respostas às requisições institucionais, que cobravam tais estratégias. Isso foi verificado em uma parcela das lideranças comunitárias que não reconheciam os objetivos das reuniões (principal ferramenta utilizada no trabalho social de participação), lacuna que também foi verificada em entrevistas com algumas assistentes sociais. Além disso, após a entrega das casas, muitas estratégias coletivas de organização comunitária foram diminuídas em detrimento do acompanhamento social, uma vez que as condicionalidades institucionais de tais processos coletivos não esteja mais vigente. Ainda, nas reuniões, os autores questionaram a efetividade qualitativa da participação, pois perceberam desconhecimento dos interesses comunitários e dos princípios democráticos da participação, o que negligencia e/ou reforça os jogos ideológicos e correlações de forças existentes na comunidade. Para os autores, a noção de participação social atribuída pelas técnicas entrevistadas está ancorada em preceitos conservadores ou puramente técnicos da participação social, os quais a vêm apenas como formalidades necessárias para a execução do Programa.</p> <p>“Verificou-se que o sentido de participação social para as assistentes sociais entrevistadas resumiu-se a uma preocupação em responder ou atender às exigências do órgão executor, que têm como requisitos a participação formal (ou presencial) dos usuários nas atividades mensais do Programa, devidamente registrada em fotografias que são anexadas nos relatórios mensais.” A atuação profissional, portanto,</p>

	<p>limita-se a ações pontuais sem fortalecer a autonomia crítica da comunidade no que diz respeito às suas necessidades e as formas devidas de resolutividade. Em relação às condições de trabalho e vínculos empregatícios, os assistentes sociais tinham vínculos temporários de trabalho, numa condição precarizada do trabalho que condiciona a autonomia profissional.</p>
<p>Título: O Projeto Ético-político do Serviço Social e sua relevância frente à “questão social”.</p> <p>Autor: Leila Marçal Benício Teixeira, Juliana Alves da Silva</p> <p>Ano: 2010</p>	<p>Para os autores do artigo, faz-se necessário analisar criticamente as expressões da questão social para conseguir materializar com qualidade o PEP. Desse modo, entende-se que o avanço do neoliberalismo está articulado às novas expressões da questão social. Quanto às dificuldades do trabalho no trato da questão social, apontam: priorização do privado e do individualismo, degradação do serviço público, corte nos benefícios sociais, desregulamentação do trabalho, enfraquecimento da organização da classe trabalhadora. No Brasil, tem-se a tensão a partir da conquista legal de vários direitos sociais, que tem dificuldade para sua efetivação em decorrência da contrarreforma do Estado. No âmbito das políticas sociais, houve um remodelamento mediante a capitulação da regulamentação do terceiro setor para a execução de políticas públicas, bem como com o serviço voluntário que desprofissionalizou a intervenção através do trabalho não remunerado e da idéia de solidariedade e responsabilidade social. Desafios aos assistentes sociais: ameaça ao desemprego, achatamento salarial, precarização dos contratos e das condições de trabalho, mudanças nas condições legais e institucionais que orientam as relações trabalhistas, a desprofissionalização e a alienação do trabalho. Estratégias para a materialização do PEP: aprimoramento da competência teórico-metodológica, postura investigativa para desvelar a imediatividade e aparência dos fenômenos, apropriação dos documentos legais que norteiam a profissão.</p>
<p>Título: Processos Emancipatórios e Projeto Ético-político do Serviço Social: Possibilidades e Limites em um Contexto de Alienação.</p> <p>Autor: Giovane Antonio Scherer</p> <p>Ano: 2010</p>	<p>Para o autor, processos emancipatórios vinculam-se a projetos societários contra-hegemônicos, deste modo, aponta que participação e conscientização são condicionantes para processos emancipatórios. Para o autor, o modo de produção capitalista tem como objetivo último o lucro, e para atingir esse objetivo, transformar tudo em mercadoria. Para o autor, com as investidas neoliberais através da</p>

	<p>contrarreforma do Estado, faz-se ainda mais importante estabelecer processos de participação e conscientização que vão questionar o projeto político vigente, de modo a acumular forças para processos emancipatórios. Os processos emancipatórios entendidos como processos sociais devem ser inerentes ao exercício profissional, vez que existe um projeto ético-político claro que baliza a atuação. No artigo também é apontado para a condição assalariada da profissão, o que significa dizer que sofre as perversidades do capital e é tomado pela imediaticidade do real. O profissional deve buscar estratégias para defender seus compromissos éticos. O autor defende também que um profissional comprometido com o projeto requer competência teórico-metodológica e aprimoramento intelectual, sendo assim, a formação profissional é um momento fundamental na constituição desse perfil profissional. No texto, emancipação humana é entendido como algo coletivo de toda a sociedade, a desalienação, a conquista do ser genérico. Nesse sentido, o autor reforça a importância dos processos de participação e conscientização, que vão se defrontar com a ideologia dominante de fragmentação do ser humano, do individualismo. Desafios para efetivar processos emancipatórios: diminuição dos direitos, precarização das condições de trabalho e da formação. Por fim, o autor destaca que a emancipação humana é inalcançável nos moldes do capitalismo e que processos emancipatórios nos aproximam da materialização do PEP.</p>
<p>Título: O Projeto Ético-político na atuação do assistente social no CRAS</p> <p>Autor: Nathalia Mariane Pires de Andrade</p> <p>Ano: 2010</p>	<p>Resultados da pesquisa: os assistentes sociais apresentam apropriação do instrumentais técnico-operativos, sem, no entanto, relacionar nas falas os princípios e diretrizes da PNAS no trabalho profissional; não possuem condições de infraestrutura adequadas para a realização do trabalho, execução de trabalho interdisciplinar no serviço, mas fragilidade na intersetorialidade, a participação popular ainda é um desafio importante, falta de domínio em relação ao PEP e circunscrito ao campo da ética, fragilidade na formação e não continuidade do aprimoramento intelectual. Também colocam a necessidade de construir enfrentamento a agenda político-financeiro brasileira. Por fim, conclui que existe uma dificuldade em desempenhar o trabalho profissional crítico quando existe uma apropriação superficial da compreensão e</p>

	interpretação dos princípios que direcionam a atuação.
<p>Título: O Projeto Ético-político do Serviço Social: Discussões acerca da materialização do Projeto Profissional no Hospital Estadual Albert Schweitzer</p> <p>Autor: Verônica Cristina de Oliveira</p> <p>Ano: 2010</p>	<p>O artigo aborda que as mudanças ocorridas a partir da linha neoliberal em curso desde a década de 90 representa um desafio para a materialização do PEP, uma vez que, segundo a autora, as políticas sociais passam a ter viés focalista e ocorre a privatização dos serviços. Em relação aos assistentes sociais trabalhadores do hospital que participaram da pesquisa, identificou-se que: há falta de clareza sobre o PEP, uma parcela dos assistentes sociais entende que o PEP não é materializável no trabalho, e, com isso, estabelecem uma cisão entre teoria-prática. Além disso, existe uma tendência a dar respostas emergenciais e imediatas às propostas institucionais. Dificuldade de estabelecer leitura crítica da realidade. Afirmções pontuais sobre possibilidades de materialização do PEP colocam: denúncia das violações de direitos, encaminhamentos pós-alta. A autora aponta para a importância de estreitar a relação teoria-prática não só no âmbito da apropriação teórica, mas também de criar estratégias para a efetivação prática.</p>